



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

EDUARDO DE LIMA MELO

**POLÍTICAS DE ESPORTES DO ESTADO DO CEARÁ: UMA ANÁLISE DAS
AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE 2007 A 2014 EM RELAÇÃO ÀS DIRETRIZES DA
POLÍTICA NACIONAL**

FORTALEZA – CEARÁ

2015

EDUARDO DE LIMA MELO

POLÍTICAS DE ESPORTES DO ESTADO DO CEARÁ: UMA ANÁLISE DAS
AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE 2007 A 2014 EM RELAÇÃO ÀS DIRETRIZES DA
POLÍTICA NACIONAL

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado profissional em Planejamento em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de concentração: Planejamento e políticas públicas

Orientador: Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior.

FORTALEZA – CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Melo, Eduardo de Lima .

Políticas de esportes do estado do Ceará: uma análise das ações governamentais de 2007 a 2014 em relação às diretrizes da política nacional [recurso eletrônico] / Eduardo de Lima Melo. - 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 125 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Germano Magalhães Junior.

1. Esporte. 2. Política nacional. 3. Programas e projetos. I. Título.

EDUARDO DE LIMA MELO


POLÍTICAS DE ESPORTES DO ESTADO DO CEARÁ: UMA ANÁLISE DAS
AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE 2007 A 2014 EM RELAÇÃO ÀS DIRETRIZES
DA POLÍTICA NACIONAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

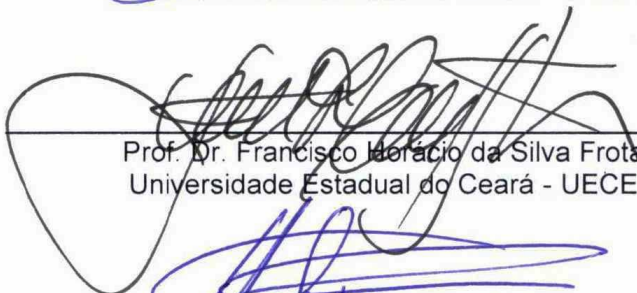
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 31/08/2015


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Morácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Heraldo Simões Ferreira
Universidade Estadual do Ceará - UECE

A Núbia Melo (in memoriam), mãe,
guerreira e grande incentivadora da minha
trajetória acadêmica e profissional.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre me incentivaram e contribuíram com as minhas conquistas e vitórias no âmbito acadêmico.

Aos meus filhos, Yan melo, Yohana Melo e João Pedro Melo, exemplos de amor maior da minha vida. Aos meus irmãos, Neto Melo e Ednardo Melo, exemplo de companheirismo e amizade verdadeira.

Aos meus colegas professores, que serviram de inspiração e exemplo de sucesso na educação física.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior, pela paciência e dedicação na orientação deste trabalho.

Aos colaboradores do mestrado em políticas públicas, pelas aulas inspiradoras e esclarecedoras para minha formação.

“Nada é tão maravilhoso que a arte de ser livre, mas nada é mais difícil de aprender a usar do que a liberdade. ”

Alexis de Tocqueville

RESUMO

As políticas públicas têm se tornado um instrumento de interlocução da sociedade e estado. A garantia dos direitos e o desenvolvimento de ações de acesso as políticas governamentais tem se desenvolvido muito a partir da reabertura democrática e a constituição de 1988. As políticas de esporte e lazer acompanharam essa tendência e por meio de programas e projetos, pode aumentar sua atuação em diversas áreas temáticas e públicos diferenciados. O desenvolvimento das políticas de esporte e lazer tiveram mais latência a partir do governo Lula, onde foram implantadas o sistema de conferências e participação popular. Com isso houve uma disseminação desta forma de fazer políticas para os estados da federação. Este trabalho objetivou analisar as políticas públicas desenvolvidas no Estado do Ceará no período de 2007 a 2014, e de que forma essas ações são norteadas dentro de uma política nacional. Como metodologia foi realizada um estudo descritivo transversal com abordagem quantitativa. Como marco teórico foram utilizados os autores referentes as políticas públicas do esporte como: Castellani Filho (1988; 2010; 2011); Bracht (2005); Darido (2003) e Soares (2004) e com relação a Política Nacional de Esporte, trabalhamos com os autores Alves a Pieranti (2007), Starepravo (2010), Linhales (1996, 1998), Castelan (2011), Flausini (2012; 2013) e outros autores contemporâneos. Como cenário da pesquisa tivemos como locos de ação a Secretaria do Esporte e suas ações no período citado, onde foram listados todas os programas e projetos desenvolvidos e analisados a congruência com a política nacional de esporte. Como principais resultados obtivemos que cerca de 82% das ações desenvolvidas no Estado do Ceará estão em congruência com a PNE e que houve um aumento significativo das políticas em termos quantitativos e dotação orçamentária. Também destacamos o crescimento em relação a temáticas diversas como: meio ambiente, comunidades indígenas, atividades para deficientes, ações para o idoso. Podemos destacar que houve um avanço significativo em termos de atendimento e relacionados a proposta de âmbito nacional.

Palavras-chave: Esporte, Política Nacional, Programa e Projetos

ABSTRACT

Public policy has become an instrument of dialogue in society and state. The guarantee of rights and the development of access actions government policies has developed a lot from the democratic reopening and the 1988 constitution. sport and leisure policies followed this trend and through programs and projects, can increase its performance in several different themes and public areas. The development of sport and recreation policies have more latency from the Lula government, which were implanted the system of conferences and popular participation. With that there was a spread of this way of making policies for the states. This study aimed to analyze public policies developed in Ceará from 2007 to 2014, and how these actions are guided within a national policy. The methodology one cross-sectional study with a quantitative approach was carried out. As a theoretical framework we used the authors regarding the sport public policies as Castellani Filho (1988; 2010; 2011); Bracht (2005); Darido (2003) and Smith (2004) and regarding the National Sport Policy, we work with the authors Alves Pieranti (2007), Starepravo (2010), Linhales (1996, 1998), Castelan (2011), Flausini (2012; 2013) and other contemporary authors. The setting for the search was the Department of Sport and its actions in that period, which were listed all the programs and projects developed and analyzed congruence with the national sports policy. The main results obtained that about 82% of the actions developed in the state of Ceará are in congruence with the PNE and that there was a significant increase in policies in terms of quantity and budgetary allocation. We also highlight the growth in relation to various issues such as the environment, indigenous communities, activities for disabled, actions for the elderly. We can point out that there was a significant advance in terms of service and connection nationwide.

Keywords: Sport, National Policy, Programme and Projects

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Logomarca “Secretaria do Esporte”	71
Figura 2 – Logomarca “Jogos Escolares do Ceará”	74
Figura 3 – Logomarca “Programa Segundo Tempo”	78
Figura 4 – Logomarca “Programa PELC”	80
Figura 5 – Logomarca “Cursos de Capacitação”	83
Figura 6 – Logomarca “Bolsa Atleta”	89
Figura 7 – Logomarca “Jogos Indígenas”	91
Figura 8 – Logomarca “Circuito das Águas”	93
Figura 9 – Logomarca “Projeto Ceará Ventura”	95
Figura 10 – Logomarca “Jogos Paraolímpicos”	96
Figura 11 – Logomarca “Bolsa Esporte”	98
Figura 12 – Logomarca “Esporte na Escola”	100
Figura 13 – Logomarca “Projeto Mão Amiga”	102
Figura 14 – Logomarca “Projeto Viva+”	104
Figura 15 – Logomarca “Projeto Esporte na Minha Cidade”	106
Figura 16 – Logomarca “Projeto Felicidade”	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução de beneficiados SESPORTE.....	67
Gráfico 2 – Equipamentos construídos ou reformados SESPORTE	68
Gráfico 3 – Evolução de beneficiados SESPORTE.....	68
Gráfico 4 – Congruência com a Política Nacional	70
Gráfico 5 – Evolução de beneficiados SESPORTE.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recursos SESPORTE 2007-2014	72
Tabela 2 – Jogos Escolares.....	75
Tabela 3 – Realização de eventos esportivos	76
Tabela 4 – Programa Segundo Tempo	79
Tabela 5 – Programa Esporte e Lazer na Cidade.....	81
Tabela 6 – Realização capacitação e incentivo ao desporto	83
Tabela 7 – Construção/reformas de equipamentos esportivos.....	87
Tabela 8 – Apoio para eventos nacionais	89
Tabela 9 – Apoio às organizações esportivas	90
Tabela 10 – Realização jogos dos povos indígenas.....	92
Tabela 11 – Realização Projeto Circuito das Águas	94
Tabela 12 – Realização Projeto Ceará Ventura.....	95
Tabela 13 – Realização Jogos Paraolímpicos	97
Tabela 14 – Indicadores Bolsa Esporte	99
Tabela 15 – Realização Projeto Esporte na Escola.....	101
Tabela 16 – Realização Projeto Mão Amiga.....	103
Tabela 17 – Realização Projeto Viva+.....	105
Tabela 18 – Realização Projeto Esporte na Minha Cidade	106
Tabela 19 – Realização Projeto Felicidade	108
Tabela 20 – Programas e eventos esportivos.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASMEL - Associação Nacional de Secretários Municipais de Esporte e Lazer
CBCE - Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CNA - Comissão Nacional de Atletas
CND - Conselho Nacional de Desportos
CNE - Conferência Nacional do Esporte
COB - Comitê Olímpico Brasileiro
CONAM - Confederação Nacional das Associações dos Moradores
CONFED - Conselho Federal de Educação Física
CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro
CUT - Central Única dos Trabalhadores
ENEFD - Escola Nacional de Educação Física e Desporto
EPT - Esporte Para todos
INDESP - Secretaria Executiva e o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
MAPP - Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários
ME - Ministério do Esporte
MEC - Ministério da Educação e Cultura
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PED - Plano de Educação física e Desporto
PL – Partido Liberal
PNE - Política Nacional de Esporte
PPA – Programa Plurianual
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
SESPORTE - Secretaria do Esporte do Estado do Ceará
SNE - Sistema Nacional do Esporte
SNEAR - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEE - Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNEL - Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ESPORTE, ESTADO E SOCIEDADE	19
2.1	MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA A PARTIR DO ESTADO	19
3	POLÍTICAS DE ESPORTE NO BRASIL	27
3.1	EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA ESPORTIVA	27
4	REDEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTE (PNE)	37
4.1	POLÍTICAS DE ESPORTE: MUDANÇA DE FOCO E INVERSÃO DE PRIORIDADES	37
4.2	CONFERENCIA NACIONAL DO ESPORTE E PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	45
4.3	COMPETÊNCIAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.....	55
5	METODOLOGIA	60
5.1	TIPO DO ESTUDO	60
5.2	CENÁRIO	61
5.3	COLETA E ANÁLISE DE DADOS	62
5.4	PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	63
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
6.1	MODELO DE GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	65
6.1.1	Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP)	65
6.1.2	Gestão por resultados	66
6.1.3	Indicadores de resultados Secretaria do Esporte	67
6.2	CONGRUÊNCIA COM A POLÍTICA NACIONAL	69
6.3	COMPETÊNCIAS DO ESTADO	71
7	CONCLUSÃO	111
	REFERÊNCIAS	116
	APÊNDICE A – TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO	125

1 INTRODUÇÃO

O esporte como fenômeno social está presente nas configurações da estrutura organizacional da sociedade. No Brasil, este fenômeno pode ser considerado bem latente devido à história e à evolução da prática esportiva desenvolvida no país.

O esporte é considerado uma das práticas sociais de maior unanimidade quando se refere à sua legitimidade social. Neste século, o esporte é uma das práticas mais relevantes que se encontra na sociedade, onde o mesmo faz parte da vida da maioria das pessoas (BRACHT, 2005).

No Brasil, as tendências¹ higienista, militarista, pedagogicista e competitivista da educação física fizeram parte do pensamento dominante dos governantes compreendido no período do início do século XX até meados dos anos 1980, ou seja, desde a criação das legislações até as legitimações das práticas esportivas o Estado tinha um objetivo claro e bem definido (HAKAMADA, 2012).

Com a reabertura democrática do Brasil e a promulgação da nova Constituição em 1988, o processo democrático tem se tornado cada vez mais um instrumento de diálogo entre o governo e a sociedade. Trata-se de políticas públicas direcionadas através de ações que são voltadas para atender as necessidades e expectativas da coletividade tendo em vista a forte influência que esta exerce através de pressão e mobilização social (MELO; CARNEIRO; BONFIM, 2013)

A Constituição Federal de 1988 trouxe maior autonomia para a população bem como para as instituições frente ao Estado. Isto se reflete nas mudanças ocorridas em relação à Constituição de 1967 do período militar, em que os indivíduos foram gradualmente voltando a ter seus direitos assegurados e consolidados nessa nova Constituição. Os brasileiros passaram a ter maior autonomia em suas ações e pensamentos (STAREPRAVO *et al.*, 2010).

A partir do governo de Luiz Inácio², o Brasil tem construído uma política de participação popular e a política esportiva veio, da mesma forma, fomentar

¹ Segundo Brouco e Darido (2007, p. 3), “as tendências pedagógicas podem ser entendidas como pressupostos pedagógicos que caracterizam uma determinada linha pedagógica adotada pelo professor em sua prática, ou seja, são criadas em função dos objetivos, propostas educacionais, prática e postura do professor, metodologia, papel do aluno, dentre outros aspectos”.

² Eleito em 2002, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi o primeiro representante do Partido dos Trabalhadores a chegar ao maior cargo do executivo no País. O Partido tinha até então em sua plataforma de governo, programar as formas de participação popular nas decisões do Governo.

discussões a partir de uma coletividade para a construção de uma política nacional de esporte que venha a colaborar com a estruturação das políticas esportivas regionais.

A partir disso, surgiram algumas inquietações que norteiam a atividade investigativa: Quem formula as políticas públicas do Estado do Ceará? A política estadual de esporte está consonante com a política nacional? Existe participação popular na construção das políticas? Existe legado construído por meio das políticas executadas?

Este trabalho objetivou-se em analisar as políticas públicas desenvolvidas no Estado do Ceará no período de 2007 a 2014, e de que forma essas ações são norteadas dentro de uma política nacional. Traçando todo um resgate histórico da construção da Política Nacional do Esporte e quais as ações governamentais estão congruentes com o exposto na discussão nacional.

Deste objetivo foram propostos os objetivos específicos, a saber: (i) Apresentar as ações e a evolução das políticas no período de 2007 a 2014, desenvolvidos pela Secretaria do Esporte do Estado do Ceará; (ii) Comparar a congruência do desenvolvimento das políticas de esporte segundo os referenciais da Política Nacional do Esporte; (iii) Criar um legado de memória das políticas de esporte no período de 2007 a 2014 para futuras gerações, servindo como ponto de pesquisa, reflexões e novas construções políticas por meio registros oficiais.

Este trabalho também visa contribuir com a construção de legado esportivo para o Estado do Ceará, já que de acordo com Hiller (2000), legado não significa apenas construção ou obras, mas toda política de conservação de memória, informações e dados que possam contribuir com o trabalho de gerações futuras, onde reflexões e estudos poderão ser realizados a partir do histórico da política.

Pedagogicamente, o presente estudo de justifica ao se inserir na linha de pesquisa de avaliação e monitoramento de políticas públicas, do Curso de Mestrado Profissionalizante em Planejamento e Políticas Públicas (MPPPP). A linha tem como objetivo fazer estudo das políticas públicas em execução; de suas formulações e desenvolvimento; das ações empreendidas na implementação de tais políticas e dos resultados alcançados.

Pensando nesta questão de forma hipotética, puramente baseada no senso comum e na experiência empírica do pesquisador, pode-se supor que parte

das políticas públicas do esporte e lazer do Estado do Ceará realizadas no período de 2007 a 2014 tem relação com a Política Nacional de Esporte. Percebe-se que a mesma possui participação popular, pois o Estado do Ceará está centrado no meio da política de realização de encontros estaduais para escolha representantes para participação das conferências nacionais de esporte e que é notável que algumas ações governamentais esportivas sejam prolongamentos da política nacional.

Percebe-se que a mesma possui participação popular, pois o Estado do Ceará está centrado no meio da política de realização de encontros estaduais para escolha representantes para participação das conferências nacionais de esporte e que é notável que algumas ações governamentais esportivas são prolongamentos da política nacional.

No intuito de buscar resposta a esta questão, rechaçar ou confirmar a hipótese exposta, será realizado uma pesquisa documental, fazendo um levantamento das ações realizadas no governo estadual de 2007 a 2014 no âmbito de esporte e se a mesma possui relação direta com a política nacional do esporte construída ao longo do mandato do presidente Lula.

Pesquisar sobre a construção das políticas públicas desportivas torna-se relevante pelo fato de elucidar a forma que essa construção de política é realizada e a partir disso traçar uma discussão sobre a melhor forma de formulação das ações governamentais esportivas. Quando não há uma participação da sociedade na escolha das políticas, elas por sua vez, podem surgir de forma míope e a não atender a demanda dos motivos da qual surgiram.

O estudo pode vir a ser importante para todos os agentes que atuam diretamente nas políticas públicas de esporte e lazer do Estado do Ceará, onde a medida que a pesquisa se desenvolve, também se cria um legado documentando as ações executadas no período do Governo de Cid Gomes³, de 2007 a 2014, e que a mesma possa servir de referência para futuras discussões no âmbito das políticas de esporte.

A escolha do período proposto deve-se por dois motivos: a mesma base política de Governo de Cid Gomes e do Governo Lula, podendo trabalhar de forma conjunta e integrada suas ações e a implantação de um novo sistema de governo no

³ Cid Ferreira Gomes foi eleito governador do Estado do Ceará e permaneceu no cargo no período de 2007 à 2014.

Estado do Ceará que foi a gestão por resultados. Essas características deixaram o período em questão bem peculiar para um recorte temporal.

Para desenvolvimento deste estudo, a revisão bibliográfica contemplou referenciais teóricos que serão citados a seguir, acerca das políticas públicas no contexto geral e em específico no esporte e lazer, do planejamento como elemento organizador de políticas públicas, buscando dar ênfase no desenvolvimento das políticas no Estado do Ceará.

A pesquisa documental teve por objetivo o levantamento e a coleta de dados para as análises dos dados o que permitiu a compreensão do objeto de estudo. Os dados de análise foram obtidos por meio das fontes principais deste estudo, que foram os documentos oficiais obtidos na Secretaria Estadual de Esporte do Estado do Ceará.

Especificamente, os documentos relativos às políticas de esporte no período de 2007 a 2014: a) planilhas do Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP); b) texto básico oficial dos programas e projetos; c) relatórios anuais de atividades; d) mensagem do governo; e) portal da transparência. A seleção de tais fontes se justifica pela demanda da pesquisa em buscar dados oficiais para análise.

Como fonte auxiliar utilizou-se documentos produzidos pelo Ministério do Esporte referentes à criação da política nacional. Com isso, pode-se fazer uma análise no âmbito nacional em relação ao âmbito estadual no período proposto.

Foram estudados também os programas e projetos em consonância com a política nacional, inclusive buscando traçar um perfil estatístico da criação e a evolução dessas políticas em números ao longo dos oito anos de governo.

Por fim, nos resultados verificamos a evolução do desenvolvimento das políticas de esporte e lazer, suas abrangências de temáticas, o que está congruente com a política nacional e pôr fim a participação popular dentro de iniciativas de inserção do povo no poder de decisão na formulação das políticas.

No capítulo inicial iremos transcorrer sobre a relação do Estado, esporte e sociedade e como essas relações influenciam as construções das políticas públicas. Para o desenvolvimento desse capítulo, serão utilizados alguns autores de base que descrevem bem essa relação de Estado e sociedade, tais como: Mauss (2003) e Elias e Dunning (1992).

No segundo capítulo o tem abordado é o histórico e a evolução da legislação e a primeiras construções das políticas de esporte e lazer no Brasil. Como referenciais serão utilizados autores de base da história da educação física, tais como: Castellani Filho (1988; 2010; 2011); Bracht (2005); Darido (2003) e Soares (2004).

Como encerramento da revisão de literatura, o terceiro capítulo falara sobre a construção das políticas públicas do esporte e lazer a partir do Governo de Luiz Inácio e como foi construído o conhecido sistema nacional de esporte onde se fundamentara nos argumentos de Alves a Pieranti (2007), Starepravo (2010), Linhales (1996, 1998), Castelan (2011), Flausini (2012; 2013) e outros autores contemporâneos.

A partir deste estudo podemos notar que na atual configuração Política Nacional do Esporte (PNE), existe uma diretriz existente a partir de discussões políticas fomentadas pelo novo modelo de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e que as mesmas políticas hoje norteiam em âmbito estadual e municipal de esporte.

2 ESPORTE, ESTADO E SOCIEDADE

Neste capítulo, inicia-se um estudo sobre a relação sobre o esporte, Estado e sociedade e suas implicações na construção das políticas públicas do esporte. Para compreensão da materialização das políticas públicas do esporte, é necessário um estudo sobre como as relações políticas e a forma do Estado pensar a sociedade. No decorrer deste capítulo serão apresentados de que forma o esporte passou a representar uma ideologia de estado como isso se materializa na construção de uma política pública.

Esporte e sociedade, dentro do histórico das civilizações, sempre tiveram uma proximidade numa perspectiva em que o próprio desenvolvimento do esporte contribui para o desenvolvimento do povo. O esporte ao longo da história teve uma relação direta com diversas manifestações culturais, artísticas, militares e políticas da sociedade, apresentando suas características que contribuem no desenvolvimento das próprias civilizações nas quais estão inseridas.

O Estado como um ente político, também é responsável em promover o esporte como forma de manutenção de uma nação forte. Com isso, a perspectiva deste capítulo é transcorrer de que forma essa relação entre esporte e sociedade, na visão de autores sobre o tema, pode relacionar com o surgimento de uma política pública do esporte cheio de significados e objetivos pensados a partir do Estado dominante.

2.1 MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA A PARTIR DO ESTADO

De acordo com Rua (1998), as políticas públicas representam um conjunto de decisões e a materialização de ações direcionadas a atender as demandas da sociedade. Cunha e Santos (2005) afirmam que as políticas têm o amparo legal para sua realização e podem ser definidas como o conjunto de programas e projetos de ações governamentais voltados para a garantia dos direitos do cidadão. Porém, antes de adentrarmos nas políticas públicas do esporte, é importante que possamos abordar alguns conceitos e características em relação ao Estado e Sociedade e como estes vão influenciar a construção da política esportiva.

As políticas, quando relacionadas a uma intervenção do Estado, são estruturas caracterizadas pela época histórica e a sociedade em que estamos

inseridos. A organização de como se deu o desenvolvimento das sociedades capitalistas em todo mundo, inclusive no Brasil, aumentou significativamente a importância do setor público e historicamente pudemos notar essas influências.

Segundo Vaugrand (2001), o esporte representa uma forte influência na sociedade, onde o mesmo carrega as mesmas características, problemas e contradições. Trata-se, portanto, de um fenômeno em movimento, como os demais setores da sociedade analisados pela ótica capitalista, ou seja, a construção da política pública está intimamente ligada a luta de poderes entre a população e suas demandas juntamente com o poder do Estado disseminando sua ideologia dominante de esporte.

Durante toda trajetória da construção do esporte no país foi possível perceber o seu desenvolvimento em razão dos interesses do Estado. À medida que a população entende a importância da sua intervenção e participação para obtenção de políticas a partir de sua construção, surge também ações mais concretas voltadas para as demandas sociais e garantia de direitos.

Essa crescente importância do Estado em que conhecemos hoje, não é caracterizado apenas na esfera política, mas abrange os aspectos econômicos, ideológicos e a força legal (CARNOY, 1990). Com isso, o entrelaçamento entre esporte, sociedade e Estado ficam cada vez mais evidenciados à medida que a materialização das políticas se dão a partir de conflitos e contradições de garantia de direitos sociais como também a relação com a manutenção de poder do Estado. Anteriormente as principais responsabilidades do Estado estavam apenas em focar nas adequações dos recursos. Com essa mudança, o Estado também passa a ser uma espécie de termômetro de mediação entre os agentes de interesses tanto nas políticas de esporte quanto dominação ideológica.

Dessa forma percebe-se que o Estado é quem elabora as políticas públicas, preconizadas por Azevedo (1997), como sendo o responsável pelos recursos e o poder para operar na sua definição. Pode-se destacar que no âmbito do esporte, as ações governamentais têm o intuito de criar uma identidade própria para o Estado. Essa relação pode também ser traduzida como uma intervenção do Estado no âmbito das relações sociais tendo em vista que essas ações são implementadas pelo Governo ou por meio de um conjunto de instituições estatais (VERONEZ, 2005).

São essas ações governamentais que atendem uma expectativa social e por essa razão são denominadas de políticas sociais. O esporte, contudo, não fica de fora dessa configuração de políticas sociais e das intervenções estatais. Sendo um processo advindo das lutas sociais, das conquistas de direitos e das próprias mudanças de valores, sua principal característica é contemplar a diversidade das demandas pelos direitos sociais que são saúde, trabalho, educação, segurança, dentre outros (ANDRADE; MONTEIRO, 2010).

A partir desta relação inicial entre sociedade e Estado, faremos uma compreensão de como a partir de uma questão ideológica, o esporte pode se transformar numa área de representatividade social e como seu desenvolvimento influencia na dinâmica social vigente.

O esporte, em seu conceito moderno⁴, vem sendo modificado em todo o mundo desde a sua origem ocorrida no século XVIII. Seu grande valor é se constituir de uma atividade de lazer ou de competição, como também sua importância na economia e inclusão social (MOTA; NASSIF, 2015).

De acordo com vários autores que serão citados a seguir, o esporte pode ser considerado uma forma de controle social, padronização de comportamentos, como também de forma de aglutinação de pessoas e manutenção do “status quo” de uma sociedade. Trata-se de um entendimento que requer a participação constante do Estado, pois o mesmo vai promover o desenvolvimento da sua manifestação esportiva a partir de seus interesses (ALVES; PIERANTI, 2007).

Entretanto, faz-se necessário destacar que os conceitos atribuídos ao esporte pertencem ao mundo das ideias, onde diversos autores fazem suas considerações sobre o esporte na medida em que querem aproximar esta manifestação como um fenômeno social, empregado de significados e valores na sociedade.

De acordo com Durkheim (2003), todas as sociedades têm instituições⁵ e elas são grandes geradoras de representações. Neste estudo vamos considerar as políticas públicas de esporte com fonte geradora de representação social e a mesma sendo desenvolvida pelo Estado a partir das suas relações com a sociedade.

⁴ O termo esporte moderno é utilizado para denominar o fenômeno esportivo ocorrido na contemporaneidade onde as modalidades esportivas são institucionalizadas e as regras e as formas de jogar são difundidas no mundo inteiro de modo uniforme.

⁵ As sociedades modernas possuem em sua constituição diversas instituições responsáveis na manutenção de ideologias, controle comportamental e adestrador das relações sociais, tais como: Igreja, política, escola, entre outras.

No entanto, interessam as representações que o esporte evoca, em seu conceito, classificações, ao ser considerado uma manifestação de Estado, e, sobretudo, transformar-se em objeto de uma política pública, a partir dessa compreensão do mundo como representação e, conseqüentemente, dos seus elementos da cultura e a história que se faz dessa cultura.

De acordo com Silva (2009), são as instituições que geram as grandes representações coletivas, ao modificarem as regras no processo de construção social e que alteram o sentido e/ou significado atribuídos a determinadas práticas sociais. O autor relata bem dessas significações que são historicamente constituídas e disseminadas na sociedade. Isso fica bem evidenciado quando ideologicamente são determinadas o que são práticas nobres e populares, quando são determinadas as rivalidades entre agremiações, quando são estipuladas as formas institucionalizadas de disputa, ou seja, a constituição de umas políticas esportivas pode refletir diretamente na constituição das relações sociais vigentes em um determinado período.

Cotta (1981) afirma que o esporte colabora com o desenvolvimento da socialização e a própria consciência comunitária, que identifica e marca a representação simbólica da Nação, que se evidencia nas suas manifestações. Andando nesse pensamento, Bento (1991) acrescenta outros benefícios, como os ganhos para a saúde, a recreação e a comunicação entre os praticantes. Portanto, a visão que se tem sobre o Esporte como sendo um fenômeno social plural surge em decorrência das manifestações em que o fator humano está sempre presente com os mais diversos objetivos, ficando a visão singular do Esporte como sendo uma manifestação fechada e restrita a espaços especiais bem como a pessoas particularmente dotadas para performances igualmente especiais (ALVES; PIERANTI, 2007). No contexto considera-se então o esporte como uma nova representação sociocultural que agrega valores e está diretamente ligada a organização e estruturação de sociedade moderna.

A partir da antropologia, pode-se destacar Mauss (2003), que comenta sobre a sistematização das atividades físicas, algo que só o homem conseguiu desenvolver de forma singular em comparação aos outros animais, trazendo para si uma significação simbólica, que de sociedade em sociedade, pode fazer transformações nas relações sociais a partir do corpo entre os indivíduos de sua época. Exemplificando como marcha, corrida e lutas, o autor procura traduzir a

manifestações tanto individuais como coletivas dessas técnicas corporais e que, simbolicamente, tem relação direta com a cultura na qual está inserida.

Pode-se exemplificar essas manifestações de representatividade nas civilizações antigas do oriente que tiveram uma preocupação em desenvolver o vigor físico de seus povos para manutenção da saúde e o equilíbrio corpo mente como também podemos citar em Roma antiga, a utilização de práticas corporais para o fortalecimento militar, inclusive com a construção de grandes arenas onde eram praticadas duelos entre homem e animais como forma de entreter as pessoas e se distanciarem das questões políticas da época (MAUSS, 2003).

Tal perspectiva o faz conceber que “temos um conjunto de atitudes permitidas ou não, naturais ou não”, desenvolvidas no âmbito da cultura e que possuem representações próprias, já que lhes atribuímos valores diferentes. Aquilo que difere das práticas corporais em diferentes sociedades são suas formas diferentes de manifestar e de impregnar no comportamento da sociedade.

Na sociologia, pode-se destacar a concepção de Elias e Dunning (1992), que diferentemente de outros autores, buscaram compreender de que forma o fenômeno esportivo recebeu um significado intrinsecamente ligado à forma de funcionamento da própria sociedade.

Para os autores supracitados, analisar as práticas desportivas lhes permitem analisar a sociedade, sendo que o desporto é um dos fenômenos essenciais da nossa civilização, porque embora as formas dessas manifestações se apresentarem sejam diferentes a variam de acordo com seus participantes, anteriormente nunca foi visto algo equivalente ao esporte institucionalizado, por isso o desporto apresenta uma característica completamente com significação social.

Em todas as formas de desporto, os seres humanos lutam entre si direta ou indiretamente, o desporto é sempre, em todas as suas variedades, uma luta controlada, num quadro imaginário, quer o adversário seja a montanha, o mar, a raposa ou outros seres humanos. (ELIAS, 1994, p. 84).

O autor destaca que as representações que o esporte possui na sociedade se articulam com a própria estrutura social, onde o esporte moderno se apresenta como uma forma diferente de confronto não físico e violento, tendo relação direta com a constituição da sociedade e sua nova conjuntura. Elias (1994) ainda ressalta que, nas sociedades mais modernas, o social é controlado graças ao

autocontrole dos níveis de excitação considerados aceitáveis dentro de um conceito civilizado de relações sociais. O desporto, tal como outras atividades de lazer, dentro de suas características pode provocar através de suas funções, uma excitação agradável e assim, permitir sentimentos se apresentarem e cukularem livremente entre os seus apreciadores. O desporto pode ainda contribuir para perder, ou libertar tensões provenientes do stress.

O quadro do desporto, como o de muitas outras atividades de lazer, destina-se a movimentar, a estimular as emoções, a evocar tensões sobre a forma de uma excitação controlada e bem equilibrada, sem riscos e tensões habitualmente relacionadas com o excitamento de outras situações da vida, uma excitação mimética que pode ser apreciada e que pode ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao desígnio imaginário contiver como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo – ou desespero. (ELIAS, 1994, p. 79).

Para ele, os sentimentos são animados e a excitação é favorecida pelas atividades de lazer, onde se insere o desporto.

Perigo imaginário, medo ou prazer mimético, tristeza e alegria são produzidos e possivelmente resolvidos no quadro dos divertimentos [...] desde modo, os sentimentos dinamizados numa situação imaginária de uma atividade humana de lazer tem afinidades com os que são desencadeados em situações reais da vida – é isso que a expressão mimética indica. (ELIAS, 1994, p. 79).

Os efeitos produzidos pelo esporte, para Laplatine e Trindade (1997), é um conjunto de representações (padrões de comportamentos e relações sociais), que aqui Elias (1994, p. 79) coloca claramente como parte essencial do fenômeno desportivo: “No contexto dos fatos miméticos, as pessoas podem experimentar e, em alguns casos, representar medo e riso, ansiedade e amor, simpatia e antipatia, amizade e ódio e muitas outras emoções e sentimentos”.

A vida cotidiana das pessoas e suas relações, conflitos e contradições, são representadas pelo esporte e ao mesmo tempo regradas pela instituição esportiva. “No simbólico encontram-se um sistema de valores subjacentes, históricos, ou ideais referidos aos objetos ou instituições consideradas” (ELIAS, 1994, p. 22).

Quanto às instituições sociais, para Elias (1994), são as que proporcionam, dito de alguma forma, a renovação emocional por meio do equilíbrio entre os esforços e as pressões da vida ordinária, com as suas lutas a sério, os

perigos, os riscos e os constrangimentos. O que não deixa de exigir do ser humano o autodomínio, a aprendizagem do mesmo é uma sua condição comum da humanidade. O autor considera o conceito de configurações sociais como uma junção das relações sociais dos indivíduos, interdependentes ligados em vários níveis e maneiras onde o esporte é uma delas. Podemos citar também cultura, religião entre outras manifestações que colaboram como ligação das pessoas na sociedade.

A partir dessas relações dinâmicas no interior da sociedade e do desporto em específico, recorro a um autor que oferece, além de uma perspectiva sociológica na sua análise do esporte, uma classificação para o desporto, tal como para os jogos. Trata-se de Parlebas (1988) que, em seu livro intitulado “Elementos de Sociología del Deporte”, indica que as práticas esportivas não são restritas ao desenvolvimento biológico ou psicológico e sim que todas as práticas esportivas foram escolhidas e consagradas socialmente.

Como Elias (1994), Parlebas (1988) considera que o esporte representa e reproduz regras de conduta e, além disso, apresenta um modelo de encontro social exemplar e, por esse motivo o esforço de organizar a instituição esportiva para que ele possa ser capaz de manter a ordem. Nesta perspectiva, o esporte é, na sociedade atual uma forma de regulação da agressão física, usada como meio de pacificar, adestrar o uso legítimo da força. Na prática esportiva moderna são aprendidos o distanciamento e o contato corporal, o enfrentamento físico e o controle da agressividade. O domínio das manifestações afetivas e relacionais são uma forma pacífica de domesticação dos corpos.

No contexto deste estudo, nos interessa estudar as práticas institucionalizadas a partir do esporte para então analisar o conteúdo da política nacional do esporte definida pelo Estado e as representações coletivas que persistem no interior do texto dessa política.

Compreendido o Esporte como atividade pública – ou seja, facultada e, neste caso, sugerida a toda a sociedade – e ligada a campos diversos, abre-se espaço para a discussão e para a formulação de uma Política Nacional de Esporte. Nascida no âmbito governamental deve resultar de ampla discussão de segmentos diversos da sociedade. (ALVES; PIERANTI, 2007, p. 8)

Dentro deste contexto de utilização do esporte com representação social, podemos então traçar um paralelo histórico no desenvolvimento das políticas públicas de esporte brasileiro, destacando as principais mudanças e a sua evolução dentro de um contexto histórico até chegarmos ao modelo de política atual, promovido pelo governo do PT de forma mais democrática e representativa.

Ainda assim, é necessário compreender a evolução da construção da política esportiva no Brasil a fim de consolidar todos os conceitos estudados anteriormente. A partir do próximo capítulo faremos uma descrição geral dessa evolução das políticas de esporte no Brasil e a relações com as ações de Estado e Sociedade.

3 POLÍTICAS DE ESPORTE NO BRASIL

Neste capítulo, inicia-se um estudo sobre a evolução das políticas de esporte no Brasil. Como o Estado apropriou-se dos ideais esportivos e de que forma isso influenciou o comportamento da sociedade brasileira juntamente com as manifestações esportivas.

O Brasil teve suas práticas esportivas com características em diferentes períodos, onde a estruturação da legislação e consolidação esportiva se deu a partir materialização das políticas norteadas pelo o Estado e as especificidades da época juntamente com os interesses de governo.

A partir dos autores clássicos do assunto abordaremos a história da política de esporte no Brasil, sempre relacionando com os objetivos do Estado e suas implicações na sociedade. Toda essa compreensão é fundamental para uma análise futura na atual política nacional de esporte, chegando até uma política estadual, foco principal deste trabalho.

3.1 EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA ESPORTIVA

A transformação da educação física em esporte no Brasil ocorreu desde o final do século XIX até meados do século XX, estando relacionado com um projeto de nação e que deve ser implementado, com o objetivo da modernização do país e sua inclusão entre as sociedades civilizadas, na concepção “eliasiana”⁶ (SILVA, 2009).

Esta perspectiva relacionava-se com a ideia de que, para que a nação fosse viável, seria necessário todo um esforço no sentido de sua construção, pois a nação é, antes de tudo, um produto que necessita ser fabricado. Entende-se que o nacionalismo é um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente e, complementando, enfatiza o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. (SILVA, 2009, p. 28)

⁶A concepção eliasiana é oriunda de um extenso debate com a filosofia, principalmente a de Kant e Descartes. Para Elias, só é possível pensar em identidade considerando as redes de interdependência que os indivíduos estabelecem nas configurações às quais pertencem. Elias aponta que a mudança na “balança nós-eu” está vinculada a transformações históricas das sociedades (ROSA, 2007). Na concepção de Norbert Elias, uma sociedade com um bom desenvolvimento do esporte seria considerada uma sociedade desenvolvida, pois o esporte praticado de forma institucionalizada contribui para o adestramento dos corpos e dos padrões sociais para a manutenção da ordem e da boa conduta dos cidadãos.

Portanto, a Educação Física sendo tratada como esporte foi uma atividade que passou a ser incluída como artefato utilizado nessa construção. Daí porque a mesma passou a ser alvo das políticas públicas.

O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. [...] A Independência, portanto, criou as condições para o florescimento do espírito burguês, mas não em toda a sua plenitude, e sem romper com o entrosamento visceral com o mercado externo, do que decorre uma não equiparação entre autonomização econômica e autonomização política. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 75)

Os representantes políticos daquela época procuravam imprimir reformas e discursos no sentido de tornar o país não apenas viável, mas, sobretudo, uma Nação digna de ser considerada modelo dentro dos padrões europeus. Para isso teria que haver uma forte intervenção do Estado no sentido de moldar o jeito de ser da população. O projeto educacional passou então a ser visto como de fundamental importância na construção e unidade de sentimentos e valores morais, para essa transformação (SILVA, 2009).

No período Higienista no Brasil (1900-1930), a ciência da saúde foi sendo incorporado as atividades físicas, pois o seu conhecimento passou a ser aplicado com o objetivo de alcançar a assepsia almejada (FOUCAULT, 1984). É que, além do planejamento urbano das grandes metrópoles havia a necessidade de interferência na esfera privada, por meio da reorganização dos espaços internos nas residências para a criação de novos hábitos capazes de promover a saúde e o controle de corpos melhor adaptados à nova ordem econômica e social que se impunha (SILVA, 2009).

O domínio e a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo. Tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio (FOUCAULT, 1984, p. 146).

A educação física passou a ser resgatada a partir da necessidade de se obter um corpo biológico no indivíduo capaz de atingir mudanças que incidissem no corpo social, uma vez que a educação física se tornou indispensável como forma de um status científico cujo objetivo era conhecer o homem em movimento e aplicar o

conhecimento na melhoria do uso do corpo de forma a alcançar diversos fins. Portanto, a ginástica, o jogo e o esporte passaram a ser atividades utilizadas como forma para alcanças os objetivos desejados (SILVA, 2009).

A educação física, baseada em exercícios, atingia o indivíduo em separado buscando desenvolver em cada corpo as potencialidades que servissem aos propósitos da nação. Desse modo, embora o corpo fosse individualmente moldado, estava sendo construído para servir à coletividade. Era importante que cada um pudesse não só fortalecer sua constituição física, mas também fosse capaz de exercer o controle de si mesmo. A ideia era de que o desenvolvimento de exercícios físicos rotineiros pudesse promover uma disciplina corporal e incidisse também no caráter das pessoas se deu pela percepção que o corpo assumia no período em questão – onde corpo e espírito eram vistos como integrados. (SILVA, 2009, p. 29)

Foi assim que se deu o enlace entre as necessidades da época e uma vertente da ciência do corpo o qual foi se desenvolvendo até alcançar seu nível ideal ainda no final do século XIX. Foi dessa forma que a Educação Física se tornou importante no controle do corpo e contribuindo para que o espírito abdicasse de possíveis vícios. Da mesma forma, o corpo como um dado da natureza poderia afastar-se cada vez mais dos ditames das drogas (SILVA, 2009).

É por essa razão que a infância se tornou bastante visada em seu espaço escola onde as pessoas nessa etapa da vida deveriam estar confinadas. A escola vai aos poucos se impondo como *lócus* privilegiado para a formação moral e também da saúde das pessoas, uma vez que é através da atividade física que se promove o ideal na formação de uma sociedade mais vigorosa (SILVA, 2009).

A educação física se constituiu, com o passar do tempo, em uma atividade compulsória que atingia toda a população que frequentava o espaço escolar, diferente do que verificaremos mais a frente com o esporte na atualidade. Enquanto a educação física era a atividade corporal valorizada no final do século XIX e início do XX, nesse mesmo período, o esporte ainda era uma prática pouco disseminada, sendo incorporada como atividade espontânea e de lazer dos grupos pertencentes à elite. (SILVA, 2009, p. 30)

De acordo com Silva (2009, p. 28), para que houvesse a consolidação do Estado-nação teria que haver um sentimento próprio que fizesse com que o grupo se sinta identificado e integrado por diversos fatores. Conforme mencionado anteriormente foi o nacionalismo do seu povo que fez nação. A herança histórica, o

grupo Estado-nação e a sua trajetória fizeram estabelecer o que Elias (1997) denominou de *habitus* nacional. Segundo ainda esse autor,

Os destinos de uma nação cristalizam-se em instituições que têm a responsabilidade de assegurar que as pessoas mais diferentes de uma sociedade adquiram as mesmas características, possuam o mesmo *habitus* nacional. A língua é um exemplo imediato. Mas há muitos outros (ELIAS, 1997, p. 29).

Segundo afirma Silva (2009), para que houvesse a construção do espírito da nação se fazia necessário reformas na estrutura física das cidades, no sentido de que estas viessem contribuir de forma mais adequada para a implementação do projeto que se delineava, ou seja, para que a Nação pudesse “dar certo” precisaria ter um povo saudável e disposto a servir aos seus propósitos.

De acordo com Alves e Pieranti (2007, p. 5), “pela primeira vez de uma forma clara, o Esporte tornou-se peça fundamental para o fortalecimento do Estado, servindo a objetivo políticos”. No Brasil o Esporte vem servindo aos objetivos políticos e sociais em função de ser especificamente um atrativo, além de atender outras necessidades para o meio político. “A utilização política do Esporte, notoriamente do futebol, tornou-se mais intensa durante a vigência de regimes autoritários” (ALVES; PIERANTI, 2007, p. 6).

Já no período militarista (1930-1945), foi na Constituição Federal de 1937, em seu artigo 131, que se deu a primeira inclusão da Educação Física, no país, o que resultou na importância que os militares e os intelectuais ligados ao governo Vargas, atribuíram a esta disciplina no desenvolvimento do país. “Mas o desenvolvimento da educação física brasileira era uma questão de tempo, pois estava também diretamente ligada, entre outros, aos interesses governamentais de um estado de exceção” (MELO, 1996, p. 31).

Lenharo, em síntese das teses presentes nos textos de Educação Física sobre a época, ressalta três principais aspectos presentes na ideologia da época: a) moralização do corpo pelo exercício físico; b) o aprimoramento eugênico incorporado à raça; c) a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho. (BUENO, 2008, p. 108)

As práticas esportivas da época militarista tinham o ideal de identidade nacional e o adestramento físico transformados em uma das prioridades da segurança nacional. Foi a partir daí que o Estado se pôs à tarefa de garantir o

adestramento físico e a capacidade de recuperação e de manutenção da força de trabalho como forma de melhorar a saúde e promover a homogeneidade da raça (BUENO, 2008).

O Presidente da República Getúlio Vargas patrocinava competições, por meio da máquina estatal, e aproveitava, já na década de 1940, o Estádio de São Januário, então o maior do Rio de Janeiro, para seus discursos comemorativos no Dia do Trabalho. Compunha, assim, sua imagem de Pai dos Pobres, associado ao trabalhador assalariado e aos seus focos de interesse. (ALVES; PIERANTI, 2007, p. 6)

Através do esforço voltado para uma melhor estruturação do setor esportivo, o Estado sancionou a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, em que no artigo 12 criava a Divisão de Educação Física, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Educação e ligada ao Ministério da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 2005). Portanto este foi o primeiro órgão do governo voltado ao esporte, com a função administrativa voltara para a área da Educação Física e que na maioria do tempo, até 1970, foi dirigida pelos militares (BUENO, 2008). O esporte se popularizou e já em 1941 surgiu a primeira lei orgânica com a criação do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, o qual estabelecia a criação pelo Ministério da Educação e Saúde, bem como do Conselho Nacional de Desportos (CND) o qual incluiria o esporte como matéria legal a ser incorporada pelos estabelecimentos de ensino (SILVA, 2009).

O esporte antes do advento desta lei, era regido por entidades privadas particulares como eram os clubes, tendo estes se submetidos às determinações agora elaboradas pelo CND, e cujo objetivo era “orientar, fiscalizar e incentivar a prática, dos desportos em todo o país” (art. 1º, do Decreto-lei nº 3.199/41). Vargas (1995) alerta para o fato de que o referido Decreto-lei haver tratado de forma separada o esporte da Educação Física, e que estas duas atividades corporais foram compreendidas como específicas.

O certo é que a Educação Física percorreu caminho específico, tendo certa autonomia quando comparada a outras áreas do conhecimento em função do seu desenvolvimento no esporte, ao prévio trabalho dos militares, o interesse dos mesmos para igualmente alcançarem o mesmo nível nesta área e ainda pela forte influência que exerciam sobre o governo durante o Estado Novo e mesmo depois (BUENO, 2008). A partir desta divisão é que ao binômio educação física e esporte

tomam caminho distintos, com isso poderemos destacar as políticas esportivas separadamente da educação física.

De acordo com Veronez (2005), as políticas voltadas para a área esportiva só incidiram antes da regulamentação do esporte do que mesmo na incorporação deste nas políticas públicas. Apesar disso, o enfoque em relação ao esporte somente passou a ser visto através da mudança de seu enfoque, quando passou a ser visto para além do espetáculo performático de rendimento. Somente a partir da década de 1960 é que houve uma ressignificação do esporte, fruto de uma intensa movimentação no exterior, fazendo com que as políticas públicas nacionais se voltassem para a área esportiva.

O uso político do Esporte gerou grande preocupação no meio acadêmico, levando à produção, na década de 1960, de vários manifestos de intelectuais do setor ou com ele envolvidos. Esses documentos manifestavam a contrariedade quanto ao aproveitamento do Esporte como instrumento de propaganda política. Na Unesco, surgiu o movimento Esporte para Todos, que difundiu internacionalmente o conceito de Esporte como todas as possibilidades da atividade motora humana capazes de promover o lazer, o prazer e a satisfação. (ALVES; PIERANTI, 2007, p. 6)

Observa-se que essa mudança de conceito fez ampliar o significado das atividades esportivas, disseminando práticas não competitivas e permitindo uma maior participação universal no Esporte, o qual era visto não como um direito, mas como um dom (ALVES; PIERANTI, 2007).

Tornou-se possível falar, então, em Esporte como fenômeno social, apresentado a todos na infância e ligado à identidade individual. O entendimento do Esporte como fenômeno social do mundo moderno dá-se como um fato social construído, que existe fora das consciências individuais, torna-se imperativo à vida da sociedade e influencia costumes e hábitos. (ALVES; PIERANTI, 2007, p. 6)

O Esporte como fenômeno social revolucionou ainda mais suas funções. Prieto (1979) procura, em seu trabalho, expor a importância social do Esporte para a sociedade contemporânea, a partir do reconhecimento de um conjunto de fatos como: a dupla perspectiva da atividade esportiva como fenômeno social universal e mesmo como instrumento de equilíbrio social; o consumismo e os espetáculos esportivos; os valores que o Estado propicia para à sociedade; bem como a difusão das diversas modalidades através dos meios de comunicação de massa.

Independente desses fatos acima narrados, observa-se ainda ser possível fazer-se uma síntese abreviada das relações entre o Estado e o esporte, uma vez que nos apoiamos em Bracht e Almeida (2003, p. 90):

Em que pesem as simplificações, diríamos que duas foram as ideias que orientaram a intervenção do Estado no setor esportivo, mormente nas quando ou últimas cinco décadas do século XX: a) o esporte como instrumento de ação política no plano internacional (o desejo declarado por medalhas); b) a ideia de que a prática do esporte em massa é promotora da saúde e de uma melhor qualidade de vida da população, compensando os problemas advindos da vida urbana crescentemente tecnologizada, típico daquilo que caracterizamos como o Estado do bem-estar social.

De acordo com Ianni (1994), o regime militar brasileiro pode ser interpretado como sendo uma modificação drástica das instituições políticas e a reformulação completa da política econômica, pois tem como agente uma operação político-militar organizado mais especificamente para combater o comunismo e a corrupção, envolvendo interesses políticos e econômicos.

Dessa forma, pode-se observar que o setor esportivo não deixou de ser influenciado por uma ideologia que galgava os interesses militares. É que neste período o país teve algumas das mais importantes políticas públicas voltadas para o esporte. De acordo com Darido (2003), entre os anos de 1969 e 1979, o país observou a forte ascensão do esporte para o Estado, bem como a inclusão do binômio Educação Física/Esporte em sua planificação estratégica de governo.

Nos primeiros anos da ditadura, durante o governo do General Castelo Branco o departamento da educação Física (DEF) através do plano nacional de educação física, deu seguimento ao processo de aproximação da educação física e o esporte. Essas ações da DEF tinham uma intenção de ampliar a prática da educação física. (ANDRADE; MONTEIRO, 2010, p. 4).

Foi nessa época que se investiu mais recursos financeiros no esporte com o objetivo de fazer da educação física um sustentáculo ideológico através de sua participação e mais especificamente do êxito nas competições de alto nível (DARIDO, 2003). Neste período cerca de 30% arrecada com as loterias eram destinadas as práticas esportivas, deixando visível para a tendência a investir no esporte no intuito de disseminação de ideias nacionalistas para a sociedade.

A lei da reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) trazia como principal característica o fomento à prática esportiva, e logo depois, o Decreto-Lei nº

705 d e 1969, tornou obrigatório a prática esportiva em todos os níveis escolares, inclusive os de nível superior. Esse decreto foi interpretado como uma tentativa de desarticulação do movimento estudantil [...]. No governo seguinte do general Costa e Silva a criação da loteria esportiva federal, assegurava 30% dos recursos arrecadados, ao fomento de programas de educação física, sendo esse principal mecanismo regular de financiamento esportivo. (DARIDO, 2010, p. 4)

Foi no governo do presidente Médici que foi criado o Departamento de Educação Física e Desportos vinculados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), ficando a cargo desse órgão as responsabilidades para implementação das ações governamentais. Essa unificação teve como objetivo principal a subordinação da educação física ao sistema esportivo (LINHARES, 1996).

Como lembram Alves e Pieranti (2007), o governo do então presidente Emílio Médici aproveitou o momento da Copa do Mundo de 1970, que foi vencida pela Seleção Brasileira, para motivar ainda mais o patriotismo do povo, e usada como arma contra os distúrbios políticos que ocorriam internamente.

O tema da música que motivou a seleção brasileira lembrava a união do povo e a ideia de um país gigante e próspero, fomentando uma identidade positiva e associando o sucesso da conquista do futebol a um suposto sucesso político do seu governo.

Em 1971, ainda durante o governo do presidente Emílio Médici, foi elaborado o Plano de Educação física e Desporto (PED), com o objetivo de manter a ordem interna do país e se livrar das rebeldias que ainda eram prejudiciais ao seu desenvolvimento e à integridade dos poderes constituídos (ANDRADE; MONTEIRO, 2010).

Outra importante política ocorreu no governo de Ernesto Geisel, que foi o Esporte Para todos (EPT), implementado em 1977, para efetivar o esporte de massa. Essa política teve grande aceitação popular, tendo como objetivo a “despolarização das relações sociais” com a finalidade de ocupação do tempo do não trabalho das classes populares. (ANDRADE; MONTEIRO, 2010, p. 4)

Priorizando, pois, o momento em que ocorreu o lançamento do EPT, o país já se encontrava em clima de maior liberdade política, e que as críticas ao regime militar eram mais toleradas (VERONEZ, 2005).

A partir de 1980, já no governo de João batista Figueiredo, surgiram as Diretrizes Gerais para a Educação Física e Desportos [...], que visavam

promover programas de conscientização da população, para a importância da prática de atividade física sistemáticas. Essas diretrizes não se diferenciavam pelas diretrizes anteriores, a não ser, pelo destaque feito à educação infantil. Embora no bojo dessas diretrizes encontra-se uma crítica ao esporte de rendimento como sendo prioridade nas políticas públicas, elas continuavam sob a proteção da Lei nº 6.251/1975, cuja referência era o esporte de alto nível. (ANDRADE; MONTEIRO, 2010, p. 4)

Com o final do regime militar em 1985, ocorreram mudanças significativas devido ao advento da nova república e à transição democrática (CARAN, 1989). Por outro lado, Veronez (2005) destaca que mudanças já vinham acontecendo tanto no setor esportivo quanto na sociedade civil durante o governo Geisel, em direção à abertura política. Já a partir da Constituição de 88, observamos o crescimento do processo democrático brasileiro, não apenas sob forma de legislação, porém de participação e mudança de prioridades dos governantes onde a agenda de demandas passou a constar classes mais populares no bojo da atuação pública.

Essas mudanças hoje em dia são planejadas e voluntárias que combinam as ações dos cidadãos e do governo (ZINGONI, 1998). Dessa forma, a sociedade em que vivemos:

[...] pressupõe garantia e provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem-estar de todos os cidadãos. [...] devem ser compreendidos como uma construção decorrente de múltiplos conflitos e interesses que legitimadas democracia capitalista contemporânea. (LINHALES, 1998, p. 78)

Outro fator de real significância é que estamos vivendo um momento onde o Estado atravessa uma série de dificuldades para cumprir com os seus deveres constitucionais e se vê diante de fragilidades em suas ações onde o mercado vivencia um autêntico capitalismo seletivo (ZINGONI, 1998).

Nos sistemas democráticos, a promoção da igualdade e das justiça constitui a justificativa fundamental do desenvolvimento das políticas sociais. Entretanto o que se vê é que a função redistributiva do Estado encontra-se comprometida, a medida que é utilizada com recurso de barganha, subordinada a lógica do capitalismo de acumulação. (ANDRADE; MONTEIRO, 2010, p. 3)

Portanto, é necessário perseguir uma melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo poder público, no sentido de que a implementação e a manutenção de políticas se torne um processo de tomada de decisões envolvendo os órgãos

públicos de diferentes agentes e com total transparência. A democracia assim o exige (ANDRADE; MONTEIRO, 2010).

Conforme Andrade e Monteiro (2010, p. 3), “as políticas públicas de esporte vêm ganhando espaço, devido às reivindicações da sociedade, que buscam uma melhor qualidade de vida”. A esfera estatal, no entanto, nem sempre estiveram voltadas para o esporte. Assim considera-se que a construção de uma nova Política Nacional do Esporte se construiu, principalmente no Governo do PT de Luís Inácio “Lula” da Silva.

A política de esporte do Estado do Ceará, durante o período anterior ao citado, não construiu políticas esportivas voltadas para a coletividade. Apenas em 2007 com o início do primeiro governo de Cid Gomes, político de base governista e aliado ao presidente Lula, foi que se iniciou um processo de construção de políticas de esporte e lazer com participação de representantes da sociedade civil e instituições esportivas e realização de ações em todas as manifestações esportivas.

4 REDEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTE (PNE)

Neste capítulo, abordaremos a construção da política nacional de esporte na atualidade. Nesse sentido é importante uma compreensão dos traços históricos que tornaram possível seu surgimento e consolidação do que hoje norteia as ações esportivas inclusive ramificadas nos Estados e Municípios.

No Brasil, essa consolidação tem como marco inicial a chegada do PT no cargo mais alto executivo nacional e com isso o início de uma trajetória de participação social, com todos os representantes dos setores esportivos da sociedade, pois apenas a partir deste momento foi que se iniciou no esporte, uma política de participação por meios das conferências com a participação popular.

As implicações aqui estudadas neste capítulo têm até hoje influências sobre a constituição das políticas de esporte do Brasil. A partir de autores contemporâneos que dedicam seus escritos para análise das políticas públicas do esporte, podemos construir um espaço de compreensão da grande mudança ideologia de política e como se deu essa inversão de prioridades no Brasil passando ações focalizadas e clientelistas para ações mais universais e inclusivas.

4.1 POLÍTICAS DE ESPORTE: MUDANÇA DE FOCO E INVERSÃO DE PRIORIDADES

A redemocratização do esporte e a participação social se iniciaram basicamente a partir do primeiro Governo Lula, juntamente com outras políticas. Pela primeira vez no poder o Partido dos Trabalhadores pôde implantar a participação popular no centro de tomada de decisões. Foram criados os sistemas de conferências estaduais e municipais, locais que legitimaram a sociedade como agente participativo e no centro das decisões políticas. Essas ações culminavam em encontro nacional que por sua vez, conduzia os caminhos da construção da política nacional de esporte.

O termo “Políticas Públicas” representa construção participativa de uma coletividade que visa a garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem a sociedade humana (CARVALHO *et al.*, 2002).

Entretanto, quando se refere ao lazer e ao esporte, embora se constate que tais políticas tenham sido estabelecidas em diferentes períodos da história política brasileira, foi somente a partir de Constituição de 1988 que estes campos foram contemplados como direitos sociais. (BRUST; BAGGIO; SALGADO FILHO, 2008)

Os arts. 6º e 217, da Constituição Federal de 1988 são trunfos legais da participação do poder público na educação física, esporte e lazer. Reflete esta nova tendência onde estabelece como dever do Estado fomentar práticas esportivas, como direito de cada um, observando algumas ressalvas (BRASIL, 1988).

Para Tubino (1988), as principais dificuldades encontradas para a constituição efetiva de uma política nacional eram a legislação ultrapassada; poucos recursos financeiros; pessoas especializadas para pensar políticas de esporte; carências de pesquisa no tema; e falta de definição específica para o esporte e suas finalidades. Explicando melhor o último item:

[...] o esporte sempre foi entendido no Brasil pelo esporte de alto rendimento e pelo futebol profissional, o que, convenha-se constitui uma visão hipotrofiada do esporte, delimitando-o apenas na perspectiva elitista do talento. (TUBINO, 1988, p. 14)

Com isso, a compreensão da reestruturação do esporte e suas manifestações oficiais, passa pela compreensão da estruturação anterior, iniciada durante o Governo FHC que criou em 1998 o Ministério do Esporte e Turismo e modificada durante o Governo Lula após a separação das duas pastas.

Vale ressaltar que o esporte, como outras políticas, foi favorecido pelo sentimento democrático e de consolidação dos direitos sociais da constituição de 1988. Contudo, com a partilha das demais políticas o problema então se configura de ordem econômica, limitando a adequação dos recursos a necessidades e demandas.

Por consequência, as prioridades do uso dos recursos públicos sempre se deram a partir dos conflitos entre os agentes políticos e sua participação social ou mesmo por grupos que tinham interesses na referida política, como diz a tradição dos estudos de políticas públicas.

Com isso, a nova constituição federal foi apenas uma precursora de outras ações que vieram posteriormente e contribuíram com a construção e consolidação da política nacional de esporte atual.

Em 3 de março de 1995, o recém empossado presidente, Fernando Henrique Cardoso⁷, nomeou Edson Arantes do Nascimento⁸ (Pelé) como Ministro Extraordinário do Esporte, cargo criado pela MP 813 de 01/01/1995 e situado o junto ao Ministério da Educação e do Desporto – MED., portanto, sem haver criação de novo ministério, como muitos acreditam. (BUENO, 2008, p. 201)

Em 31 de dezembro de 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso cria o Ministério do Esporte e Turismo. A criação de um ministério demanda a criação de uma estrutura organizacional que operacionalize e gerencie suas diversas ações, ou seja, que formule, execute e coordene suas políticas.

Diante disso, o decreto que instituiu a estrutura regimental e organizacional do Ministério do Esporte e Turismo foi o Decreto nº 2.928, de 8 de janeiro de 1999, que relativo ao esporte continha a Secretaria Executiva e o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto⁹ (INDESP).

[...] I - implementar as decisões relativas à política e aos programas de desenvolvimento do desporto, estabelecidos por seu Conselho Deliberativo; II - realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do desporto; III - captar recursos financeiros para o financiamento de programas e projetos na área do desporto; IV - zelar pelo cumprimento da legislação desportiva; V - prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; VI - manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e governos estrangeiros; VII - articular-se com os demais segmentos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área do esporte, observadas as diretrizes da política nacional do desporto. Parágrafo único. O INDESP prestará, ainda, apoio técnico e administrativo ao Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes. (BRASIL, 1995).

Assim, a Lei deixou claro que o INDESP não teria uma atuação específica sobre o esporte de participação ou esporte não formal. De forma sucinta e não clara, o INDESP atuaria apenas no apoio técnico de planejamento sobre os recursos provenientes do Estado, Distrito Federal e Municípios, como também por recursos próprios. Não ficou claro quanto, nem de onde esses recursos teriam origem para serem aplicados na massificação do esporte no Brasil.

⁷ Presidente do Brasil no período de 1994 a 2012.

⁸ Edson Arantes do Nascimento, Pelé considerado atleta do século no futebol, foi convidado para ser ministro do esporte. Naquele período alguns ícones do esporte assumiram a pasta pelo seu prestígio conseguido pela prática esportiva.

⁹ INDESP foi um instituto criado pelo Ministério do Esporte no intuito de organizar e estruturar a política de esporte de forma mais específica, já que a estrutura de divisão de suas ações com Ministério do Turismo não contribuía com o desenvolvimento de política mais específica, tanto quanto ao planejamento quanto aos recursos.

Contudo, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o cenário se modifica. Em 2003, por meio da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o Ministério do Esporte e Turismo é separado em duas pastas, criando assim o Ministério do Esporte e o Ministério do Turismo.

O Governo Federal do presidente Lula da Silva, no seu primeiro mandato, assume um compromisso com o esporte no início de sua gestão, criando o Ministério do Esporte, que:

[...] é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano. (BRASIL, 2015)

Em 2003, o Governo tomou para si o mérito de ter criado um ministério específico para o esporte com a visão de ter mudado o rumo tradicionalista da área, adotando uma nova concepção de gestão pública voltada para o esporte e o lazer. Declarou ainda na oportunidade que as ações desenvolvidas entre os anos de 2003 a 2010 (ARAÚJO, 2013). “Foram pautadas pelos compromissos de inclusão social, democratização do acesso com ampliação da escala de atendimento, planejamento e preparação das bases para transformar o Brasil numa potência esportiva mundial” (BRASIL, 2010, p. 195).

O Ministério do Esporte foi entregue a um dos menores partidos políticos, porém mais fieis partidos da base aliada do Governo, no caso o Partido Comunista do Brasil (PC do B), tendo naquela oportunidade lhe entregue o menor orçamento entre todos os demais ministérios (ALVES; PIERANTI, 2007).

Os ministérios entregues a base aliada do governo ficando composta pelo próprio PT, o PC do B, o PSB e o PL. Foi assim que Lula prevendo a necessidade de negociar ministérios com outros partidos antecipou-se e ofereceu o Ministério do Esporte ao PC do B, apesar de que o presidente do partido, Renato Rabelo ter cogitado a possibilidade de rejeitar o ministério na tentativa de barganhar um ministério de maior poder de barganha (OLIVEIRA, 2002).

Com 12 deputados federais e nenhum senador eleito em 2002, o PC do B apoiou Luiz Inácio Lula da Silva desde sua primeira candidatura à Presidência da República em 1989. A favor do partido no comando do novo ministério pesaram ao menos dois argumentos. O primeiro era uma teórica facilidade para desenvolver seus projetos junto às instituições de ensino, visto que os diretores da União Nacional dos Estudantes (UNE) pertencem historicamente aos quadros do PC do B. O segundo era a proximidade do partido com o esporte brasileiro. (ALVES; PIERANTI, 2007, p. 13)

Após aceitar o Ministério do Esporte, o ministro percebeu que seria a oportunidade para render frutos, conforme ele recentemente declarou: “No início, quando o presidente Lula propôs o Ministério do Esporte, não era exatamente o que pensava o PC do B porque não tinha experiência nem traquejo nessa área” (OLIVEIRA, 2007, *apud* BUENO, 2008, p. 220-221).

O PC do B designou para o cargo de Ministro do Esporte o médico baiano e também deputado pelo Distrito Federal, Agnelo Queiroz que já era filiado ao partido desde 1985. Antes já havia sido membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados durante oito anos.

A estratégia do ministro é a criação de projetos que possibilitassem a prática do esporte de forma massificada, em diversos níveis e finalidades distintas (ALVES; PIERANTI, 2007). Percebe-se que a indicação de cargos estratégicos no Brasil ainda é norteadada por questões políticas e não por competência técnica para a área.

Logo de início o ministro formulou um documento intitulado Política Nacional de Esporte, que se encontra em discussão no Conselho Nacional de Desportos, o novo CND. Nesse documento o ministro admite a definição defendida pela Lei nº 9.615/98, segundo a qual o esporte brasileiro é:

- I. Desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
- II. Desporto de participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;
- III. Desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei 9615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. (BRASIL, 1998)

As melhorias no campo das políticas públicas do esporte e lazer são percebíveis, a criação de setores específicos de cada manifestação esportiva e seus respectivos projetos contribuíram com o global desenvolvimento do esporte. Porém de acordo Flausino (2013), apenas a criação de um Ministério próprio e secretarias independentes por si só não garante a materialização dos direitos sociais do esporte, no entanto elas se configuraram como início de um campo fértil de disputa de interesses e correlações de força. De acordo com qualquer estudo proveniente de política, a legitimação das ações perpassa as questões legais e necessitam de uma participação efetiva na consolidação das ações governamentais.

De acordo com Castelan (2011), essas mudanças não vieram ao acaso, a própria campanha de Lula que teve por base alianças partidárias de esquerda, centro e direita, movimentos sociais e sindicais. Sua vitória nas eleições de 2002 veio acompanhada da demanda em integrar os partidos aliados. Essa inclusão, principalmente da esquerda favoreceu uma maior atenção da participação da sociedade nos debates políticos. Esta integração demandou a criação de novos ministérios, dentre eles, o do Esporte destinado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) cuja gestão das secretarias teve que ser compartilhada com o setorial do esporte do PT.

Para manter as condições de governabilidade, Lula encabeça um governo que não é do PT, mas liderado pelo PT e tem que partilhar poder com outros partidos que lhe dão a base de sustentação no Congresso Nacional. Um destes partidos é o Partido Comunista do Brasil (PC do B). (CASTELAN, 2011, p. 29)

No pensamento ideológico de política de esquerda é preciso que as ações para o desenvolvimento se de através do exercício pleno da cidadania, com a participação das diversas camadas da população decidindo os rumos da sociedade, avançando a característica assistencialista existentes nos programas governamentais (CASTELAN, 2011). Durante a gestão do Governo Lula, houve um crescimento e consolidação na proteção dos direitos fundamentais, juntamente com a criação de fóruns, legislação, organização da sociedade civil em busca de uma maior aproximação ente poder público e as demandas da sociedade.

O debate atual sobre a democracia brasileira tem sido uma preocupação de muitos estudos no Brasil, que partem de diversas abordagens teóricas, que por um lado trata da ampliação e consolidação da democracia na América, destacando

seus avanços nas últimas décadas e, por outro lado, também destaca os limites desta mesma democracia, que muito tem que melhorar a partir dos seus processos políticos (ARAÚJO, 2013).

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), ao analisarem em profundidade o processo de democratização que ocorria em toda América Latina, reconheceram que as diferentes experiências democráticas vividas por cada país renovaram o debate sobre democracia, caracterizado hoje em dia por uma disputa entre projetos políticos distintos.

Avritzer (2009), ao discutir sobre processos participativos no país indica que o governo Lula desde o seu primeiro mandato adotou mecanismos participativos. Assim, essa propensão em estimular práticas participativas traduziu-se em diversas ações governamentais, dentre elas, a participação de entidades da sociedade civil para a elaboração do PPA, criação de conselhos de políticas em áreas sem tradição de participação e a realização de um conjunto de conferências para auxiliar o estabelecimento das prioridades dos ministérios. (FLAUSINO, 2013, p. 33)

O acompanhamento destas deve ser feito coletivamente de forma a pressionar o poder público na ação do desenvolvimento do bem universal da sociedade com políticas públicas de qualidade. De acordo com Ferreira (2013), o esporte e lazer nos cenários das políticas públicas vem crescendo a partir de uma maior organização dos setores da sociedade, onde de forma gradual o governo vem deslocando seus esforços e seus recursos para setores que outrora eram sempre desfavorecidos. Acompanhando esse cenário, seriam ampliados os direitos sociais e a incorporação de imensas populações no consumo com o fortalecimento do mercado interno. Todos concordaram, porém destacaram o caráter altamente dependente e frágil da economia brasileira.

Atrrelado a uma participação maior do esporte nos espaços de discussão do governo, Araújo (2013, p. 2) constata-se que:

[...] alguns indicadores de melhoria de crescimento econômico, como aumento dos empregos formais e o ganho real do salário mínimo em relação a inflação vigente, o que confere ao governo Lula a marca de conciliação de interesses de classe, na perspectiva de combinar uma política econômica conservadora com uma política social próxima da regulação keynesiana, representada pelo aumento do consumo, expansão dos gastos públicos sociais e redução da desigualdade de renda.

Outra peculiaridade do governo Lula foi a autodenominação de governo participativo popular, onde o ponto de partida dessa questão é o documento de balanço do governo de 2003 a 2010, especificamente no bloco participação social do eixo estruturante democracia e diálogo. “O governo empenhou-se, desde o início, em construir uma nova relação do Estado com a sociedade. Uma relação de diálogo permanente e de respeito pela autonomia dos movimentos e pela democratização das decisões”. (BRASIL, 2010b, p. 96).

O projeto democrático-participativo, de um lado, e o projeto neoliberal de outro, acompanhado por um pensamento participacionista e de revalorização simbólica da sociedade civil (entendida como Terceiro Setor), sendo a centralidade do primeiro a participação da sociedade nos processos decisórios. A partir deste panorama político que se compreende os ganhos do PT em termos eleitorais nos âmbitos municipais e estaduais em meados de 80, e posteriormente a ascensão à presidência da república (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

O governo Lula foi caracterizado pela afirmativa de que os mecanismos de participação popular cresceram de forma significativa. Foram implementadas diversas políticas públicas que se tornaram motivo para debates nas conferências internacionais, com destaque para os esportes. Antes, porém de analisá-las cabe aqui fazer uma trajetória do esporte como objeto de política pública (ARAÚJO, 2013).

Outras modificações ocorreram, nessa estruturação do Ministério do Esporte, mas estas diretamente ligadas aos Megaeventos Esportivos. Em 21 de julho de 2011, o Decreto nº 7.529, adjetivado pelo Decreto nº 7.630 de 30 de novembro de 2011, reestrutura a organização das Secretarias do Ministério do Esporte.

Demos passos que pareciam impossíveis, como conquistar a sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, os dois maiores eventos esportivos do planeta. Eventos esses que extrapolam em muito o âmbito esportivo e trazem progresso à indústria, ao comércio, ao turismo, à educação, à infraestrutura. (SILVA JÚNIOR *apud* ARAÚJO, 2013, p. 4)

Segundo Nozaki e Penna (2007), com a adesão da rota dos megaeventos esportivos o governo Lula não passou despercebido ao olhar dos críticos que atribuem o esporte neste contexto das políticas imperialistas e capitalistas da

dimensão da mercantilização da prática esportiva em sua essência. Apesar de não ser objeto de estudo da pesquisa em questão, vale ressaltar que o próprio governo democrático não se isentou de ceder aos ditames capitalistas em favor do capital.

Retomando o debate das mudanças concretas de uma visão participativa do esporte, é possível perceber a mudança de concepção do esporte no Brasil. A criação de um órgão, ao menos em tese de caráter permanente, possibilitou a consolidação de políticas e projetos para esse setor. O esporte passou a ser olhado não apenas em relação às modalidades e competições de alto rendimento, mas também no que tange à sua prática de forma recreativa. Fica ainda evidente a opção pela integração dessas diversas possibilidades, facilitando a associação da prática esportiva com outras áreas-alvo de políticas públicas federais, como, por exemplo, a educação, a saúde e o trabalho (ALVES; PIERANTI, 2007).

Esta mudança significativa das relações de poder e mediação no esporte culminam numa Política Nacional de Esporte que tem como seu marco inicial a construção das conferências, modo de organização de participação de todos os setores da sociedade em prol de discussão e deliberações coletivas acerca deste tema específico.

Nessa perspectiva, o diálogo entre governo e sociedade civil tem contribuído para a racionalidade das políticas públicas e tem tido como principal arena as conferências nacionais. A partir das ideias, sugestões, diretrizes, objetivos, fruto dos debates próprios da democracia participativa, foram definidas as linhas mestras de atuação do governo. As conferências estão aproximando a participação popular na elaboração e no controle social de políticas públicas que, nesse momento, envolve a comunidade esportiva e os movimentos sociais e populares de todo o Brasil.

4.2 CONFERENCIA NACIONAL DO ESPORTE E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Ao planejar sua política para o Esporte, o PT tomou como alicerce os princípios democráticos de participação, que sempre foram difundidos em suas campanhas e ideologia política, e assim, esse político tronou-se eixo central na formulação das ações de Estado não só no esporte, mas em diferentes áreas (FLAUSINI, 2013). Como princípios norteadores, podemos destacar a reversão do

quadro de injustiças, o esporte e o lazer como direito, universalização e inclusão social e a participação social (BRASIL, 2004, p. 35).

De acordo com Terra *et al.* (2009), o intuito era descentralizar, escutar as pessoas, abrir os espaços de participação social nas decisões políticas relacionadas ao esporte no país para buscar atender as demandas reais da sociedade. E assim foi implantado em vários governos do partido dos Trabalhadores os mecanismos de participação: como fóruns, orçamento participativo, conferências e seminários temáticos. Os conselhos de política tinham a função de controle público das ações estatais, discutem planos e o tornam transparentes, deliberam sobre temas que lhes são pertinentes e estabelecem espaços para negociação, pactuação e consensos que facilitam traçar caminhos para a construção coletiva da política. Desta forma a sociedade civil assume um papel de protagonista na formulação, implantação e avaliação da política. Na fase de formulação deve-se contemplar etapas como pesquisa do assunto, retrospectiva da situação atual e prospectiva daquela que se quer alcançar (RUBIM; FERNANDES; RUBIM, 2010).

Tratando de esporte é nessa hora em que se efetiva o direcionamento de tudo debatido de forma coletiva para atingir um objetivo desejado no âmbito esportivo, algo que não existira anteriormente, ou seja, até então o esporte não tinha sido ainda objetivo de discussão de forma ampla para atender realmente uma demanda social, crescente principalmente dos que não tem oportunidade de acesso (RUBIM; FERNANDES; RUBIM, 2010).

Um processo de distribuição de poder que pressupõe, por um lado, a redistribuição dos espaços de exercício de poder – ou dos objetos de decisão -, [...] e, por outro, a redistribuição dos meios para exercitar o poder, ou seja, os recursos humanos, financeiros, físicos. (STEIN, 1997, p. 6).

A participação dos diversos setores da sociedade torna a gestão democrática e faz com que não só os gestores, mas com que todos os envolvidos na produção da ação política possam sentir-se responsável por seu direcionamento e seus resultados. Com o entrelaçamento de diversos grupos, outro fator relevante é que o debate parte de uma realidade concreta vivenciada pelos envolvidos. De acordo com Pereira (1996), a descentralização propicia o diálogo entre democracia e participação popular, porém tal relação só ocorrerá se houver a participação popular

e o controle democrático se tornarem efetivos de fato, se a gestão maior oferecer subsídios da materialização desses mecanismos de participação.

A ênfase na realização das conferências nacionais se apoia no fato que as entidades partícipes dessa nova forma de pensar política têm capacidade de deliberar e de prover diretrizes para formulação de política de esporte no âmbito federal. A convocação ocorre pelo Poder Executivo, através dos seus Ministérios e Secretarias, sua organização é baseada em temáticas e conta com a participação de representantes do governo e da sociedade civil (POGREBINSCHI, 2010). Inclusive, objeto de estudo desta política é analisar os efeitos e resultados deste debate trouxeram implicações nas políticas esportivas no Estado do Ceará.

De acordo com Stein (1997), as Conferências Nacionais têm sua importância, pois trazem consigo não só o tema da democratização, mas também caminha junto com a descentralização, favorecendo a participação social. Esse preceito constitucional passa a ser percebido em âmbito federal na área de esporte e lazer, quando o governo Lula, através do Ministério do Esporte (ME), promove três Conferências Nacionais. Diante disso, reconhece-se a necessidade de identificar se as Conferências foram, de fato, definidoras da agenda política desenvolvida na área, e se, as suas deliberações tiveram influência na definição de políticas para universalizar o direito ao esporte.

É dever do Estado garantir e multiplicar a oferta de atividades físicas, competitivas e de lazer a toda a população. A garantia de acesso ao esporte será um poderoso instrumento de inclusão social, considerando sua importância no desenvolvimento integral do indivíduo e na formação da cidadania, favorecendo sua inserção na sociedade e ampliando sobremaneira suas possibilidades futuras (PNE, 2004, p. 3).

Vale ressaltar que vista a importância das conferências no processo de formulação de políticas públicas, insere-se nessas dinâmicas a formulação de plano e que, segundo Flausini (2013), as diversas áreas de governo, com destaque para a cultura, a educação, a saúde e a assistência social deliberaram a criação de Planos utilizando-se de resoluções e Conferências.

E como foco central deste trabalho, a análise das políticas esportivas do Estado do Ceará, iremos descrever o movimento criado a partir da realização das Conferências Nacionais do Esporte, precursor hoje de diversos planos de governo voltados para área.

O Ministério do Esporte realizou em 2004, a I Conferência Nacional do Esporte (CNE) na qual estabeleceu um processo de formulação de políticas públicas voltadas para o setor, sendo, na oportunidade motivo de discussão e deliberação dessas políticas contando com a participação popular. Em 2006 o Ministério realizou a II Conferência Nacional do Esporte. E posteriormente em 2010, realiza a III Conferência Nacional do Esporte.

As Conferências, instituídas oficialmente pelo governo federal, convoca diversos representantes, tanto do governo como da sociedade civil por meio das suas entidades oficiais e com isso, promove um grande encontro para negociação e debate de forma coletiva.

A comissão organizadora nacional teve em sua composição membros de diversas entidades da sociedade civil relacionadas ao esporte, bem como para além do campo esportivo: Secretaria Executiva do Ministério do Esporte (ME), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (ME), Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (ME), Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (ME), Senado Federal, Câmara dos Deputados, Comissão Nacional de Atletas (CNA), Fórum Nacional de Secretários e Gestores do Esporte, Associação Nacional de Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL), Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional das Associações dos Moradores (CONAM), dentre outras representatividades nacionais. (FLAUSINO, 2013, p. 36)

Toda conferência seguia três etapas: a etapa municipal; a etapa estadual (onde eram escolhidos por voto representantes para participação da etapa nacional) e uma terceira etapa, que tinha como objetivo garantir uma ampla participação da sociedade e incorporar questões consideradas relevantes para os Municípios e Estados nos debates (FLAUSINO, 2013).

Os participantes das Conferências eram distribuídos por categorias, sendo uma de delegados, outra de convidados e outra de palestrantes, onde os delegados eleitos nas Conferências Estaduais, indicados pelos Ministérios, representantes do Senado, da Câmara dos Deputados, representantes das entidades administrativas do esporte e da sociedade civil organizada, esta última mediante indicação da Comissão Organizadora Nacional teriam direito a voz e voto (FLAUSINI, 2013).

A metodologia de trabalho contemplou mesas redondas seguidas de debates, grupos temáticos e plenárias. Para subsidiar os debates foram elaborados documentos pelo Ministério do Esporte. Os eixos temáticos organizadores do debate para elaboração das propostas de ação foram: i) Esporte de alto rendimento; ii) Esporte educacional; iii) Futebol; iv) Esporte, lazer e qualidade de vida; v) Direito ao esporte e ao lazer; vi) Esporte, economia e negócios; vii) Esporte, administração e legislação; viii) Esporte e conhecimento. (BRASIL, 2004)

A partir de toda a metodologia proposta, surgia assim ao final de cada conferência, documentos norteadores, construídos coletivamente que eram difundidos por todos os delegados presentes, representantes de entidades e pelo próprio Ministério do Esporte que se utilizavam desses documentos no intuito de direcionar, organizar, nortear toda a política de esporte no Brasil, no pensamento de seus idealizadores.

A I CNE aconteceu em Brasília, entre os dias 17 e 20 de junho de 2004, com o tema “Esporte, lazer e desenvolvimento humano”. Nela, segundo dados oficiais, estiveram presentes 861 delegados eleitos em 60 Conferências Municipais e 116 Regionais, que aconteceram em 876 Municípios. Segundo o ME 83 mil pessoas estiveram envolvidas no processo de debate. Um texto básico sistematizado foi disponibilizado para os participantes (BRASIL, 2004a).

O texto, formado por 62 parágrafos, teve o objetivo de balizar as discussões da Conferência e também apresentar os princípios, diretrizes e objetivos que apontam para a criação da I CNE.

Os eixos temáticos organizadores do debate para elaboração das propostas de ação foram: esporte de alto rendimento; esporte educacional; futebol; esporte, lazer e qualidade de vida; direito ao esporte e ao lazer; esporte, economia e negócios; esporte, administração e legislação; esporte e conhecimento. (BRASIL, 2004)

O processo que se deu para realização da I CNE envolveu 83 mil pessoas em todas as suas etapas. Foram realizadas 60 Conferências Municipais, 116 Conferências nos âmbitos regionais, que aglutinaram representantes de 873 municípios, 26 estaduais e Distrito Federal, sendo ainda eleitos 861 delegados para a etapa nacional (BRASIL, 2009).

Sua finalidade central é democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subsequentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente

eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas. (BRASIL, 2004, p. 9)

A denominada Carta de Brasília, data de junho de 2004, exalta a ampla participação da sociedade para a formulação das políticas públicas para o esporte e o lazer. Foi dessa forma que a I CNE apontou para a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL) que explicita entre os seus princípios, diretrizes e objetivos estruturantes. Entre os princípios se destaca o da gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos, e entre as Diretrizes o destaque para a gestão participativa e o controle social da gestão pública (BRASIL, 2004).

Desse intenso processo de debates, surgiu a vigorosa proposta de criarmos o Sistema Nacional do Esporte e Lazer, com eixos em políticas nacionais de gestão participativa e controle social, de recursos humanos e de financiamento. (BRASIL, 2004, p. 5)

A II Conferência Nacional do Esporte (II CNE) ocorreu também em Brasília entre os dias 04 a 07 de maio de 2006 e sua temática foi a Construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Segundo o Ministério, a II CNE representou a continuidade do processo que havia sido iniciado em 2004 na I CNE, e na qual a participação popular bem como a discussão do esporte foram o principal foco (ARAÚJO, 2013).

A realização da II CNE contou com a participação de 44 mil pessoas em todas as etapas. Foram realizadas 326 conferências municipais e regionais, que tiveram a participação de 2.242 municípios, mais que o dobro dos municípios da I CNE, 27 estaduais, incluindo a do Distrito Federal, sendo eleitos 846 delegados estaduais, dos quais compareceram 835 na etapa nacional. (FLAUSINO, 2013, p. 37)

Conforme Castelan (2011), o foco que teve maior peso e destaque nas duas CNE's foi o da construção de uma Política Nacional do Esporte bem como de uma Lei de Incentivo ao Esporte, tendo resultado na elaboração da lei orientada pelas deliberações que foram aprovadas e materializadas em documento final sistematizado pelo Ministério do Esporte. No entanto, a autora destaca que a principal deliberação foi a criação do Sistema Nacional do Esporte (SNE) com o

objetivo de organizar as políticas voltadas para o setor em âmbito nacional, estadual e municipal.

A II CNE teve seus objetivos voltados para consolidar o espaço de diálogo entre o Estado e a sociedade, no sentido de promover uma ampla mobilização, articulação e participação popular, promover avanços na construção do SNE e consolidar a Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2009).

O texto garante que o Sistema Nacional de Esporte e Lazer tem por princípio a gestão democrática aplicada na esfera pública valorizando:

- a) A transparência na gestão dos recursos financeiros e a priorização de sua utilização em políticas sociais e inclusivas. [...].
- c) As gestões que se dão por meio de Conselhos, Conferências, Fóruns e Câmaras Setoriais, entre outros, garantindo, assim, a participação popular. (BRASIL, 2009, p. 57)

As decisões tomadas na II CNE incluíram importantes recomendações para os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Esporte e Lazer. A dimensão destas deliberações no que concerne a fiscalização e formulação de políticas públicas quanto à natureza da composição tornaram-se relevantes em suas definições sobre o que devem ser constituídos pela maioria das representações da sociedade civil, sendo que suas atribuições se destaca a “participação na elaboração do Plano Plurianual para a destinação orçamentária de verbas, fiscalizando sua utilização para o esporte e lazer” (BRASIL, 2009, p. 58). A partir deste contexto, os Estados também ficariam responsáveis em realizar suas conferências e atribuir a construção coletiva no PPA vigente na gestão.

Nessa edição do evento assinala-se entre as propostas aprovadas um detalhamento maior dos espaços públicos específicos, como as conferências, fóruns, audiências públicas e conselhos. Indica que a Conferência Nacional seja a instância máxima de deliberação da política de esporte e que haja revisão do processo de escolha dos componentes do Conselho Nacional de Esporte (CNE), além de recomendar seu caráter deliberativo com a sociedade civil tendo a maioria dos seus representantes, como também, que a existência dos conselhos estaduais e municipais seja pré-requisito para apoio financeiro. (ARAÚJO, 2013, p. 7)

Brandão, Flausino e Terra (2009) destacam que as duas primeiras edições das conferências tiveram um direcionamento para a garantia dos direitos sociais e a garantia ao acesso ao esporte e lazer, no qual é responsabilidade do Estado efetivar essa política. Porém, ainda são destacados a participação popular e

o controle social como espaço de consolidação da democracia e de descentralização do poder. Confirma-se assim, uma continuidade dos debates entre a construção de uma política e a necessidade de se implantar um sistema que ponha em prática essa política. O princípio da universalidade, conforme Pereira (1996, p. 1),

É o que melhor contempla e exige a relação entre políticas públicas e direitos sociais [...]. Uma razão histórica fundamental para a adoção desse princípio foi o objetivo democrático de não discriminar cidadãos no seu acesso a bens e serviços que, por serem públicos, são indivisíveis e devem estar à disposição de todos. Não discriminar, na perspectiva desse princípio, significa não estabelecer critérios desiguais de elegibilidade, que humilhem, envergonhem, estigmatizem e rebaixem o status de cidadania de quem precisa de proteção social pública.

É notório que os autores comentam que este documento não é a curto prazo a resolução para todos os problemas do esporte, porém já constitui uma direção para futuras melhorias nas políticas esportivas. As duas conferências serviram para balizar algo que durante muito foi esquecido como a universalização do esporte como um direito a uma forma de inclusão social.

Já com um pensamento nos megaeventos esportivos, tivemos um aspecto diferente na conferência seguinte. Diferentemente da 1ª e 2ª edições, a III CNE somente ocorreu em junho de 2010, quatro anos depois da segunda. Teve como slogan por um time chamado Brasil e tema o “Plano Decenal de Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. É importante lembrar que segundo o Ministério do Esporte,

A II Conferência deixou como desafio para a edição seguinte, a necessidade de se definir o projeto do Sistema Nacional de Esporte e Lazer [...] que promova a inclusão social, garanta a democratização do acesso ao esporte e ao lazer rumo a sua universalização e que assegure, assim, um novo patamar para o esporte brasileiro. (BRASIL, 2009, p. 104)

Contraditoriamente, Araújo (2013, p. 8) diz que:

[...] o objetivo da III CNE foi discutir e aprovar o Plano Decenal de Esporte e Lazer com dez linhas estratégicas e ações, deslocando a proposta de consolidação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer para apenas uma linha do Plano Decenal.

Diferente dos debates anteriores, que pautava pela universalização e acesso ao esporte, o foco da III edição teve como base uma inclinação para a

realização de megaeventos esportivos indo de encontro ao que havia sido proposto anteriormente. Ainda segundo Castelan (2011), se nas edições anteriores da Conferência, o debate sobre o Sistema Nacional de Esporte e o eixo participação popular e controle social obtiveram destaque, na III CNE a discussão sobre controle social limitou-se a uma ação com quatro metas. Apensar de ter sido aprovado em plenário, foi nítida a manobra do Governo em direcionar o eixo da discussão para a alocação de recursos para fins privados.

A realização da III CNE envolveu a participação de 220.470 pessoas em todas as suas etapas. Foram realizadas 1.457 conferências municipais e regionais, envolvendo 3.112 dos 5.565 municípios brasileiros, 26 estaduais e Distrito Federal, sendo eleitos 1.030 delegados estaduais (BRASIL, 2010). Para o direcionamento e a orientação dos debates, o Ministério do Esporte produziu cinco documentos, a Cartilha de Orientações, o Texto básico e os três cadernos da Coletânea - Esporte e Lazer: Políticas de Estado (BRASIL, 2009b; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009c; BRASIL, 2009d; BRASIL, 2009e).

A Coletânea Esporte e Lazer – Políticas de Estado é composta por três cadernos que objetivam informar aos participantes da III CNE a trajetória institucional do ME. Apresentam as resoluções e produtos finais da I e II CNE, bem como as secretarias, os programas e as ações do Ministério. (FLAUSINO, 2013, p. 46)

Apesar das cartilhas distribuídas pela organização do evento serem bem abrangentes foi notório que o debate ficou restrito a discussão ao esporte de alto rendimento e ao esporte espetáculo. O megaevento então entra em cena e traz toda a atenção dos delegados e palestrante, deixando esquecidos os temas até então sido priorizados anteriormente nas duas últimas edições da conferencia (FLAUSINI, 2012). O conteúdo das cartilhas era superficial, além das discussões que foram suprimidas pelo tema em viga que era megaeventos esportivos.

O Caderno 1 – Esporte, lazer e desenvolvimento humano contém o Documento Final da I CNE que abrange a Carta de Brasília, síntese do conteúdo debatido e aprovado, os subsídios para construção da PNE e a resolução de criação do Sistema Nacional. O Caderno contempla ainda, o texto da Política Nacional do Esporte, aprovada em 2005 pelo Conselho Nacional do Esporte (BRASIL, 2009d).

O Caderno 2 – Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer reúne os textos preparatórios da II CNE que orientaram os debates nas conferências

municipais e estaduais, os quais culminaram nas deliberações da Etapa Nacional. Inclui ainda, o Documento Final da II CNE, que abrange a Carta de Brasília e as resoluções referentes ao Sistema Nacional, e o Relatório da Reunião dos Especialistas que ocorreu após o término da II CNE, em 2007, e que objetivou debater sobre o atual Sistema Brasileiro de Desporto, constante na Lei nº 9.615/98 (BRASIL, 2009c).

O Caderno 3 – Programas e ações do Ministério destina-se a apresentar o histórico da intervenção estatal no esporte, as secretarias do Ministério e suas atribuições e programas. No fim do documento consta uma discussão a respeito dos grandes eventos esportivos que relata a experiência da disputa, a preparação e a realização de grandes eventos (BRASIL, 2009e).

Castelan (2011) adverte que a III CNE destoa o foco das discussões anteriores, das quais enfocam o desenvolvimento humano através do esporte e a universalização dos direitos sociais ao esporte e lazer. A III CNE prioriza os megaeventos esportivos, a II CNE deixava claro a continuidade do debate acerca do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Não foram poucas as críticas recebidas pelo governo, onde os envolvidos engajados na causa sentiram falta na implementação das deliberações do evento desde a sua primeira realização.

No mesmo sentido, Castellani Filho (2010) faz suas críticas. A medida que a não realização em 2008 e em 2009 já anunciava que algo estaria errado. O descaso do Ministério do Esporte em dar continuidade à construção coletiva da política do esporte já dava traços que a materialização das políticas de governo antes propostas teriam que dar lugar a outro eixo temático. De acordo com o autor, aquilo que era central nas duas conferências, na terceira acaba se misturando os outros eixos temáticos e por fim perde a sua importância, vitimada pelo engodo do governo que por sua vez já legitimou a sua prioridade.

Peguemos por exemplo a realização, em nosso país, da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, de cuja decisão participou a FIFA e CBF e o COI e COB, respectivamente, bem como a política de financiamento do esporte desavergonhadamente voltada para o alto rendimento em detrimento da compreensão do direito ao acesso ao esporte e ao lazer por parte da sociedade brasileira. (CASTELLANI FILHO, 2011, p. 10)

Conclui-se, portanto, que a maioria das deliberações relativas ao eixo Gestão e Controle Social não foi cumprida pelo governo federal, que priorizou os megaeventos esportivos como principal política pública, ao invés de criar e consolidar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer para garantir a universalização do direito ao esporte. A realização da III CNE em sua etapa final resultou na elaboração do Documento Final que contém as resoluções que constituem o PDEL e a Carta de Brasília, um resumo do que foi debatido e aprovado.

A constituição do Plano Decenal constante no Documento Final do qual transcorre sobre as principais responsabilidades dos entes federativos, dos quais estão destacados em seu conteúdo a missão dos Estados e Municípios acerca do seu papel esportivo. A partir disso, será utilizado este documento oficial de Política Nacional do Esporte como base para o estudo proposto nesta dissertação e, a partir dela, analisar a atuação do Ceará na construção de suas políticas e a congruência da política nacional.

4.3 COMPETÊNCIAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Não há dúvida ter havido por parte do Governo e do Ministério do Esporte a intenção de fazer crer que o espaço de formulação de políticas de lazer havia finalmente se ampliado, teria se transformado em uma Conferência, e poderia absorver propostas que partissem da sociedade em geral, haja vista ser o caráter do Campo esportivo extremamente conservador, apesar de alguns sujeitos e entidades progressistas que o compõem.

Temos então três Conferências Nacionais do Esporte durante o período por nós delimitado (2003-2010). A I CNE (2004), com o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, a II CNE (2006), intitulada “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, e a III CNE (2010) cujo título dizia “Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para colocar o Brasil entre os 10 mais”.

Através da análise das deliberações podemos afirmar que as três conferências foram muito parecidas e seguiram uma mesma linha de coerência, que passa pela determinação de se democratizar com qualidade as práticas de esporte e de lazer no Brasil.

Mesmo a III CNE, cujo tema é destoante dos temas principais das duas conferências anteriores, e cujo objetivo era ser um espaço voltado para pensar a organização do alto rendimento no Brasil, as propostas aprovadas vão, na sua maioria, na direção de ampliar o acesso ao esporte e lazer em suas diferentes manifestações, e atender a grupos com diferentes interesses e necessidades.

Existem poucas dúvidas sobre os diversos papéis dos diferentes segmentos e setores da sociedade e do Estado em relação ao Esporte. Entretanto, faz-se necessário reforçar a descrição destes papéis, uma vez que muitas vezes os quadros circunstanciais afastam esses setores sociais de suas missões e funções e pelo fato de que uma Política dependerá sempre do exercício correto e adequado dos mesmos. Assim achou-se pertinente repassar os papéis da União, Estados, Municípios, entidades do Esporte institucionalizado, universidades e instituições de Ciência, empresas, mídia e demais órgãos públicos e privados envolvidos no processo esportivo brasileiro. (PNE, 2001, p. 16)

O papel da União terá que considerar o esporte em toda a sua abrangência social, como uma questão nacional do Estado. Para que esse objetivo seja alcançado o Estado terá que cumprir o seu Plano de Desenvolvimento do Esporte, onde deverá estar inserida uma política de maior abrangência, em que invariavelmente estão as seguintes indicações e diretrizes:

1. Estabelecer o Esporte como uma das prioridades sociais;
2. Elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;
3. Promover o desenvolvimento do Esporte Educacional, Esporte Escolar e Esporte-lazer;
4. Fomentar a capacitação de recursos humanos que atuam no Esporte do país;
5. Disponibilizar recursos, através de agências de fomento, à ciência aplicada ao Esporte (Congressos, pesquisas, estudos, intercâmbios, laboratórios, tecnologia e difusão da informação);
6. Estimular a indústria nacional do Esporte;
7. Buscar convênios internacionais esportivos, que tragam progresso esportivo e/ou que contribuam para a cultura da paz;
8. Propiciar e incentivar a livre iniciativa na organização esportiva;
9. Legislar para que o processo esportivo brasileiro tenha um referencial legal compatível com o estágio de desenvolvimento alcançado;
10. Criar condições legais favoráveis, através de legislação específica, que tragam o interesse de patrocínios e investimentos da iniciativa privada e atração da mídia, no sentido de um desenvolvimento auto sustentado do Esporte;
11. Legislar para que as entidades esportivas possam adquirir, sem tributação, os equipamentos esportivos indisponíveis no Brasil;
12. Estabelecer leis e normas que combatam os ilícitos do Esporte, inclusive, contra o doping;
13. Estimular e apoiar os Estados e Municípios nas suas ações para o desenvolvimento do Esporte em seus territórios;

14. Disponibilizar patrocínios e investimentos, pelas empresas de responsabilidade da União, para as entidades esportivas e ações do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;
15. Investir recursos públicos na infra-estrutura esportiva (instalações e equipamentos) de acordo com os objetivos formulados no Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;
16. Contribuir para a melhoria constante da performance das equipes nacionais nos competições internacionais;
17. Difundir e promover, com programas diferenciados, os esportes de criação nacional e identidade cultural;
18. Apoiar o Esporte para pessoas com necessidades especiais, inclusive, nas participações internacionais;
19. Desenvolver e apoiar programas de práticas esportivas para grupos em estado de carência, principalmente com crianças e adolescentes;
20. Desenvolver programas especiais esportivos de preservação da cultura indígena;
21. Apoiar programas esportivos da chamada terceira Idade;
22. Estimular a interseção do Esporte com o Turismo, favorecendo a introdução de programas e eventos esportivos nos calendários e promoções turísticas;
23. Promover e apoiar a realização de competições esportivas internacionais no Brasil;
24. Apoiar a participação de brasileiros (dirigentes, técnicos e cientistas) nas entidades internacionais esportivas. (PNE, 2001, 16-17)

No papel dos Estados estão incluídos o Distrito Federal além dos Territórios, os quais deverão formular e aplicar as mesmas políticas e planos estaduais para o esporte, nestes planos deverão estar explícitas as ações que delinearão o papel a ser alcançado. Abaixo estarão listadas as ações consideradas prioritárias:

1. Destinar recursos para as atividades esportivas em geral;
2. Desenvolver o Esporte Educacional e Esporte Escolar nas perspectivas da formação para a cidadania e de dar oportunidades de práticas esportivas para os jovens que se apresentarem com condições;
3. Promover eventos esportivos sob diversas formas (cidades, associações, escolas, mistas etc);
4. Estimular a pesquisa científica relativa ao Esporte através da disponibilização de recursos por agências de financiamento;
5. Desenvolver projetos esportivos específicos de situações e circunstâncias do estado, de acordo com a Política Estadual de Esporte;
6. Apoiar as iniciativas e movimentos municipais a favor do desenvolvimento do Esporte;
7. Fomentar a capacitação de recursos humanos que atuam no Esporte do estado;
8. Favorecer a instalação de unidades industriais produtoras de equipamentos e material esportivo no estado;
9. Criar na sua jurisdição, leis que favoreçam o desenvolvimento esportivo estadual;
10. Disponibilizar patrocínios e investimentos pelas empresas de responsabilidade do Estado, para as entidades esportivas estaduais e ações previstas no Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte;

11. Investir recursos públicos do Estado na infra-estrutura esportiva estadual (instalações e equipamentos), de acordo com os objetivos formulados no Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte;
12. Contribuir para a melhoria das representações esportivas do Estado nas competições nacionais;
13. Apoiar as organizações esportivas estaduais (federações, associações etc);
14. Difundir e promover os esportes de criação do Estado com programas especiais;
15. Apoiar as práticas esportivas das pessoas com necessidades especiais;
16. Desenvolver e apoiar programas para crianças e adolescentes carentes;
17. Apoiar e desenvolver programas esportivos para a chamada terceira idade;
18. Propiciar a inserção de programas e eventos esportivos nos calendários e programações turísticas; (PNE, 2001, p. 18-19)

O papel dos municípios é um dos mais representativos nas práticas esportivas populares ou comunitárias, pois trata-se de uma responsabilidade direta das escolas fundamentais na aplicação do Esporte Educacional e Esporte Escolar. Abaixo se apresentam as ações tidas como prioritárias para os governos municipais:

1. Entender o esporte como uma das prioridades municipais relacionadas à Qualidade de Vida das pessoas, elaborando uma Política Municipal de Esporte e um Plano conseqüente;
2. Desenvolver o Esporte Educacional no ensino fundamental na perspectiva da formação para a cidadania e de dar oportunidades de práticas esportivas para os jovens que se apresentarem com condições;
3. Investir recursos públicos para disponibilização de instalações esportivas para as práticas populares de lazer, atendendo as vocações esportivas e culturais das pessoas do município;
4. Promover eventos esportivos;
5. Desenvolver projetos esportivos específicos de interesse do município;
6. Mobilizar a iniciativa privada para os projetos esportivos do município;
7. Fomentar escolas de aprendizagem esportiva, principalmente em determinadas modalidades que expressam as vocações esportivas do município;
8. Dar condições de trabalho para os recursos humanos que atuam nos espaços públicos esportivos do município;
9. Criar no âmbito municipal uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada;
10. Contribuir com as associações esportivas, principalmente aquelas que possam representar a imagem do município quanto às suas tradições e vocações esportivas;
11. Apoiar, através de programas especiais, os talentos esportivos surgidos, de forma que eles tenham condições de desenvolvimento atlético;
12. Difundir e promover os esportes de criação regional;
13. Apoiar as práticas esportivas das pessoas com necessidades especiais;
14. Desenvolver programas esportivos para crianças e adolescentes carentes;
15. Criar e desenvolver programas esportivos para a chamada terceira idade;
16. Propiciar que os programas e eventos esportivos façam parte dos calendários e programações turísticas do município. (PNE, 2001, p. 19-20)

A partir do exposto enquanto questões norteadoras de política nacional de esporte iremos pesquisar quais ações do Estado do Ceará encontram-se baseadas nestas diretrizes supracitadas, descrever e analisar os programas e projetos desenvolvidos no período de 2007 a 2014.

5 METODOLOGIA

5.1 TIPO DO ESTUDO

De acordo com Gil (1999), define-se a pesquisa como um processo formal e sistemático de desenvolvimento de método científico. O importante mesmo é ser o objetivo fundamental da pesquisa descobrir as respostas para os problemas através do emprego de procedimentos científicos.

Esta pesquisa se classifica como uma pesquisa documental descritiva, transversal com a abordagem qualitativa, onde se realizou uma comparação sobre o desenvolvimento da Política de Esporte do Estado do Ceará, no período de 2007 a 2014, e sua consonância com a Política Nacional de Esporte.

A pesquisa indireta é interpretada como sendo o levantamento dos dados de diversas fontes, independente de qual seja o método, e servem para trazer conhecimento da área de campo de interesse (MARCONI; LAKATOS, 2012).

Segundo Marconi e Lakatos (2012), a pesquisa documental tem como características que a fonte de coleta de dados estejam restrita aos documentos, escritos ou não, mas que se constituem naquilo que se determina de fontes primárias de informações.

O devido estudo abordou o trabalho desenvolvido pela Secretaria do esporte do Estado do Ceará, analisando suas iniciativas e ações governamentais no período do Governo de Cid Gomes. Vale ressaltar que a Secretaria nos 4 anos de governo últimos anos teve um papel de destaque nas políticas do Estado do Ceará, principalmente na participação e organização dos megaeventos esportivo nas Copas das Confederações (2013) e na Copa do Mundo (2014), principais eventos de futebol a nível mundial.

A Secretaria do Esporte durante o período sugerido para pesquisa promoveu ações de diversas naturezas, contemplando áreas que englobam desde ações para crianças, adolescentes, idosos, deficientes, etc.

Com isso, surgiu a necessidade da realização da pesquisa descritiva, tanto para fazer registro documental dessas ações como também fazer uma análise com relação ao proposto pela política nacional.

Na concepção de Mattos e Junior (2008), a pesquisa descritiva tem como principal característica observar, registrar, analisar, descrever e correlacionar fatos ou fenômenos sem modificá-los, e sua relação com outros fatores.

De acordo com a perspectiva de Gil (2008, p. 27) a pesquisa exploratória tem a finalidade de “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos [...] envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso”.

Dado isto, a pesquisa, portanto, é de cunho exploratório, visto que tem por objetivo proporcionar um maior envolvimento com o problema, e caracteriza-se como sendo um estudo de caso, que, ainda segundo Gil (2008), tem como função: (1) identificar situações da vida real, onde os limites não estão claramente definidos; (2) relatar as situações no contexto em que estão sendo feitas as investigações; (3) explicar as variáveis causais dos fenômenos e situações que ocorrem.

Para Giolo (2007), “estudo transversal coleta-se simultaneamente, de um grupo ou população de indivíduos, informações sobre uma variedade de características que são posteriormente cruzadas em tabelas de contingência”. Este levantamento de dados é realizado em um único ponto no tempo e, que o pesquisador não sabe o que ocorreu antes desse tempo. Isso terá que se dá com certa frequência.

5.2 CENÁRIO

O cenário da pesquisa foi a Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (SESPORTE). Esta Secretaria é o órgão da Administração Direta do Governo, que é o responsável pelo planejamento, normatização, coordenação, execução e avaliação da política estadual do desporto.

Situada na Cidade de Fortaleza, localizada no endereço Av. Alberto Craveiro, 2775 - Castelão CEP: 60.861.212. Criada em 2007, pela Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro daquele ano, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo Estadual, altera a estrutura da administração estadual, promove a extinção e criação de cargos de direção e assessoramento superior e dá outras providências.

O art. 6º cria a Secretaria do Esporte e o art. 67 define suas competências e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 29.217, de 7 de março de 2008, que

aprova o regulamento da Secretaria do Esporte (SESPORTE), das qual se permanece até o presente momento da pesquisa.

A SESPORTE tem como missão promover e incentivar a prática do esporte e lazer em todo o Estado, sendo-lhe atribuída as seguintes tarefas:

- a) planejar, normatizar, coordenar, executar e avaliar a política estadual do esporte, compreendendo o amparo ao desporto, a promoção do esporte, a documentação e a difusão das atividades físicas, desportivas e a incentivo do esporte amador;
- b) deliberar, normatizar e implementar ações voltadas à política estadual de lazer e recreação;
- c) revitalizar a prática esportiva em todo o Estado, abrangendo as mais diversas modalidades em todos os segmentos sociais;
- d) administrar e viabilizar a implantação, manutenção de parques e equipamentos esportivos;
- e) articular as ações do Governo Estadual no sentido de orientá-las para inclusão, formação integral das pessoas, inclusive da terceira idade e pessoas com deficiências;
- f) coordenar as ações de Governo na formulação de planos, programas e projetos no que concerne à política estadual de desenvolvimento do esporte, em consonância com a Política Nacional do Esporte. (CEARÁ, 2015)

Da mesma forma compete a SESPORTE a responsabilidade pela administração do Estádio Governador Plácido Castelo, o Castelão, atualmente com a denominação de Arena Castelão, além do Autódromo Virgílio Távora e de todas as Vilas Olímpicas. É também da competência da SESPORTE promover o esporte amador, apoiando os eventos das ligas e os atletas via federações oficiais e outras entidades esportivas. São também consideradas atribuições da SESPORTE articular ações do Governo do Estado no sentido de promover a valorização e inclusão social dos jovens utilizando-se da prática do esporte (CEARÁ, 2015).

5.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para coleta de dados desta pesquisa, foram investigadas as ações que durante o período de 2007 a 2014 fizeram parte do corpo de atuação direta da SESPORTE, incluindo os programas, projetos e eventos.

O estudo foi composto pela totalidade das ações da Secretaria do Esporte, durante a análise, onde foram apontadas aquelas ações que estão em acordo com o proposto pela política Nacional de Esporte.

As ações da amostra foram analisadas na pesquisa pelo autor do estudo no ambiente da SESPORTE, depois de devida autorização da instituição através do Termo de Fiel depositário (Apêndice A).

Foram agendados datas e horários onde os respectivos funcionários desta secretaria forneceram as devidas informações para construção da pesquisa.

Como critério de inclusão para análise da pesquisa, foram incluídas as ações congruentes com a política nacional de esporte. Foram excluídas da pesquisa qualquer tipo de ações que não está direcionada com o objeto de estudo em questão.

A primeira fase de coleta de dados se deu por meio da obtenção de documentos oficiais que descrevam as ações desenvolvidas pela secretaria no período de 2007 a 2014, no intuito de identificar aquelas que fazem parte das diretrizes colocadas pela política nacional.

Como complemento do estudo proposto, foi realizada uma pesquisa na web, em informações oficiais e dados disponíveis no site oficial do Governo do Estado. Foram analisadas as leis orçamentárias, as mensagens do governador e todas as informações contidas no site oficial da SESPORTE.

Além de identificar quais as ações contidas nas orientações da política nacional, todas estas etapas foram executadas no intuito de compreender como se dão os processos de construção do orçamento da SESPORTE.

Como análise de dados, foi utilizado programa Excel da Microsoft a fim de estruturar em quadros e tabelas, as ações decorrentes da SESPORTE nos anos propostos da pesquisa.

5.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Para que o pesquisador possa realizar a coleta de dados na instituição já citada como cenário de pesquisa, será solicitada autorização dos responsáveis por meio da assinatura no Termo de Fiel Depositário.

Vale reforçar que os dados constantes aqui nesta pesquisa são referentes a fontes oficiais devidamente autorizadas pela Secretaria do Esporte do Estado do Ceará.

5.6 SÍNTESE DA METODOLOGIA

Quadro II: Síntese da Metodologia.

Tipo de Estudo	Estudo documental, descritivo, longitudinal, com abordagem qualitativa.
Cenário	Secretaria do Esporte do Estado do Ceará.
Objeto de estudo	Programas, projetos e ações congruentes com a política nacional de esporte.
Coleta de dados	<p>Fase 1: Pesquisa documental de fontes diretas fornecidas na Secretaria do Esporte referentes aos programas, projetos e ações desenvolvidas nos anos de 2007 a 2014.</p> <p>Fase 2: Pesquisa documental no portal da transparência do Governo do estado do Ceará, por meio de documentos oficinas. Os documentos privilegiados foram: mensagem do governador; planos de trabalho e projetos base hospedados no site da secretaria.</p>
Análise de dados	<p>Fase 1: Estatística descritiva simples para analisar a percentagem de ações congruentes com a política nacional de esporte.</p> <p>Fase 2: análise do desenvolvimento dos projetos com abordagem quantitativa frisando a sua variação de atendimento ao público e recursos gastos nas ações.</p>

Fonte: Adaptação do próprio pesquisador.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa sessão serão apresentados os resultados e discussões referentes à pesquisa. Cada análise proposta neste tópico estará de acordo com todos os indicadores propostos na Metodologia. O intuito é citar os dados que levem a expressar como foram as ações da Secretaria do Esporte, as ações de acordo com a Política Nacional de Esporte, a evolução das políticas em termos de recursos a atendimento.

6.1 MODELO DE GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

A partir do Governo de Cid Gomes, foi implantado no Estado do Ceará o modelo de gestão por resultados, uma forma de apresentar a sociedade alguns indicadores de resultados conseguidos a partir de um planejamento inicial no início do governo. O esporte também teve alguns indicadores nesse período que serviram de base para avaliação de desempenho a política.

De acordo com Ceará (2015), a gestão por resultados surge da necessidade de poder aproximar a sociedade e as políticas de forma a manter a transparência e ferramentas de mensuração dos resultados a partir do planejamento governamental. Como instrumentos de modelo de gestão por resultados, temos o Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP) e os indicadores de resultados.

6.1.1 MONITORAMENTO DE AÇÕES E PROJETOS PRIORITÁRIOS (MAPP)

A materialização deste novo modelo de gestão do Governo, se deu a partir da instituição do MAPP, instrumento de acompanhamento das ações realizadas por meio da aproximação da sociedade neste período.

O Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – MAPP consiste numa ferramenta informatizada, onde o Governador do Estado, a partir de proposições feitas pelos Secretários de cada área, prioriza os projetos a serem executados. A ferramenta permite o acompanhamento da execução financeira a partir da sua interligação com os sistemas que registram a execução orçamentária e financeira do Estado, bem como o acompanhamento físico a partir de informações alimentadas pelas diversas áreas responsáveis pelos projetos. (CEARÁ, 2015)

Mensalmente, o governador reunia-se com seu secretariado para discutir os resultados obtidos com a realização dos programas e projetos contidos nos planejamentos do governo. Desta forma tanto o governador como a sociedade civil passam a ter uma ferramenta concreta de acompanhamento dos resultados propostos. Vale destacar que trimestralmente são publicados os resultados tanto financeiros como os indicadores de cada ação.

6.1.2 GESTÃO POR RESULTADOS

De acordo com Gomes (2009) a gestão por resultados – GPR é uma das principais características da gestão moderna, onde podemos aproximar a efetividade dos projetos com os interesses do cidadão. De certo, este modelo se caracteriza pela tradução dos objetivos proposto em resultados, com isso na etapa de melhoramento e continuidade das ações podem ser repensadas e modificadas a partir de situação concretas balizadas.

A GPR é um modelo em que o setor público passa a adotar uma postura empreendedora, voltada para o cidadão como cliente e buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência. É uma gestão que busca reduzir custos para a sociedade e compromete o Estado com a satisfação dos cidadãos. É um modelo em que o governo é um meio e não um fim em si mesmo. (CEARÁ, 2015)

Neste formato, o governo dialoga constantemente com a sociedade civil, se utilizando de forma de monitorar e avaliar suas práticas governamentais. A busca por uma melhora constante dos indicadores gera uma responsabilidade do poder público como também uma maior preocupação de acompanhamento do cidadão.

De um modo geral, a GPR entende o cidadão como um cliente, adotando uma postura mais profissional no funcionamento das suas políticas e procedimentos no trabalho. A qualidade dos programas e projetos dialoga constantemente com os objetivos e metas, produzindo resultados realmente condizentes com as demandas e anseios das pessoas que buscam nas políticas públicas os meios para resolução de problemas e necessidades.

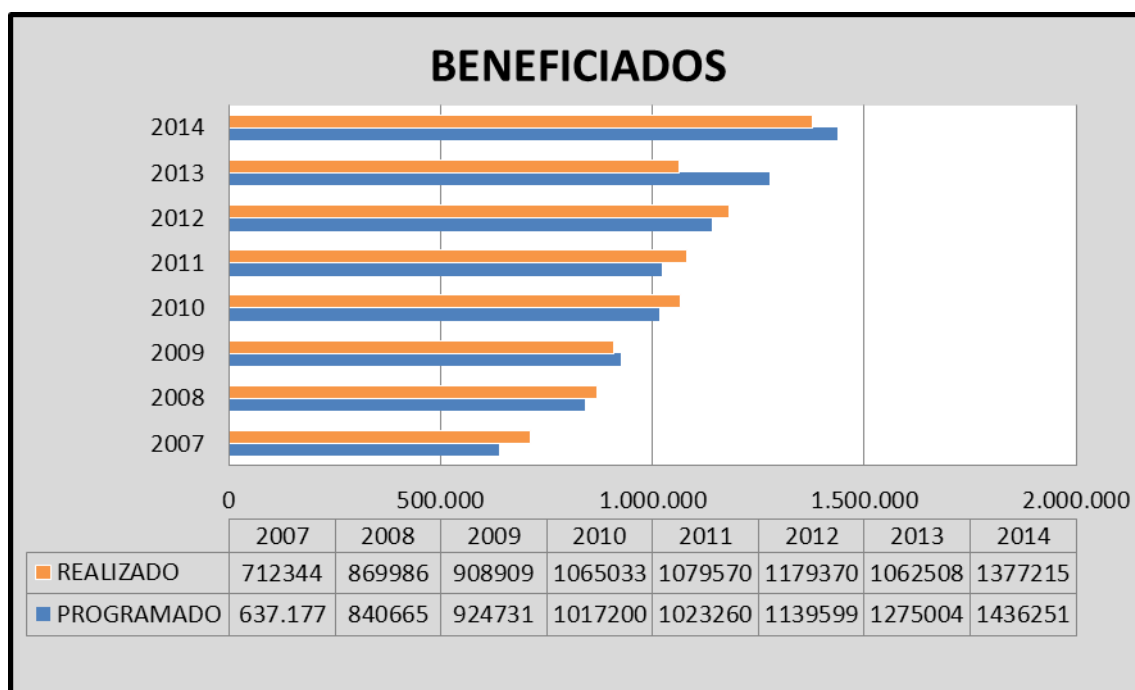
6.1.3 INDICADORES DE RESULTADOS SECRETARIA DO ESPORTE

A Secretaria do Esporte, juntamente com todas as secretarias do Estado, possuía indicadores balizadores de resultados. Estes indicadores eram a forma do Governado fazer o acompanhamento das ações e prestar contas com a sociedade. Em relação ao esporte, os indicadores utilizadores eram pessoas beneficiadas em ações e equipamentos públicos de esporte e lazer, equipamentos de esporte e lazer e público em eventos de esporte e lazer.

Indicador 1: Pessoas beneficiadas em ações e equipamentos públicos de esporte e lazer.

Descrição do indicador: Total de pessoas beneficiadas (assistidas e/ou atendidas) com ações, projetos desenvolvidos pela SESPORTE e equipamentos públicos de esporte e lazer (Vilas Olímpicas e quadras de esporte em escolas estaduais).

Gráfico 1 – Evolução de beneficiados SESPORTE



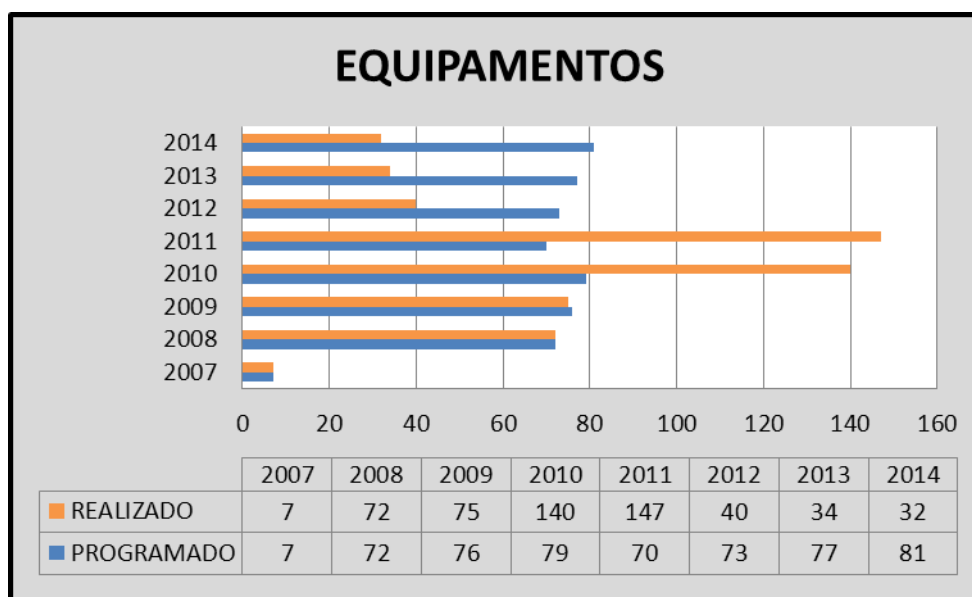
Fonte: Portal da Transparência.

Indicador 2: Equipamentos de esporte e lazer

Descrição do indicador: Total de equipamentos de esporte e lazer (Quadras de Esporte, Cobertura de Quadras em Escolas Estaduais, Vilas Olímpicas,

Estádio, Campo de Futebol) implantados pela Secretaria em todo o Estado, a partir do ano de 2007, ano em que a SESPORTE iniciou a execução de obras.

Gráfico 2 – Equipamentos construídos ou reformados SESPORTE

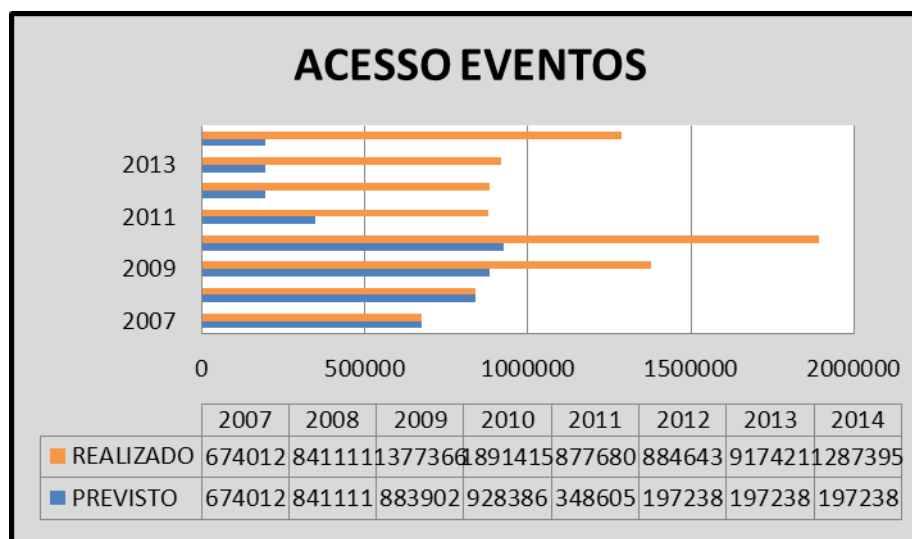


Fonte: Portal da Transparência.

Indicador 3: Público em eventos de esporte e lazer.

Descrição do indicador: Total de pessoas com acesso aos eventos esportivos e de lazer locais, nacionais e internacionais promovidos pela SESPORTE no ano.

Gráfico 3 – Evolução de beneficiados SESPORTE



Fonte: Portal da Transparência.

Os indicadores de resultados colaboram com a avaliação, operacionalizando um modelo comparativo de aquilo que se propõe desenvolver com os resultados, Carley (1985) relata que os indicadores são uma forma de mensuração concreta do que em outros momentos eram apenas genéricos e abstratos, substituindo mensurações sociais subjetivas e inconsistentes por abordagens quantitativas de valor, de fácil compreensão para quem acompanha.

Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Ou seja, são os indicadores que viabilizam a tradução dos objetivos em medidas apreensíveis, e no presente caso, a tradução dos objetivos em indicadores de resultados. (JANNUZZI, 2005, p. 138)

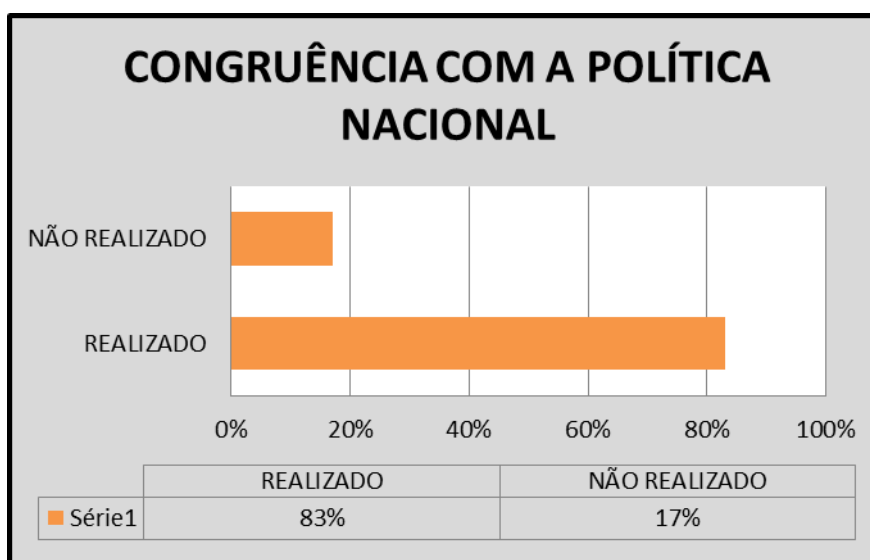
Desta forma, o Ceará adentra na perspectiva de uma gestão moderna e o esporte por sua vez, consegue seu espaço entre as políticas importantes também no cenário das políticas públicas. Mesmo que os indicadores não possam traduzir de forma tão eficiente todos os benefícios que os programas e projetos esportivos oferecem a população, de certo já observamos um avanço num olhar de constituição de política e o acompanhamento social.

6.2 CONGRUÊNCIA COM A POLÍTICA NACIONAL

Para análise da política estadual no governo de Cid Gomes, utilizamos o documento norteador da política nacional, fruto de discussão da conferência nacional do esporte. A partir disto, surgiu um documento que trata das competências dos Estados no qual são descritos ao todo 18 competências específicas que foram analisadas uma a uma para checar a congruência com a política nacional.

Descrito nos capítulos anteriores, o documento norteador da Política Nacional do Esporte surgiu a partir do modelo de gestão democrática do Presidente Lula. A criação de um Ministério do Esporte independente e a realização de conferências do esporte, impulsionadas pelas conferências municipais e estaduais, contribuíram para a abertura de espaço de diálogo e discussão acerca do futuro das políticas de esporte e lazer no Brasil.

Gráfico 4 – Congruência com a Política Nacional



Fonte: Pesquisa direta.

O gráfico 4 apresenta que das 18 propostas existentes no documento de orientações para construção da Política Nacional do Esporte, 83% das ações do Estado estão em congruência e 17% não foram observados ou detectados algum registro a algo correspondente. Podemos então dizer que, os programas, projetos e ações da Secretaria do Esporte foram desenvolvidos por influência da política nacional, mostrando que as implicações futuras das decisões políticas de uma gestão podem gerar impactos a médio e longo prazo em outras políticas correspondentes.

A exemplo de outras políticas desenvolvidas neste período, o esporte e o lazer também adentram no sistema de gestão participativa, onde a realização de conferências, fundação de conselho gestor e elaboração de propostas são a tônica da formulação das propostas.

A Política Nacional de Esporte se configura como alicerce de transformação das políticas de Estado em questão. É o precursor de uma forma de fazer política que veio para ficar. O Ministério do Esporte tem a missão de coordenar a política que em sua íntegra, a partir dessa metodologia, é protagonizada pela sociedade que se torna o proponente, formulador, articulador e responsável pelas políticas de esporte e lazer no Brasil. As políticas chegam agora para atender as reais demandas da sociedade. (BRASIL, 2004).

6.3 COMPETÊNCIAS DO ESTADO

Diante do estudo da construção da Política Nacional de Esporte, a partir de agora faremos uma análise individual de cada proposta sugerida no documento norteador, juntamente com as ações desenvolvidas no governo Cid Gomes no período de 2007 à 2014.

Figura 1 – Logomarca “Secretaria do Esporte”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

A Secretaria do Esporte do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 13.875/2007 e regulamentada pelo Decreto nº 29.217/2008, que aprova o regulamento da Secretaria do Esporte (SESPORTE), das qual se permanece até o presente momento da pesquisa.

Neste período, três secretários passaram pela pasta desta secretaria. Foram Ferrucio Petri Feitosa (2007-2010), Esmerino Arruda Coelho Júnior (2011) e Antônio Gilvan Silva Paiva, (2012-2014).

Em 2007 a Secretaria do Esporte ficava situada no Centro administrativo do Cambéba, em 2009 mudando-se para as dependências do estádio Plácido Aderaldo Castelo (Castelão), onde fica até a presente data deste estudo.

Durante esse período diversos programas, projetos e ações foram desenvolvidos por esta secretaria, onde a partir de agora traçaremos um paralelo com as orientações gerais da União com as ações promovidas pelo Estado do Ceará no âmbito esportivo.

De acordo com a Política Nacional de Esporte, os Estados brasileiros passam a ter como referências de política, as seguintes 18 propostas de ações para

o desenvolvimento do esporte. Destacaremos agora cada uma delas e seu desenvolvimento no período do Governo do Cid Gomes (2007-2014):

1) Destinar recursos para as atividades esportivas em geral;

A SESPORTE, agora como secretaria independente, possui recursos próprios para desenvolvimento das suas políticas. Os recursos deste orçamento estão divididos da seguinte forma: recursos ordinários, fundo de participação dos Estados, fundos provenientes do FECOP, transferências de crédito não condicionada, convenio com órgãos federais e fundo estadual de desenvolvimento do esporte e juventude.

Tabela 1 – Recursos SESPORTE 2007-2014

Ano	SESPORTE	Fundo Juventude	Total	Empenhado	Pago
2007	18.702.897,67	1.600.000,00	20.302.897,67	51,77%	50,01%
2008	40.333.739,73	2.700.000,00	43.033.739,73	74,67%	58,05%
2009	51.121.436,87	5.608.238,00	56.729.674,87	54,20%	50,20%
2010	93.592.383,09	10.790.160,00	104.382.543,09	62,27%	54,92%
2011	306.007.980,85	10.408.660,00	316.416.640,85	89,12%	87,03%
2012	48.584.959,71	11.985.459,00	60.570.418,71	68,92%	63,89%
2013	82.774.714,24	9.800.000,00	92.574.714,24	73,22%	72,08%
2014	50.153.758,67	15.171.058,88	65.324.817,55	52,46%	49,81%
TOTAL	672.568.973,16	66.463.575,88	739.032.549,04	67,84%	62,28%

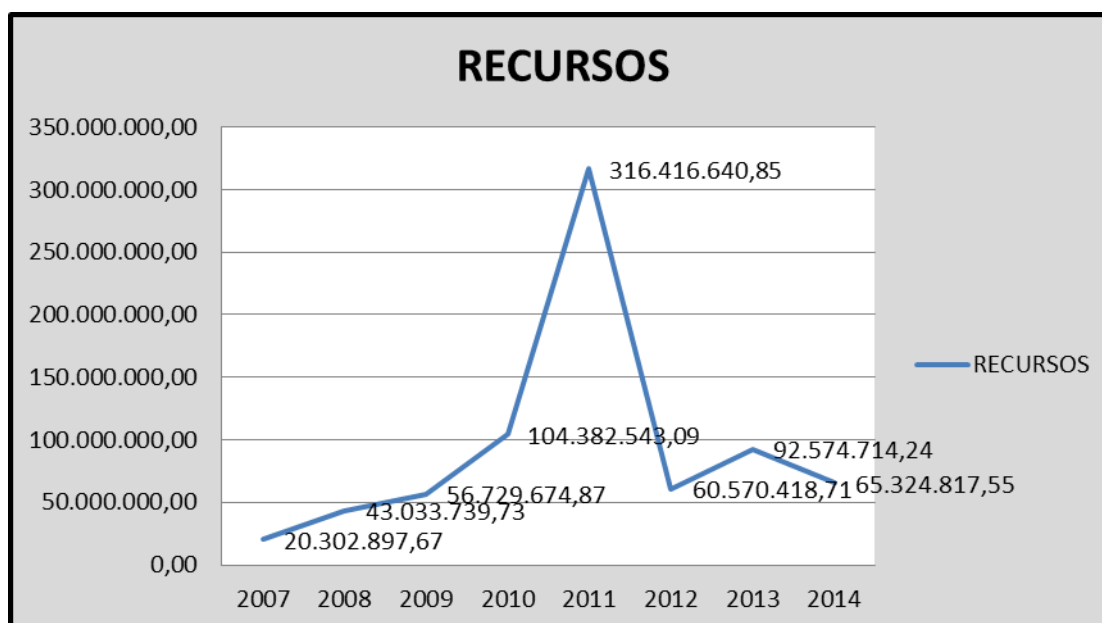
Fonte: Portal da Transparência. Elaborado pelo pesquisador.

A Tabela 1 acima apresenta a evolução dos recursos desmobilizados pela SESPORTE no período do estudo. Nota-se um aumento significativo dos recursos no período compreendido em que a Secretaria do esporte entra na rota dos megaeventos esportivos.

Vale ressaltar que em meados de 2011 a Secretaria do esporte vai dividir seus recursos com a SECOPA, até então uma secretaria especial que tratava especificamente da organização e realização da copa do mundo de futebol do Brasil, com jogos na sede da cidade de Fortaleza.

De acordo com Bueno (2009), o setor público estatal precisa de esforços para sua modernização, pois apenas propostas e políticas bem elaboradas sem o acompanhamento dos recursos para materialização não vai trazer uma efetivação de melhorias nas políticas públicas de esporte e lazer. Neste caso o autor vai destacar a “concretização constitucional”, onde os recursos alocados nas propostas são pilares fundamentais para consolidação das políticas. Tratar o esporte como uma ação importante como parte dos direitos do cidadão e dar-lhes os recursos necessários para a implantação de propostas como secretaria independente.

Gráfico 5 – Evolução de beneficiados SESPORTE



Fonte: Portal da Transparência. Elaborado pelo pesquisador.

Com relação ao desempenho tido por esta secretaria em relação a empenho e execução da política, podemos apontar um índice negativo de realização dos gastos disponibilizados pelo orçamento do Estado, conseguindo nos oito anos estudados apenas empenhar 65,83% dos recursos, pagando apenas 60,75%. Vale ressaltar que de acordo do os relatórios fiscais disponibilizados, a SESPORTE ficou durante 6 anos, como a secretaria que menos consegue executar os seus orçamentos no período estudado, dentre aquelas do mesmo eixo de atuação no planejamento governamental.

- 2) Desenvolver o Esporte Educacional e Esporte Escolar nas perspectivas da formação para a cidadania e de dar oportunidades de práticas esportivas para os jovens que se apresentarem com condições;

JOGOS ESCOLARES

Figura 2 – Logomarca “Jogos Escolares do Ceará”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

Os Jogos Escolares do Ceará têm por finalidade, promover ampla mobilização do segmento escolar, incentivando o esporte como forma de inclusão social e estimulando a participação do aluno em atividades esportivas dentro da escola além de identificar e desenvolver talentos esportivos.

Objetivos:

Educar o jovem através da prática desportiva escolar está cada vez mais difundindo e reforçando a construção da cidadania, de um mundo melhor e mais pacífico, livre de qualquer tipo de discriminação e dentro do espírito de compreensão mútua, fraternidade, solidariedade, cultura da paz e fair-play (jogo limpo). Através das atividades desportivas, crianças e jovens constroem seus valores, seus conceitos, socializam-se e, principalmente, vivem as realidades.

Tabela 2 – Jogos Escolares

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Público	14.045	10.000	11.131	22.000	22.970	17.000	6.393	15.000	118.539
Escolas	639	518	792	1.055	298	294	881	598	5075

Fonte: Mensagem do Governador à assembléia legislativa. Elaborado pelo pesquisador.

A Tabela 2 apresenta o envolvimento das escolas na realização das olimpíadas escolares, onde durante oito anos cerca de 118.539 alunos de 5.075 escolas estiveram participando dessa ação. As olimpíadas escolares são promovidas em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará e sua disputa vale vaga nas olimpíadas escolares brasileiras. Na pesquisa realizada, podemos apontar que maior parte dos recursos desta realização vem oriundos da Secretaria de Educação, porém a organização e realização fica a cargo da SESPORTE, mostrando a capacidade de realizar parceria e promover ações em conjunto com outras secretarias.

Segundo Machi Junior (2010), com a mudança na legislação brasileira a cerca das manifestações esportivas, as olimpíadas escolares fazem parte da manifestação de esporte educacional, da qual durante muito tempo foi desenvolvido no país apenas como rendimento e alta performance. Hoje os jogos já são considerados como ferramenta educativa e de desenvolvimento dos jovens participantes. Segundo o art. 3º, I, do Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013, o desporto ao ser praticado, evita-se “a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer” (BRASIL, 2013). A preocupação de fazer uma competição esportiva e não continuar reproduzindo modelos excludentes e de disputas exacerbadas foram cuidadosamente incluídas no bojo das orientações das políticas esportivas e postos em prática nos eventos realizados.

De acordo com Belbenoit (1976), o esporte quando bem desenvolvido no ambiente escolar, forja hábitos saudáveis, não apenas nos aspectos biológicos, mais como também nos valores morais, na disciplina das disputas e na educação de todos que fazem parte dessa prática. O esporte é considerado uma prática salutar no ambiente escolar, onde o mesmo favorece a concentração, a disciplina e o desenvolvimento cognitivo dos praticantes.

3) Promover eventos esportivos sob diversas formas (cidades, associações, escolas, mistas etc.);

Tabela 3 – Realização de eventos esportivos

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Eventos	16	49	60	50	42	35	05	04	261

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 3 mostra que foram realizados vários eventos esportivos no período estudado, podendo se destacar os seguintes esportes: jogos paraolímpicos, jogos indígenas, jogos dos servidores, campeonatos de futebol, futsal, vôlei, basquete, tênis de mesa, atletismo, karate, kung fu, surf, kite surf, bicicross, vela, skate, regata de jangadas, Cross country, vôlei de praia, maratona, maratona aquática, corrida de rua, asa delta, triátlon, automobilismo.

Os eventos esportivos evoluíram com as civilizações. A prática de aglutinar as pessoas por meio principalmente do esporte é algo que é visto desde civilizações mais antigas. A procura vem aumentando à medida que aumenta o interesse pelo esporte, e as culturas também se modificam e ressignificam os valores no esporte, com isso é percebido um crescimento das temáticas diferenciadas no esporte, quando de ações para públicos cada vez mais específicos. (ZANELLA 2008)

Neste período, a SESPORTE conseguiu sair do tradicionalismo das competições comuns do cotidiano do cearense a promoveu ações de diversas temáticas e manifestações esportivas, com isso pode contemplar maior número de participantes nos eventos promovidos por esta secretaria e os números de atendimento confirmam esse quadro de evolução. Destaque para os esportes envolvendo a natureza e aventura, promovendo uma maior interação entre público e natureza, valorizando as riquezas naturais do Ceará.

Contudo, percebemos que nos anos de 2013 e 2014 tivemos apenas 09 eventos no período de dois anos, quantitativos abaixo dos apresentados nos anos anteriores, dos quais vinham numa crescente de realização. A falta de continuidade das ações políticas acaba prejudicando os resultados esperados pelo desenvolvimento das práticas esportivas.

4) Estimular a pesquisa científica relativa ao Esporte através da disponibilização de recursos por agências de financiamento;

Não foi encontrada nenhuma ação dessa natureza, tanto nos documentos oficiais do governo quanto nas solicitações de documento na própria Secretaria do esporte.

Apesar do Ministério dos Esportes possuir uma secretaria que trata apenas de fomento de pesquisas, a Rede CEDES, que trabalha com editais e financiamento de estudos de esporte a lazer em todo Brasil. Mesmo com o desenvolvimento deste trabalho, não encontramos qualquer tipo de incentivo a desenvolvimento de pesquisas nas inúmeras iniciativas.

De acordo com Silva (2007), as pesquisas no campo do esporte e lazer estão em sua maioria nos âmbitos das universidades, principalmente nos programas de mestrado e doutorados, ficando as instituições governamentais de políticas públicas foram deste contexto. Sendo a pesquisa um ponto precursor para apontar caminhos e apontar resultados de trabalhos realizados, os trabalhos de políticas públicas necessitam de implantação, pelo menos no esporte no Ceará, de pesquisas e estudos que possam orientar para melhoria da qualidade das ações.

Foram constatadas algumas parcerias com a Universidade Estadual do Ceará UECE e Universidade Federal do Ceará UFC, porém não foi constatado nenhum desenvolvimento de pesquisa científica.

Percebe-se que a Secretaria do Esporte ainda não assimilou a importância da pesquisa científica para o desenvolvimento das suas ações, pois os estudos acadêmicos podem eliminar a subjetividade da política, podem apontar caminhos para minimizar erros na realização de programas e projetos como também podem servir de banco de dados de outras pesquisas. As ações governamentais precisam deixar de serem balizadas a partir do senso comum e a vontade do gestor, pois só assim programas e projetos dos governos possam se tornar mais eficientes.

- 5) Desenvolver projetos esportivos específicos de situações e circunstâncias do Estado, de acordo com a Política Estadual de Esporte;

PROJETO SEGUNDO TEMPO

Figura 3 – Logomarca “Programa Segundo Tempo”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

O Programa oferece atividades esportivas no contra turno escolar, com finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção à saúde e do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes residentes em comunidades carentes do nosso Estado.

Objetivos:

Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças, jovens e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral, incorporando valores éticos, morais e sócio-afetivos aos participantes do projeto;

Fortalecer o trabalho articulado com as escolas da área aumentando o nível de escolaridade e participação esportiva de crianças, jovens e adolescentes da comunidade como alternativa preventiva ao uso de drogas e combate à violência;

Tabela 4 – Programa Segundo Tempo

Ano	Participantes	Núcleos	Profissionais	Recursos
2007	36.000	182	320	R\$ 1.480.758,44
2008	46.600	233	205	R\$ 1.700.000,00
2009	46.600	233	947	R\$ 9.000.000,00
2010	70.000	233	947	R\$ 25.100.000,00
2011	46.600	466	1.000	R\$ 16.000.000,00
2012	46.600	466	958	R\$ 16.000.000,00
2013	48.388	466	958	R\$ 7.000.000,00
2014	46.600	466	958	R\$ 7.000.000,00
Total	387.388	2745	6293	R\$ 53.280.758,44

Fonte: Mensagem do Governador à assembléia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 4 apresenta o desenvolvimento e evolução do programa Segunda Tempo no Estado do Ceará. Durante dois anos a parceria com ministério do esporte foi considerado a maior do Brasil. Com mais de 387.388 atendimentos no período de oito anos, o segundo tempo pode democratizar o acesso ao esporte e o lazer no contra turno da escola, chegando a beneficiar todos os municípios do Ceará.

No ano de 2007, foi implantado pela Secretaria do Esporte um projeto denominado de Superação, nos mesmos moldes do programa segundo tempo. Este projeto foi desenvolvido com recursos do tesouro estadual e logo após sua implantação foi feito um processo de transição de projeto, onde o mesmo passou a ser o programa Segundo Tempo. Neste período foram aproveitados professores e estagiários foram aproveitados no programa e deram continuidade ao que já era trabalhado nos núcleos esportivos.

Com relação aos números, devemos explicitar que tivemos disparidades nos investimentos nos anos de 2009 a 2012 com relação aos demais anos, por que o programa era desenvolvido juntamente com a oferta de lanche, aumentando consideravelmente os custos. Nos demais anos, o programa teve suas atividades sem contemplação de lanche para os participantes. Nos anos de 2013 e 2014 o programa teve uma otimização de atendimentos com uma menor alocação de recursos.

De acordo com Oliveira (2012), o programa Segundo tempo vem reafirmar o esporte com política de governo, destacando a extensão do programa e as parcerias do governo federal de forma a garantir o acesso às práticas esportivas e de lazer. Sendo sua oferta prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social, o segundo tempo vai contribuir para o desenvolvimento de uma prática saudável em tempo ociosos da criança e dos jovens. Considerando que os municípios do interior, principalmente os que têm mais dificuldades com recursos próprios, o segundo tempo vem como uma grande possibilidade de fomento do esporte e lazer para quem mais precisa e para os municípios que não possui condições de manutenção de praticas esportivas para a população de modo geral.

O programa Segundo Tempo tem seu funcionamento de forma estruturada na seguinte forma: estagiário, professor, coordenador setorial, material esportivo e lanche (por boa parte do desenvolvimento do programa). No primeiro ano de mandato da SESPORTE, o programa tinha na sua estrutura reforço escolar, onde um profissional de pedagogia trabalhava nos núcleos em espaços da comunidade em regime de parceria.

As modalidades privilegiadas no programa: futebol, vôlei, basquete, handebol, futsal, atletismo, natação, dança, capoeira, tênis de mesa, karatê, judô, entre outros.

PELC (PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE)

Figura 4 – Logomarca “Programa PELC”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

A implantação e funcionamento do PELC visam promover o desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas e de lazer.

Democratizar o lazer e o esporte recreativo no Estado do Ceará para que os participantes sejam protagonistas na condição de cidadãos integrados à sociedade.

Objetivos:

- Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos;
- Orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e esporte recreativo;
- Promover a formação continuada de agentes sociais de lazer e esporte recreativo;
- Incentivar a organização coletiva de eventos de lazer e esporte recreativo para envolver a população local para além dos núcleos;
- Reconhecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo.

Tabela 5 – Programa Esporte e Lazer na Cidade

Ano	Participantes	Núcleos	Profissionais	Municípios
2014	40.000	100	715	56

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Secretaria do Esporte, iniciou seu convenio com Ministério do Esporte em 2014. O PELC é foi implantado em diversos municípios do Estado com uma proposta inovadora na perspectiva que a própria comunidade beneficiada é que discute e decide as atividades que serão privilegiadas. A Tabela 5 mostra que nesta ação serão atendidas 40.000 pessoas em 100 núcleos esportivos, culturais e artísticos.

Segundo Matias (2014), o programa esporte e lazer na cidade se apresenta como uma proposta de política governamental inovadora, pois a sua implementação não acontece da mesma forma que outras iniciativas de parceria com o governo federal, ou seja, o esboço do projeto já vem engessada de cima para baixo onde, o parceiro tem apenas a missão de reproduzir sem ter a possibilidade de planejar ou questionar algo pertinente do programa. No PELC, as ações vêm acompanhada apenas pelas diretrizes e as definições acerca de seu funcionamento é trabalhado dentro das comunidades. Também podemos destacar a valorização dos agentes sociais, onde eles são integrados a proposta de atuação como também realiza a interlocução com a comunidade, verificando os espaços disponíveis, detectando as demandas e convidando toda a comunidade a participação das aulas do projeto.

6) Apoiar as iniciativas e movimentos municipais a favor do desenvolvimento do Esporte;

Neste item, foram detectados várias iniciativas de apoio. Podemos destacar como: concessão de auxílio financeiro para construção de equipamentos esportivos, desenvolvimento de alguns eventos no interior do Estado, em regime de parceria com os municípios, como também a manutenção de vários núcleos esportivos de diversas temáticas.

- 7) Fomentar a capacitação de recursos humanos que atuam no Esporte do Estado;

PROJETO CAPACITAÇÃO E INCENTIVO AO DESPORTO

Figura 5 – Logomarca “Cursos de Capacitação”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

O Projeto Capacitação e Incentivo ao Desporto busca atender uma demanda para lidar no campo da formação dos profissionais que lidam com esporte e lazer em Fortaleza e nos municípios do interior do Estado do Ceará com o propósito de disseminar conhecimentos teóricos práticos (práxis) que visam à aquisição de saberes e competências técnicas que ajudem esses profissionais nas tarefas cotidianas do processo de ensino e aprendizagem.

Tabela 6 – Realização capacitação e incentivo ao desporto

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Participantes	-	2.307	1.100	415	958	1.580	1.600	1.920	9.880
Cursos	-	05	10	20	08	20	32	32	127
Profissionais	-	36	55	76	22	28	36	36	289

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 6 apresenta que a SESPORTE investiu bastante na formação de recursos humanos no período do estudo. Podemos destacar que todos os anos os

cursos foram direcionados pelas macrorregiões do interior do Estado do Ceará, organizados em diversas temáticas como: arbitragem de futsal, vôlei, basquete, handebol, atletismo, futebol, ginástica rítmica, gestão desportiva, políticas públicas, elaboração de projetos, prestação de contas, atividades para o idoso e cursos técnicos de várias modalidades. Existe uma preocupação em preparar não só o professor para as atividades de aula, mas também em preparar os gestores e as entidades que propuserem parcerias com a própria SESPORTE e ações futuras. Todos os cursos eram gratuitos dispunham de material didático de apoio para os participantes. A carga horária ministrada era de 40 horas por cursos.

De acordo com UNESCO (2012), todo profissional de educação física e esporte deve relatar pela sua responsabilidade de formação e oferecer serviços de qualidade para a população. Contudo o poder público precisa desenvolver um plano de formação adequado para promover a melhoria da qualidade de trabalho, pois apenas planejar e executar ações de esporte e lazer sem preocupar-se com as pessoas responsáveis pelo contato direto com o público é investir em atendimento desconexo com a realidade. Um profissional não preparado não consegue atingir objetivos de forma efetiva em ações governamentais.

Para Behrens (1996, p. 135) “A essência da formação continuada é a construção coletiva do saber e a discussão crítica reflexiva do saber fazer”. Quando são disponibilizados espaços de debates de crescimento profissional, a experiência de cada um já é um precursor de aprendizado por meio das interações e do diálogo. A partir das trocas de fatos do cotidiano, os profissionais podem refletir mais sobre suas práticas e se preocupar mais com os resultados do seu trabalho e procuram inovar em novas estratégias de para melhoria do contexto do seu trabalho.

A SESPORTE neste quesito pode trabalhar a formação dos profissionais e estudantes de educação física, dando uma variedade substancial nas temáticas propostas e principalmente nos municípios do interior do Estado da qual carece muito de formação acadêmica e oportunidade de crescimento profissional.

8) Favorecer a instalação de unidades industriais produtoras de equipamentos e material esportivo no Estado;

Não foi encontrada nenhuma ação dessa natureza, tanto nos documentos oficiais do governo quanto nas solicitações de documento na própria Secretaria do esporte.

De acordo com Pozzi (2008), as indústrias produtoras de equipamentos esportivos devem se desenvolver à medida que cresce a necessidade da prática esportiva por parte a população. Poder público deve favorecer o desenvolvimento desta indústria da mesma forma que incentiva outras unidades produtivas.

O Estado do Ceará está muito aquém de estados do Sul e Sudeste com relação ao fomento da cadeia produtiva a partir produção de materiais esportivos. Não é encontrado nenhum tipo de envolvimento ou busca de diálogo e incentivo para produtores da região possam investir na área esportiva.

9) Criar na sua jurisdição, leis que favoreçam o desenvolvimento esportivo estadual;

A secretaria do esporte, durante o período estudo conseguiu aprovar juntamente com seu legislativo uma lei exclusiva de incentivo ao esporte. Tendo como referência a lei nacional de incentivo ao esporte, do governo federal, aprovou uma lei que servirá como incentivo fiscal do tesouro estadual, para desenvolvimento do esporte.

A legislação sobre o esporte é de suma importância para a regulamentação da atividade esportiva no Brasil, já que a população valoriza o esporte como fonte de ascensão social e desenvolvimento humano. A não regulação dos incentivos e investimentos nessa área poderia acarretar, além do que já acontece, uma falta de controle do governo sobre aqueles que podem explorar economicamente o esporte no país. (PONTES; SILVA, 2013, p. 3)

Esta perspectiva de fomento de legislação para o desenvolvimento do esporte é, no mínimo uma ótima iniciativa para colher frutos em longo prazo, pois a reestruturação esportiva não está balizada em apenas promover programas e projetos, mais toda uma organização política, estrutural, legislativa e acadêmica,

pontos esses que são fundamentais para construção de mudanças solidas e perenes.

Apesar de ainda precisar de regulamentação específica, a lei aprovada já se configura em avanço para a política de incentivo ao desenvolvimento do esporte no Estado do Ceará. Segue abaixo um trecho do texto da Lei nº 15.700, de 20 de novembro de 2014:

Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para fomentar projetos de caráter desportivo e paradesportivo, mediante patrocínio do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

[...]

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para fomentar projetos que objetivem estimular a prática de atividades desportivas e paradesportivas.

[...]

Art. 2º O valor referente à concessão do incentivo fiscal de que trata o art. 1º deverá ser estipulado por ato normativo específico do Secretário da Fazenda, conforme dispuser regulamento, não devendo ultrapassar o limite de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da parte estadual da arrecadação anual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, no exercício imediatamente anterior.

Art. 3º Fica permitido ao contribuinte do ICMS que, mediante patrocínio ou doação, fomenta projeto desportivo e paradesportivo previamente aprovados pela Secretaria do Esporte do Estado do Ceará - SESPORTE, destinar até 2% (dois por cento) correspondente ao valor do saldo devedor do ICMS a ser recolhido mensalmente. (CEARÁ, 2014).

Vale ressaltar que o Ceará é o primeiro estado do Nordeste a legislar sobre incentivo ao esporte, sendo que em longo prazo, as entidades esportivas criem a cultura de parcerias entre o público e o privado.

10) Disponibilizar patrocínios e investimentos pelas empresas de responsabilidade do Estado, para as entidades esportivas estaduais e ações previstas no Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte;

Não foi encontrada nenhuma ação dessa natureza, tanto nos documentos oficiais do governo quanto nas solicitações de documento na própria Secretaria do Esporte.

Segundo Pozzi (1998), o esporte deve ser fruto de investimentos de empresas, inclusive as de responsabilidade, pois a mesma se configura como um produto de elementos tangíveis (os números que o esporte pode alcançar) e intangíveis (emoções e experiências geradas). Dessa forma, o Estado com promotor de políticas públicas e formador de opiniões precisa atrelar o esporte a empresas de suas responsabilidades para gerar uma empatia por parte da sociedade em geral.

As empresas que investem no esporte são identificadas com simpatia pela maioria do público jovem e por consumidores de uma forma geral. Isso se dá, basicamente, por duas razões: a primeira é que a empresa está fazendo um bem social, investindo em cultura, lazer, oferecendo ao seu público algo além dos seus produtos; e a segunda razão é que a empresa passa para o público a impressão de uma maior proximidade e cumplicidade, pois por meio do esporte, a empresa consegue comunicar-se com o seu público, mostrando a que veio. (SOUSA; MATTOS; SOUSA, 2005, p. 8)

O Estado do Ceará no tocante a esse incentivo ainda está muito aquém das orientações da diretriz nacional. Pelo estudo realizado neste período, a SESPORTE tem evoluído com o desenvolvimento de suas ações, esperamos que essa associação com entidades governamentais seja um próximo passo a ser realizado como projeção de política.

A cultura das entidades esportivas, principalmente no Nordeste, é de “pires na mão” junto às secretarias onde as ações desenvolvidas federações e associações necessitam de financiamento para a realização das suas atividades esportivas. É necessário sair da condição de dependência.

11) Investir recursos públicos do Estado na infraestrutura esportiva estadual (instalações e equipamentos), de acordo com os objetivos formulados no Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte;

Tabela 7 – Construção/reformas de equipamentos esportivos

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Construção/reforma	7	72	75	140	147	40	34	32	547

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 7 apresenta a evolução das ações da secretaria do esporte com relação à construção e reforma de equipamentos esportivos. De acordo com o portal

da transparência, a secretaria do esporte teve intervenção em diversos municípios do interior do Estado, tais como: Icapuí, Alcântaras, Farias Brito, Amontada, Altaneira, Paraipaba, Choró, Itapajé, Mauriti, Tamborim, Caridade, Capistrano, Pindoretama, Iapiúna, Jaguaratama, Jaguaruana, São João de Jaguaribe, Quixelô, Aracati, Tinguá, Jati, Apuiarés, Brejo Santo, Acarape, Varzea Alergre, Forquilha, Parambu, Assaré, Limoeiro do Norte, Icó, Iguatu, Banabuiú, Quiterianópolis, Cedro, Ibaretama, Ipaporanga, Ibicuitinga, Quixadá, granjeiro, Flecheiras, Deputado Irapuan Pinheiro, Itaitinga, Salitre, Tujuçuoca, Madalena, Paramoti, Caririaçu.

A disposição de pulverizar as ações em todo interior do Estado foi uma característica da gestão CID Gomes onde dessa forma possibilita os municípios, quem em sua maioria, enfrenta dificuldades financeiras de manutenção de sua estrutura física, em todas as áreas inclusive no esporte. Muito foi feito nesse período, todas as regiões, ao todo mais de 500 equipamentos esportivos foram construídos ou reformados, um número bem significativo pra oito anos de mandato.

A tabela 7 apresenta nos anos de 2010 e 2011 uma disparidade com relação aos outros anos, sendo explicada pelo motivo que neste período de efervescência dos megaeventos esportivos, tivemos um aumento significativo do orçamento da SESPORTE como também a criação da SECOPA, secretaria exclusivamente para tratar da copa do mundo realizada no Brasil, também com sede de jogos em fortaleza.

12) Contribuir para a melhoria das representações esportivas do Estado nas competições nacionais;

Com relação a essa representatividade, foram encontradas duas ações mais efetivas da SESPORTE em relação aos atletas de alto rendimento. A concessão de auxílio financeiro para atletas ranqueados em competições a nível nacional, chamada de bolsa atleta e, a desmobilização de passagens aéreas para atletas que necessitam sair do Estado para representar suas respectivas modalidades e federações e conseqüentemente o Ceará. Segue abaixo os indicadores dessas ações.

Para solicitar os auxílios descritos, todos os atletas precisam estar dentro de regras e normas específicas descritas por edital correspondente e a escolhas também passam pela consulta do conselho de desporto garantindo a transparência e

a lisura do processo de escolha para os beneficiários do financiamento do esporte pela secretaria.

Figura 6 – Logomarca “Bolsa Atleta”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Tabela 8 – Apoio para eventos nacionais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Bolsa atleta	50	50	50	50	52	50	50	50	400
Passagens aéreas	78	156	187	245	395	390	454	229	2.134

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

De acordo com a Tabela 8, 400 atletas a nível nacional foram beneficiados pelo auxílio do projeto bolsa atleta e 2.134 passagens aéreas foram garantidas pela Secretaria do Esporte para incentivo e manutenção do esporte cearense.

De acordo com Pontes e Silva (2013), O Bolsa Atleta é uma oportunidade de manutenção do atleta no esporte. Geralmente os novos talentos são excluídos do esporte pela necessidade de sobrevivência buscando o mercado de trabalho de forma precoce, gerando implicações negativas para a descoberta de novos talentos no esporte e seu próprio desenvolvimento.

Ainda o COB (2012), traz em seus estudos que os países e atletas que obtém melhores resultados em competições internacionais, são incentivados pelo poder público para o intercambio e participação direta em competições em outras localidades, foram do local de origem. As experiências vivenciadas pelos atletas trazem benefícios para maturidade dos atletas e um melhor desempenho em competições de alto nível.

13) Apoiar as organizações esportivas estaduais (federações, associações etc.);

Tabela 9 – Apoio às organizações esportivas

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Eventos	16	49	60	50	42	35	05	04	261

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

Como já foi descrito no item 3 das diretrizes da política nacional, a secretaria do esporte promoveu inúmeros eventos esportivos e com diversas temáticas. Grande parte dessas realizações foi em regime de convênio com associações, federações ou institutos (Tabela 9). Até por motivo de que a secretaria não possui quadro de pessoal suficiente para suprir todas as suas realizações, as parcerias com as instituições interessadas em trabalhar o esporte no Estado é uma boa saída para não comprometer o crescimento política pública no Estado do Ceará.

Durante o período compreendido da pesquisa várias entidades tiveram convênios com a SESPORTE, podendo desenvolver alguma ação e contribuindo com a melhoria do esporte no Estado. Podemos citar: Associação cearense de esporte adaptado - ACEA, Instituto volta ao caminho - IVC, Associação Ciranda da Vida, Associação Brasileira de Windsurf, Instituto Cultural esportivo Renato Pessoa Aguiar, Instituto Vértice de esporte, cultura e inclusão social, associação cultural, esportiva e recreativa do Ceará, Associação Cearense do Desporto Escolar, associação de kitesurf do Ceará, Associação Cultural independente esporte clube, Instituto do trabalho e desenvolvimento administrativo e social, Associação Cearense dos atletas veteranos, União dos atletas corredores de rua, associação cearense de prancha vela, associação de surf do Estado do Ceará, Federação universitária Cearense de esporte – FUCE, Liga Cearense de futebol amador, Confederação Brasileira de Skate, Federação Cearense de Skate, Confederação Brasileira de Bicycross, Federação cearense de Volleyboll, Federação de Ciclismo do Estado do Ceará, Federação Cearense de atletismo, Federação cearense de Kung fu Wu Shu, federação do Estado do Ceará de lutas associadas, Federação de parapente e asa delta do Ceará, federação de jiu jitsu do Estado do Ceará, federação cearense de futsal, liga desportiva de santa Quitéria, federação cearense de tênis, federação de karatê tradicional do Ceará, federação de triathlon do Estado do Ceará.

Mais uma vez, esses dados comprovam que as políticas desenvolvidas em parceria foram bem diversificadas, mostrando que as ações não precisam ser inclinadas e clientelistas. Tanto federações como associações pertenciam as várias áreas esportivas, das mais difundidas as menos difundidas.

No entanto, tivemos um resultado abaixo do promovido durante o período, onde a tabela 9 apresenta apenas 09 eventos apoiados pela secretaria nos anos de 2013 e 2014. Nota-se que houve declínio na promoção das atividades pela SESPORTE nos últimos dois anos de trabalho, tanto no apoio aos eventos como em outras ações promovidas pela secretaria.

14) Difundir e promover os esportes de criação do Estado com programas especiais;

JOGOS INDÍGENAS

Figura 7 – Logomarca “Jogos Indígenas”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

O evento consiste na busca da integração dos povos indígenas existentes em nosso Estado, possibilitando a troca de experiências, o fortalecimento da cidadania, da identidade étnica, contribuindo para o reconhecimento de suas etnias por toda a sociedade em geral.

Além das manifestações culturais, acontecem disputas em oito modalidades: Arco e Flecha, Arremesso de lança, Cabo de Guerra, Corrida de Tora, Futebol, Queda-de-braço, Canoagem e Triathlon Revezado.

Objetivos:

Os Jogos dos Povos Indígenas do Ceará visando fomentar o resgate, a proteção e o incentivo às manifestações esportivas e culturais do índio; integrar o índio à comunidade em geral; garantir a participação indígena às práticas esportivas características; e promover o intercâmbio entre os povos indígenas, conforme o artigo 17 da Constituição Federal.

Tabela 10 – Realização jogos dos povos indígenas

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Atletas	685	469	661	612	-	800	-	-	2.378
Etnias	16	08	17	14	-	12	-	-	55

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

De acordo com a Tabela 10, os jogos dos povos indígenas foram promovidos com maior intensidade apenas no primeiro mandato do Governo Cid Gomes, onde no segundo mandato apenas uma vez foram realizados os jogos. Ainda assim neste período cerca de 2.378 atletas de 17 etnias diferentes tiveram participação nos jogos, momento importante de valorização e de afirmação dos grupos indígenas. Podemos notar que nos anos de 2011, 2013 e 2014 não teve a realização dos jogos indígenas, pois a SESPORTE a partir de 2010 teve uma restrição em firmar convênios com entidades esportivas por dificuldade de cumprir nova legislação de disciplina a matéria.

Os jogos tradicionais indígenas são atividades corporais, com características lúdicas, por onde permeiam os mitos, os valores culturais e, portanto congregam em si o mundo material e imaterial, de cada etnia. Eles requerem um aprendizado específico de habilidades motoras, estratégias e/ou chances [sorte]. Geralmente, são jogados cerimonialmente, em rituais, para agradar a um ser sobrenatural e/ou para obter fertilidade, chuva, alimentos, saúde, condicionamento físico, sucesso na guerra, entre outros. (ROCHA FERREIRA *et al.*, 2008, p. 33).

Ainda segundo o autor, os jogos também têm como finalidade a preparação da vida adulta, a perpetuação dos costumes e tradições indígenas. Os jogos não têm objetivos de segurar campeões ou perdedores dos jogos, mas esta participação está completamente impregnada de sentidos e significados que são incorporados em cada geração indígena. Prova disso é que as modalidades de disputas no período da competição são completamente diferentes das modalidades comuns às práticas da sociedade. Neste período o governo do Estado do Ceará reafirma seu interesse de garantir a manutenção da história, costumes e tradições indígenas, ainda muito fortes nas raízes do povo cearense, sendo a competição esportiva uma boa alternativa de contribuição da cultura indígena aliada as outras práticas realizadas pela secretaria de cultura e educação.

CIRCUITO DAS ÁGUAS

Figura 8 – Logomarca “Circuito das Águas”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

O Circuito das Águas é um projeto realizado pela Secretaria do Esporte em parceria com municípios interessados em promover uma competição voltada para modalidades em sua maioria aquática, privilegiando as práticas de canoagem, natação, kitesurf, windsurf, mini regata, pesca adulto e infantil, handebol de areia, futvôlei, futebol de areia, vôlei de areia e atletismo.

Objetivos:

O circuito das águas tem como objetivo difundir as modalidades náuticas no interior do Estado, bem como incentivar os esportes já praticados na região, realizando competições de diversas modalidades nos rios, lagos, açudes e lagoas, juntamente com a realização de oficinas, palestras e workshops sobre os desportos escolhidos para a população local, buscando uma socialização e troca de experiências entre os participantes do evento.

A competição é realizada por etapas, pelo menos cinco etapas por ano, onde no final de semana um município proponente se torna a capital ecológica do Ceará.

Tabela 11 – Realização Projeto Circuito das Águas

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Atletas	1.350	2.050	2.000	2.100	1.249	400	-	-	9.149
Modalidades	10	11	11	11	08	08	-	-	11

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

De acordo com a Tabela 11, o projeto circuito das águas foi bastante intenso no primeiro mandato do período da pesquisa. Seguindo a tendência de outros projetos descritos aqui nestas considerações, muitas ações esportivas tiveram um decréscimo a partir do segundo mandato na secretaria do esporte. Segundo o documento oficial, a mensagem do governador à assembleia legislativa coloca que a partir de 2012, as regras de convenio de parceria com a SESPORTE tiveram mudanças rígidas, como também a alocação dos recursos para realização da copa do mundo em 2014.

CEARÁ VENTURA

Figura 9 – Logomarca “Projeto Ceará Ventura”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

O Ceará Aventura, já tradicional na difusão do esporte pelas serras, praias e sertão cearense, é uma realização da Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (SESPORTE). Além da pulsão esportiva, o evento tem função sócio ambiental com a realização de palestras sobre a conscientização ecológica, sem falar no incentivo ao turismo cearense ao interiorizar os esportes radicais e divulgar o imenso potencial do Estado nas modalidades de aventura. Nas modalidades de canoagem, corrida de orientação, parapente, asa delta, *skate*, patins *in-line*, *bicicross*, arvorismo e tirolesa.

Objetivos:

O projeto tem o objetivo de interiorizar os esportes de aventura e divulgar o imenso potencial do Ceará nas modalidades envolvidas.

Tabela 12 – Realização Projeto Ceará Ventura

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Atletas	-	350	350	400	470	400	-	-	1.970
Modalidades	-	8	6	6	6	6	-	-	8

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

Seguindo a tendência do projeto circuito das águas, a Tabela 12 apresenta que o projeto Ceará aventura também teve uma grande contribuição da difusão dos esportes de lazer, meio ambiente e aventura.

De acordo com as diretrizes da Política Nacional de Esporte, essas ações entram como projetos especiais. No período de realização do projeto, cerca de 1970 participantes disputaram competição com características bem radicais, tais como: asa delta, parapente, dentre outros.

O destaque desta ação é que, sempre desenvolvida no interior do Estado, cada escolha visa privilegiar uma característica marcante regional que favorece a prática esportiva, aliando essa vertente de trabalho com a conservação ambiental.

Segundo Dias e Alves Júnior (2007), o esporte de lazer e aventura corresponde ao conjunto de ações planejada e regulamentadas de atividades praticadas dentro de ambiente ecológico, que envolva a ludicidade e destreza física, juntamente com a consciência ambiental de forma concomitantemente.

Os esportes com essas características estão em crescimento, principalmente no seguimento do lazer e turismo. A partir de uma vida de maior estresse nas cidades, vários grupos e pessoas estão buscando essas possibilidades como forma de controle de risco à saúde. Essas modalidades são reconhecidas pelas características de plenitude pessoal, atividade de fruição e contato com a natureza. (PIMENTEL, 2008).

15) Apoiar as práticas esportivas das pessoas com necessidades especiais;

JOGOS PARAOLÍMPICOS DO CEARÁ

Figura 10 – Logomarca “Jogos Paraolímpicos”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

Organizada pela Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (SESPORTE) o evento Jogos Paraolímpicos tem a perspectiva de mobilizar e fomentar a prática paradesportiva em um evento que visa reunir todos os paratletas do Estado do Ceará, promovendo a qualificação dos paratletas, profissionalizando-os dentro do esporte, elevando o nível destes parâmetros de excelência nacional. São realizadas competições paradesportivas nas modalidades de atletismo, natação, futsal, basquete em cadeiras de rodas, tênis de mesa, xadrez, taekwondo e karatê, voleibol sentado, goalball e bocha.

Objetivos:

Os Jogos Paraolímpicos do Ceará têm por objetivo incentivar e fomentar a atividade paradesportiva e identificar potenciais atletas paraolímpicos, como forma de alcançar o universo de pessoas com deficiências em nosso Estado. O evento tem como um dos pilares principais a articulação de ações para a inclusão social, contribuindo para a formação integral de pessoas com deficiência.

Tabela 13 – Realização Jogos Paraolímpicos

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Atletas	-	350	452	530	613	700	700	700	4.045
Entidades	-	30	15	20	33	23	20	20	161
Profissionais	-	100	26	30	25	20	20	20	241

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 13 mostra a evolução do desenvolvimento da competição mais importante do Ceará com relação ao deficiente. Vale destacar o número de participantes de todas as modalidades propostas em cada ano de evento. O paradesporto vem crescendo bastante nos últimos anos no mundo e no Brasil, inclusive com resultados expressivos nos jogos olímpicos, maior competição esportiva do planeta.

O desporto adaptado surgiu como forma de agregar pessoas que anteriormente sentiam-se incapacitadas e passam para uma condição de

protagonista esportiva. Com a evolução das pesquisas e das modalidades esportiva, os jogos voltados para os deficientes já possuem regras específicas, materiais, adaptações de locais e classificador funcional que categoriza as deficiências e põe as pessoas em mesmas categorias para as disputas das competições. (DUARTE; WERNER, 1995)

16) Desenvolver e apoiar programas para crianças e adolescentes carentes;

BOLSA ESPORTE

Figura 11 – Logomarca “Bolsa Esporte”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

O Programa Bolsa Esporte tem como público alvo pessoas com renda mensal abaixo de meio salário mínimo, e que residem em áreas caracterizadas por graves indicadores sociais, tendo como idade mínima 10 anos.

O programa seleciona e concede bolsas a crianças, jovens e adultos do Estado do Ceará, que estejam dentro dessas características e necessitados de apoio financeiro para desenvolverem a iniciação e prática esportiva.

Objetivos:

O objetivo do Programa é incentivar financeiramente e favorecer o desempenho esportivo dos atletas que estão abaixo da linha da pobreza.

- **Nível I:** Para solicitar a bolsa, o atleta deve ser iniciante no esporte e participar de escolinhas de iniciação esportiva, desenvolvidas nas escolas ou projetos de sociais;

- **Nível II:** Para atletas que já participaram de competições locais, como as Olimpíadas Escolares do Ceará ou qualquer evento promovido pela Secretaria do Esporte do Estado do Ceará e tendo sido colocado até o 10º lugar;
- **Nível III:** Para serem contemplados os atletas devem ter participado das mesmas competições que os esportistas incluídos no nível II e tendo sido colocado até 6º lugar nas competições disputadas.

Indicadores:

Tabela 14 – Indicadores Bolsa Esporte

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Nível I	1.013	1.013	1.013	1.237	1.237	1.237	1.267	1.267	9.284
Nível II	300	300	300	300	300	300	300	300	2.400
Nível III	200	200	200	200	200	200	200	200	1.600
Total Ano	1.513	1.513	1.513	1.737	1.737	1.737	1.767	1.767	13.284

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

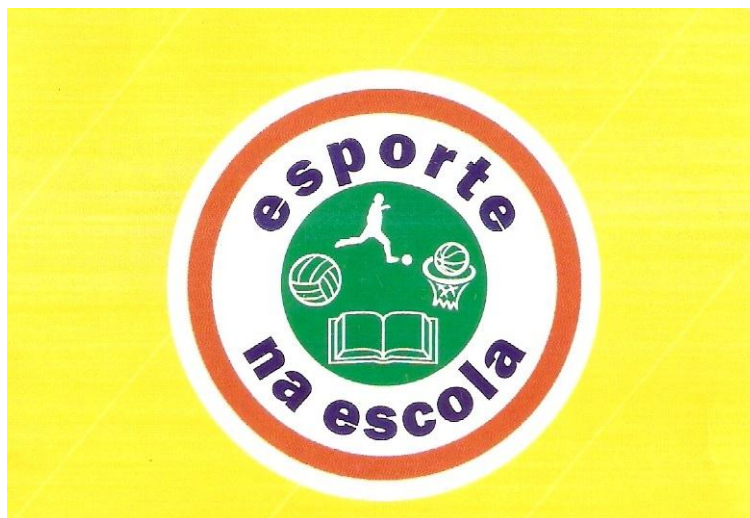
A Tabela 14 apresenta uma iniciativa da secretaria do esporte que, segue exatamente as diretrizes nacionais. O ministério do esporte tem em seus projetos, o Bolsa atleta que dispõe de auxílio financeiro para atletas que participam de competições e com potencial esportivo de futuro.

Contudo, o Ceará promove esse projeto, mas de forma a contemplar apenas alunos de baixa renda para que os mesmos se mantenham no esporte e não se desvie do caminho promissor da prática esportiva. Com 3 níveis de bolsa, a SESPORTE considera os resultados das modalidades dos alunos e juntamente com isso faz uma análise das questões socioeconômicas dos alunos.

Vale destacar que nesta ação, percebemos a imobilidade dos números contidos na tabela 14, ou seja, toda ação política deve ser avaliada e implementada se o resultado estiver sendo positivo. Os números podem representar a falta de avaliação da política pública de incentivo ao esporte.

PROJETO ESPORTE NA ESCOLA

Figura 12 – Logomarca “Esporte na Escola”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

É fundamental ampliar as oportunidades para a prática esportiva nas escolas, visto que a universalização do esporte dá oportunidade aos alunos de vivenciarem experiências esportivas, recreativas, e de lazer, que poderão contribuir significativamente com o processo de formação integral das crianças, jovens e adolescentes que se encontram na comunidade.

Objetivos:

- Realizar escolinhas de iniciação e alto rendimento nas modalidades de futsal, handebol, vôlei e basquete nas escolas públicas, visando a formação de uma seleção que representará a Escola em competições;
- Promover a massificação do futsal, handebol, vôlei e basquete;
- Incentivar a descoberta de novos talentos.

Tabela 15 – Realização Projeto Esporte na Escola

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Atletas	-	7.500	4.671	5.000	5.000	-	-	-	22.171
Núcleos	-	50	50	50	50	-	-	-	200
Profissionais	-	100	100	50	50	-	-	-	300

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 15 apresenta os números de realização do Esporte na escola, onde neste período atendeu mais de 22.000 pessoas. O projeto promoveu a movimentação esportiva na escola nos fins de semana, trazendo uma interação entre as comunidades e a escola. Essas ações buscaram fazer um diálogo entre o esporte de participação e o esporte de rendimento no mesmo ambiente, onde os profissionais envolvidos dividiam as turmas por habilidades e afinidades.

Segundo Bento, Garcia e Graça (1999), a prática esportiva objetivamente não pode ser considerada uma manifestação estanque. Cada contexto e significados precisam de uma atenção diferente no tocante a seu desenvolvimento. O esporte de rendimento e participação necessita de focos de atuação diferentes, tendo sua importância e limitações nas duas manifestações.

A tabela 15 mostra que a secretaria do esporte deixou de realizar as atividades deste projeto em 2011. Decisão equivocada pela não realização, pois o esporte educacional contribui muito com a prática esportiva e a formação da cidadania de quem pratica.

A tabela apresenta a falta da continuidade das ações a partir de 2012. Neste período houve mudanças na legislação que disciplina as formas de firmar convenio com entidades parceiras da SESPORTE, pois foi detectado vários indícios de desvios de recursos no desenvolvimento desses convênios. Isso gerou uma parada de realização das ações como também um período para verificação das denúncias com relação aos desvios de verbas na Secretaria do Esporte, gerando a não execução dos projetos da SESPORTE.

PROJETO MÃO AMIGA

Figura 13 – Logomarca “Projeto Mão Amiga”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

A Secretaria do Esporte dentro do objetivo de proporcionar o desenvolvimento do esporte e da juventude cearense, através do planejamento, articulação, coordenação e execução de programas e projetos, realiza o Projeto Mão Amiga.

A iniciativa torna possível que crianças e jovens, na faixa etária de 7 aos 18 anos, de escolas públicas e classes menos favorecidas possam frequentar entidades públicas e privadas, clubes, associações e outros locais, para a prática de modalidades esportivas diversificadas e de difícil acesso, estabelecendo assim, a inclusão social e o convívio saudável com pessoas de classes econômicas mais abastadas.

Objetivos:

Favorecer o intercâmbio entre as escolas públicas e o setor privado para a inclusão de crianças e jovens, na faixa etária de 7 a 18 anos, propiciando o convívio saudável da prática esportiva e o desenvolvimento humano.

Tabela 16 – Realização Projeto Mão Amiga

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Atletas	1.270	3.000	1.865	3.100	3.000	-	-	-	12.235
Núcleos	30	30	30	45	30	-	-	-	165
Profissionais	30	35	30	46	35	-	-	-	176

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 16 apresenta os números de atendimentos do projeto Mão Amiga, característico de acesso ao esporte e lazer da secretaria do esporte. Porém devemos destacar as particularidades deste projeto.

O Mão Amiga se configura numa parceria entre clubes e empresas privadas juntamente com o poder público para a oferta de atividades esportivas para pessoas de classe baixa. A secretaria financia todo material esportivo e pagamento de professores quanto às empresas e clubes disponibilizam os seus espaços para o desenvolvimento das aulas práticas. Os participantes de baixa renda dificilmente teriam acesso a esses espaços privados e de circulação de pessoas de classes mais favorecidas.

Outro fator relevante destacado no projeto é que, as modalidades realizadas no bojo do projeto são modalidades não convencionais, das quais também pessoas de baixa renda teriam acesso, tais como: ginástica rítmica, ginástica olímpica, natação, triathlon, tênis de mesa, karatê, judô, tênis de campo, roquei sobre patins, dança, atletismo. Fonseca (2012) destaca que as parcerias público privado se configuram por trabalhos conjuntos para objetivos comuns, neste sentido essas parcerias podem se apresentar nos diversos níveis de colaboração.

A tabela 8 mostra um fator de descontinuidade das políticas esportivas realizadas pela SESPORTE. Entendemos que o esporte para surtir efeitos positivos de melhoria e prevenção a saúde, seria necessário um investimento a médio e longo prazo, sendo isso desconsiderado pela secretaria.

A tabela apresenta a falta da continuidade das ações a partir de 2012 pelos motivos destacados na ação anterior. Mudança na legislação, indícios de corrupção e tempo de adaptação para as novas formas de realizar convênios.

PROJETO VIVA+**Figura 14 – Logomarca “Projeto Viva+”**Fonte: www.esporte.ce.gov.br**Descrição:**

Na perspectiva de contribuir para a modificação dessa realidade, a Secretaria do Esporte apresenta à sociedade cearense o Projeto Viva+, como uma iniciativa inovadora e transformadora. Este Projeto alinha-se às diretrizes e objetivos estruturantes, previstos na Conferência Nacional do Esporte, com destaque para a inclusão social e o acesso aos direitos fundamentais da pessoa, inclusive ao esporte e o lazer, sem nenhuma forma de discriminação. Como efeito, as ações do Projeto Viva+, visam a inclusão e melhoria da qualidade de vida dos jovens, em situação de risco social e pessoal, residentes na Região Metropolitana de Fortaleza.

A proposta visa, a partir dos benefícios oferecidos pelas atividades esportivas e de lazer, agir preventivamente no combate à prostituição, à violência e às dependências químicas.

Objetivo:

Promover através de eventos diários noturnos a oferta de atividades esportivas, de lazer e culturais para o desenvolvimento humano, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos jovens em situação de risco social e pessoal, em horário de maior vulnerabilidade, contribuindo para a integração dos jovens às suas famílias e comunidade minimizando riscos de envolvimento com a criminalidade e a exploração sexual.

Tabela 17 – Realização Projeto Viva+

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Público	700	520	935	620	710	-	-	700	4.185
Núcleos	7	7	10	10	10	-	-	14	58
Profissionais	25	27	27	25	25	-	-	15	144

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 17 apresenta as ações do projeto viva + que no Estado do Ceará trouxe uma proposta inovadora de um projeto realizado no período da madrugada. Baseado numa experiência da cidade de Brasília, o esporte a meia noite, o Ceará entrava de forma oficial no combate e prevenção ao consumo de drogas, prostituição e outras mazelas sociais. Com funcionamento de 22 horas as 02 da madrugada os professores e estagiários nas comunidades, as ações oferecidas também contribuíam para uma melhor utilização dos espaços públicos de lazer nos horários de maior vulnerabilidade.

A ideia de que drogas e esportes caminhem em sentidos opostos parece ser senso comum na sociedade brasileira: o esporte é o caminho da vida; a droga é o caminho da morte. O esporte se associa à saúde, à cidadania e à liberdade; a droga à degradação, à violência e ao vício. Aquele que se dedica ao esporte não se envolve com drogas; é um vencedor. Já um usuário de drogas nunca terá sucesso nos esportes ou mesmo na vida; é um perdedor. (LAUER, 2009, p. 7)

O autor ainda relata que os benefícios do esporte ultrapassam das questões puramente fisiológicas e intangíveis. Uma prática adequada, bem orientada e de forma coletiva pode trazer melhorias dos praticantes nas questões de sociabilidade, responsabilidade, desinteresse pelo álcool e fumo, conduzindo assim os participantes do projeto para uma boa conduta e um melhor convívio social do local.

A tabela apresenta a falta da continuidade das ações a partir de 2012 pelos motivos destacados na ação anterior. Mudança na legislação, indícios de corrupção e tempo de adaptação para as novas formas de realizar convênios. Em 2014 o projeto foi repaginado e atualmente as ações são desenvolvidas dentro de comunidades terapêuticas, colaborando com a reabilitação de jovens dependentes químicos.

PROJETO ESPORTE NA MINHA CIDADE

Figura 15 – Logomarca “Projeto Esporte na Minha Cidade”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

Em uma iniciativa ousada do Governo do Estado através da Secretaria do Esporte (SESPORTE), o Projeto Esporte na Minha Cidade chegará mensalmente a quatro municípios cearenses, com a presença de campeões olímpicos e mundiais unindo atividades esportivas, lazer e cursos de capacitação em mais de 15 modalidades durante dois dias de evento.

Objetivos:

Um dos principais objetivos do “Esporte na Minha Cidade” é levar a conscientização da importância da prática esportiva para o interior do Estado. No quesito lazer e atividades esportivas, os participantes terão acesso a brinquedoteca, mini-jogos, massagens, desafios esportivos, gincanas, avaliações físicas, entre outros.

Tabela 18 – Realização Projeto Esporte na Minha Cidade

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Público	-	-	-	138.000	140.106	70.000	-	-	363.106
Bairros	-	-	-	29	29	22	-	-	80
Municípios	-	-	-	43	32	22	-	-	97

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 18 apresentam os números do maior projeto do governo do Estado do Ceará no âmbito esportivo. O projeto esporte na minha cidade busca a interiorização do esporte, tanto no interior como na capital, levando as ações para os municípios mais distantes do Ceará como também na capital, para os bairros mais da periferia.

Com o maior orçamento da secretaria do esporte, o projeto visita todo fim de semana um município diferente levando em bagagem toda estrutura necessária para realização de várias áreas diferentes. Em fortaleza, o esporte na minha cidade trabalha com esmo metodologia, só que nos bairros da cidade, todo fim de semana em local diferente.

A tabela apresenta a falta da continuidade das ações a partir de 2012 pelos motivos destacados na ação anterior. Mudança na legislação, indícios de corrupção e tempo de adaptação para as novas formas de realizar convênios.

17) Apoiar e desenvolver programas esportivos para a chamada terceira idade;

PROJETO FELIZIDADE

Figura 16 – Logomarca “Projeto Felizidade”



Fonte: www.esporte.ce.gov.br

Descrição:

Criado em 2007 para incentivar o esporte e a saúde entre as pessoas da terceira idade, o projeto atende as comunidades das cinco Vilas Olímpicas (Conjunto Ceará, Genibaú, Messejana, Canindezinho) administradas pela SESPORTE.

Objetivos:

O programa visa a recuperar a autoestima das pessoas da melhor idade, proporcionando um lazer contínuo com atividades recreativas e sócio esportivas e culturais. Atualmente, o projeto atende cerca de 1000 idosos, com faixa etária a partir de 50 anos, distribuídos nas cinco Vilas Olímpicas.

Tabela 19 – Realização Projeto Felicidade

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Atletas	500	1800	710	800	600	600	600	-	5.610
Modalidades	6	6	6	6	6	6	6		6

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 19 apresenta o projeto Felicidade, que consiste em promover uma competição esportiva entre idosas que praticam atividade física nos núcleos esportivos do governo. A ação surgiu da necessidade de aglutinar as pessoas que frequentavam as aulas de ginástica das vilas olímpicas do Ceará, equipamento esportivo administrado pelo esporte, numa competição diferenciada, disputada em regime de festival, valorizando a participação e a socialização de todos os inscritos. Em 2014 vários projetos desenvolvidos pela SESPORTE não foram realizados.

De acordo com Matsudo (2001), o aumento na procura pela atividade física pelo idoso tem crescido em grande escala e os programas de atendimento a esse público tem acompanhado essa demanda. Ainda destaca que as atividades físicas para o idoso trazem benefícios tanto para saúde física como para a saúde social do idoso, melhorando a autoestima e combatendo a questão do isolamento social, muito comum e sofrido por esse grupo. Também devemos considerar que o sedentarismo e hábitos não saudáveis são considerados os principais problemas do milênio.

18) Propiciar a inserção de programas e eventos esportivos nos calendários e programações turísticas.

Tabela 20 – Programas e eventos esportivos

Ano	Evento	Atletas	Público
2007	Circuito Mundial de Vôlei de Praia	300	22.000
	Windsurf Brasil 2007	120	5.000
	Circuito Mundial de Kitesurf	82	20.000
	Motocross Freestyle	11	20.000
2008	Circuito Mundial de Vôlei de Praia	200	20.000
	Circuito Mundial de Kitesurf	51	20.000
	Circuito Wind Brasil	30	5.000
2009	Circuito Mundial de Vôlei de Praia	250	7.000
	Circuito Mundial Kite surf	84	2.000
	Circuito Wind Brasil	30	2.000
	Jungle Fight	18	9.000
	Fórmula Truck	24	22.000
	Liga Nacional de Voleibol	250	14.000
2010	Circuito Mundial de Vôlei de Praia	250	7.000
	Circuito Mundial Kite surf	84	2.000
	Circuito Wind Brasil	30	2.000
2011	Circuito Mundial Kite surf	60	30.000
	Circuito Wind Brasil	30	5.000
2012	Circuito Mundial de Vôlei de Praia		
	Circuito Mundial de Kitsurf	-	67.200
	Circuito Mundial de Wind		
2013	Ceará World Cup Skate Board		
	Mundial de Skate Street	-	6.000
	Brasileiro de Supercross		
2014	Sem realizações	-	-
Total	Nº de Eventos = 24	1.904	287.200

Fonte: Mensagem do Governador à assembleia legislativa. Elaborado pelo pesquisador

A Tabela 20 mostra que o Estado do Ceará pode realizar algumas ações importantes, tanto para o turismo como para o desenvolvimento do esporte do Ceará. Com relevância nacional ou internacional, durante o período de 2007 a 2014 foram realizados 24 eventos que puderam contribuir com o turismo e com a construção de uma imagem positiva do Ceará nessa área. Em 2014 a SESPORTE não realizou convênios para realização das suas ações. A alegação foi a falta de recursos no último ano de governo.

O turismo de eventos vem, ano a ano, assumindo uma parcela cada vez mais importante no segmento turístico como um todo. Um dos motivos que auxilia o crescimento desse tipo de turismo nos últimos anos é o seu forte valor agregado. O turista de eventos, em geral, quer usufruir da melhor maneira possível da sua estadia, sendo exigente em termos de qualidade de serviços, e via de regra, desembolsam um valor diário substancialmente maior que um turista de lazer. (SANTOS; SOUZA, 2012, p. 2)

Ainda nesse segmento do turismo, o esporte e seus eventos de grande porte pode colaborar com turismo em períodos de baixa temporada, atingindo não só atletas e organizadores, mas todos os interessados em acompanhar as modalidades e que acabam conhecendo a cidade e realizando outras atividades, melhorando o fluxo financeiro da atividade do turismo. Turismo e esportes possuem uma forte sinergia, sendo as duas maiores formas de lazer a céu aberto, configurando-se a cada dia em uma poderosa indústria do entretenimento. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006).

7 CONCLUSÃO

A partir deste estudo podemos destacar a evolução das políticas públicas do esporte, tanto em âmbito nacional como no Estado do Ceará. Historicamente, houve crescimento significativo de pessoas atendidas por essas políticas. Vale ressaltar que a abertura democrática e a nova constituição federal de 1988 contribuíram para essa metamorfose desta política, já que o esporte e lazer aparecem como direito social de cada um.

Também devemos destacar que no governo do PT, através do Presidente Lula, implantou uma nova forma de governo prezando a participação popular das decisões políticas influenciando diretamente a construção de uma política nacional e por consequência uma política estadual de esporte.

A participação popular nas decisões do governo também foi destaque neste período do estudo, pois a SESPORTE pode realizar por duas vezes um encontro estadual, realizado em todas as macrorregiões do Estado do Ceará favorecendo a participação e a descentralização das decisões políticas, colaborando inclusive com as propostas que surgiram no mesmo governo. Essa foi uma tendência nacional e que direcionou completamente as discussões estaduais.

Também favorecendo a essa mesma situação, a secretaria do esporte neste período do estudo realizou cerca de 85% dos seus projetos finalísticos através de convênios e parcerias com federações, associações e entidades interessadas em promover o esporte do Estado. Este posicionamento contribui com a corresponsabilidade da sociedade civil através de suas instituições a sentimento de responsabilidade com a política esportiva. Não podemos deixar de citar que, a SESPORTE como outras secretarias, possuem o mínimo de quadro de pessoal para realização dos seus programas e projetos, com isso também gera uma dependência da participação das entidades para a manutenção o esporte do estado funcionamento.

Essas parcerias tiveram um decréscimo a partir de 2012, pois as regras de convenio com o governo do Estado tiveram mudanças significativas e isso alguns entraves para as parcerias. A introdução de chamada pública para os convênios trouxe uma situação nova para as entidades parcerias e isso contribuiu para a diminuição das ações desenvolvidas por esta secretaria a partir das novas mudanças.

A partir dessas considerações, fazendo uma análise política macro, os governos federais e estaduais neste período sempre fizeram parte da mesma plataforma de governo, gerando uma empatia de ações e, como consequência, um alinhamento da política nacional do esporte com a política estadual do esporte, desde as parcerias como projeto segundo tempo e PELC, a reprodução fiel das políticas como bolsa esporte, olimpíadas escolares, lei de incentivo, como também a promoção de diversos eventos de telemáticas e modalidades de um modo geral.

Essa perspectiva de trabalho gera bons frutos, pois por mais que precisem de melhorias ou ajustes na política, podemos considerar um caminho a trilhar para a consolidação das políticas de esporte e lazer.

Com relação a diversificação das políticas, vemos que este período de 2007 a 2014 no Estado do Ceará, um crescimento vertiginoso de ações voltados para públicos específicos que, em outros momentos não eram privilegiados pelas escolhas governamentais. Podemos destacar algumas ações como: jogos indígenas, jogos paraolímpicos, Ceará ventura e circuito das águas. A questão indígena e eventos para deficientes contribuem com a afirmação de cidadania para esse grupo considerado minoria e desaparecidos por políticas públicas em geral.

Devemos destacar que a questão de meio ambiente foi bastante privilegiada no governo do Estado do Ceará neste período, pois diversos eventos e projetos da temática foram desenvolvidos, dando ênfase a essa discussão em evidência na atualidade que é a preservação dos espaços verdes e da natureza em geral.

Para o desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer é importante fomentar a formação e capacitação de recursos humanos, pois apenas dessa forma poderemos acompanhar a evolução das políticas com pessoas capacitadas de desenvolvê-las.

O governo do Estado do Ceará avançou muito em termos de legislação própria para o desenvolvimento do esporte, pois pode criar um fundo de desenvolvimento do esporte e juventude, que muito colaborou financeiramente com a concretização das políticas como também para a garantia do acesso as pessoas ao esporte e lazer.

Mesmo no final de 2014, podemos destacar a criação de lei de incentivo ao esporte no âmbito estadual, que certamente nos próximos anos fará muita diferença no financiamento da política de esporte e lazer.

Neste período de 2007 a 2014 podemos verificar um maior protagonismo do esporte como políticas públicas, pois neste período podemos destacar a criação de uma secretaria independente de esporte e lazer, com estrutura organizacional, recursos e ações próprias. Essas alterações geram implicações no orçamento onde a secretaria sai de uma condição de subalterno setor para protagonista de elaboração e execução das suas ações. A entrada do Ceará no cenário dos megaeventos esportivos também colaborou para um aumento no orçamento da secretaria no período de implantação dos planos de ação para a copa como também trouxe o esporte para o centro do debate na sociedade, que pode discutir as implicações das políticas esportivas para toda a cidade de Fortaleza, favorecendo a estrutura da cidade, emprego e renda, turismo e mobilidade urbana.

A implantação de um modelo de gestão por resultados no governo do Estado, a partir de 2007, pode oferecer a sociedade uma forma mais aproximada de fiscaliza e acompanhar os resultados propostos pela política de esporte e lazer. Juntamente com a própria elaboração de PPA que favorece e destaca ações da temática, inda trazem em sua composição uma projeção de resultados que puderam ser comparados posteriormente para avaliação de resultados do planejamento realizado.

Este próprio planejamento favoreceu muito a interiorização das ações esportiva, sendo que alguns projetos eram completamente voltados para o interior do Estado, como por exemplo, o esporte na minha cidade que era o projeto que desprendia mais recursos desta secretaria e que trazia uma movimentação esportiva toda semana em municípios diferentes do interior do Estado do Ceará.

As capacitações profissionais e os núcleos esportivos de diversas temáticas sempre tinham parte de suas ações destinadas obrigatoriamente para o interior do Estado. Vale ressaltar que o próprio planejamento do Estado favorecia esse acontecimento.

Outro fator importante para as políticas públicas é exatamente o trabalho em rede, onde Estado, Município e União se unem para aumentar suas forças para promoção do esporte. Com relação a essa questão, o governo do Estado pode promover diversas ações em parcerias com vários municípios, articulando a realização dos eventos por meio de logística e apoio as ações da SESPORTE. Contudo, essa foi uma tônica voltada para o interior do Estado, pois com o município

de Fortaleza, não foi encontrado nenhuma parceria oficial no desenvolvimento do esporte e lazer no Ceará.

Neste período de 2007 a 2014, uma ação que precisa melhorar é a questão do planejamento anual das ações: nos números apresentados configuram quase que em sua maioria uma repetição de orçamento e de público que participam de determinadas ações, ou seja, não fica caracterizado uma adequação de atendimento a partir de necessidade a mudanças de público alvo ou localização.

O que podemos notar também é a questão dos indicadores de avaliação, pois durante todo estudo não foram encontrados resultados de estudo para impactos ou mensuração a partir de objetivos propostos na descrição dos projetos desenvolvidos na secretaria. O número de atendimentos, municípios e atividades realizadas são hoje a única forma que a secretaria do esporte se utiliza para mensurar seus resultados. Conseqüentemente, não foi encontrado nenhum documento ou publicação que destacasse o desenvolvimento de pesquisa científica ou apresentação de dados e possam configurar algo parecido.

Vale destacar que na política nacional, encontramos a rede CEDES, no ministério do esporte, que financia e valoriza a pesquisa científica nas universidades e nos institutos que se interessam por produzir legado a partir de estudos concretos e resultados mais subjetivos e aprofundados das políticas desenvolvidas. Foram detectadas neste período algumas parcerias com universidades, porém nada voltado para a produção científica.

Algo que precisa ser trabalhado no âmbito da secretaria é a relação direta do financiamento do esporte no Estado do Ceará. Não foi constatada nenhuma forma de parceria ou de incentivo para que as empresas de responsabilidade governo, empresa pública, autarquias ou até mesmo empresas contratadas pelo Estado, pudessem financiar o desenvolvimento do esporte por meio de eventos, Campeonatos ou eventos da área.

Neste momento que a sociedade tem um papel ativo na governança e das políticas públicas, deixar apenas o Estado, na Secretaria do Esporte a única entidade a financiar o esporte, é visível que a mesma não conseguiu dar conta de todas as manifestações esportivas nem tampouco com o tamanho do Estado e as demandas que devem caber responsabilidade.

De um modo geral, a análise que fizemos do desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer no governo do Estado do Ceará é positiva nos

aspectos de aumento de atendimento, das temáticas das manifestações esportivas, da qualificação dos profissionais, das alocações dos recursos e a garantia de acesso as essas práticas, pois uma análise histórica de uma política não deve ser feita de forma estanque, isolada do contexto da qual se configura as ações do estudo proposto. Quando traçamos um paralelo histórico das mudanças realizadas na política nacional juntamente com a política estadual, não podemos olhar para o passado recente e apontar para os fatos históricos.

As mudanças das políticas públicas voltadas para o esporte têm seu início com a reabertura democrática do Brasil, passando pela nova constituinte de 1988, chegando ao novo modelo de gestão proposta pelo governo do PT. De certo, a construção da política nacional teve sim influência direta na constituição de uma nova política no Estado do Ceará. A massificação do esporte educacional e de participação foram bem evidentes e a formulação de propostas focados para minorias também são destaques não apenas no esporte, mas também em outras áreas como: a educação, a saúde, emprego e renda, entre outras. O governo do Estado do Ceará dá um salto relevante na construção da política estadual no momento em que formaliza uma secretaria exclusiva para área e no momento que dialoga com a sociedade por meio dos encontros e conferências realizadas neste período, fruto de uma concepção já desenvolvida em âmbito nacional.

Não estamos aqui afirmando que não existem problemas ou posturas que precisam ser repensadas ou modificadas, mas para o objetivo proposta nesta pesquisa, não tínhamos o foco de avaliar as políticas ou fazer análises qualitativas.

Porém, no tocante de construção de legado esportivo, destacamos aqui os resultados da construção deste trabalho acadêmico que, com certeza contribui com a manutenção da memória esportiva e no aporte teórico para trabalhos futuros de outros agentes interessados tanto na comparação das políticas como também numa melhor formulação do esporte e lazer no Estado do Ceará.

Sugerimos a partir deste estudo, os trabalhos desenvolvidos na Secretaria do Esporte, continue o seu crescimento tanto nos aspectos quantitativos quanto qualitativos. Os desenvolvimentos de pesquisas institucionais iriam colaborar muito com a observação dos resultados obtidos na realização desta secretaria. A alocação de recursos, a continuidade dos programas e projetos são fundamentais para se obter resultados concretos na vida de todas as pessoas que de forma direta e indiretamente se beneficiam das as ações governamentais aqui estudadas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a02v6n1.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2015.
- ANDRADE, F. M.; MONTEIRO, F. C.; Comparação entre as políticas públicas esportivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, XIV., 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.
- ARAÚJO, S. M. Conferências Nacionais de Esporte: o debate sobre controle social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VI., 2013. **Anais...** São Luís, MA: UFMA, 2013.
- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BEHRENS, M. A. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BELBENOIT, G. **O desporto na escola**. Lisboa, Portugal: Estampa, 1976.
- BENTO, J. O. **Desporto, saúde, vida: em defesa do desporto**. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1991.
- BENTO, J. O.; GARCIA, R; GRAÇA, A. **Contextos da pedagogia do desporto: perspectivas e problemáticas**. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1999.
- BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. (Coleção Educação Física)
- _____; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.
- BRANDÃO, H. C.; FLAUSINO, M. S.; TERRA, A. M. As conferências nacionais do esporte: avanços e limites na construção de políticas de esporte e lazer. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XVI.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, III., 2009, **Anais...** Salvador: CONBRACE/CONICE, 2009.
- BRASIL. **Balanco de Gestão 2003/2010**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2010c.

_____. **Caderno 2: Construindo o Sistema nacional de Esporte e Lazer.** Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado. Brasília, Ministério do Esporte, 2009b.

_____. **Caderno de potencialidades e dificuldades do esporte nacional.** Brasília: Ministério do Esporte, 2004.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2012.

_____. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**, Rio de Janeiro, RJ, 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Decreto nº 2.928, de 8 de janeiro de 1999. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do ministério do esporte e turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2928.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Decreto nº 7.529, de 21 de julho de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jul. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7529.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Decreto nº 7.630 de 30 de novembro de 2011. Altera o Decreto nº 7.529, de 21 de julho de 2011, para prever a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem na Estrutura Regimental do Ministério do Esporte. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º dez. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7630.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Decreto-lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 20 abr. 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-norma-pe.html>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro,

RJ, 16 abr. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. **III Conferência Nacional de Esporte** - Resoluções. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2010a.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte**: cartilha de orientações. Brasília: Ministério do Esporte, 2009b.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte**: construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Caderno 2. Brasília: Ministério do Esporte, 2009c.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte**: documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte**: esporte, lazer e desenvolvimento humano. Caderno 1. Brasília: Ministério do Esporte, 2009d.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte**: programas e ações do Ministério do Esporte. Caderno 3. Brasília: Ministério do Esporte, 2009e.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte: texto básico** Brasília: Ministério do Esporte, 2009a.

_____. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 maio 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 15 jan. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mar. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Ministério do Esporte. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/39-ministerio-do-esporte/institucional>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Estudo da competitividade do turismo brasileiro economia do turismo**. Brasília: IVI Tur, 2006.

_____. **O que é III Conferência Nacional**. 2010.

_____. **Resoluções da III Conferência Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte, 2010b.

BROUCO, G. R.; DARIDO, S. C. As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física escolar e o último concurso para professores da rede pública estadual de ensino no Paraná. In: CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, III., 2007. **Anais...** Londrina: UEL, 2007.

BRUST, C.; BAGGIO, I. C.; SALGADO FILHO, M. F. Gestão das políticas públicas de esporte e lazer em Santa Maria, RS. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, a. 17, n. 178, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd116/gestao-das-politicas-publicas-de-esporte-e-lazer.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. 200 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CARAN, E. M. Administração pública e o desenvolvimento dos esportes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 3-13, maio 1989.

CARLEY, M. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1990.

CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (Org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002.

CASTELAN, L. P. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1988.

_____. III Conferência Nacional de Esporte e Lazer: intervir é preciso! **Universidade do Futebol**, 17 jun. 2010. Disponível em: <<http://universidadedo-futebol.com.br/iii-conferencia-nacional-de-esporte-e-lazer-intervir-e-preciso/>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Prefácio. In: ARAÚJO, S. M. **Conselhos Estaduais de Esporte e Lazer no Nordeste Brasileiro**: participação popular e controle social em questão. São Luís: EdUFMA, 2011. p. 7-12.

CEARÁ. Decreto nº 29.217, de 7 de março de 2008. Aprova o regulamento da Secretaria do Esporte (SESPORTE). **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, CE, 12 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.esporte.ce.gov.br/images/pdf/decreto29.217.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da administração estadual, promove a extinção e criação de cargos de direção e assessoramento superior, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, CE, 07 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.esporte.ce.gov.br/images/pdf/lei13.875.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Lei nº 15.700, de 20 de novembro de 2014. Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para fomentar projetos de caráter desportivo e paradesportivo, mediante patrocínio do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, CE, 28 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277853>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB) **Demonstração da aplicação dos recursos provenientes da Lei Agnelo Piva 2011**, 2012.

COTTA, A. Le Sport est un moyen de socialisation. In: BOZOULS, J. P.; MAGLIULO, B.; PÉRÉS, H. **Sport et société**. Paris: Hatier, 1981.

CUNHA, V. A.; SANTOS, L. A. N. Sociedade do conhecimento, políticas públicas de informação e as bibliotecas públicas municipais de Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, VI. 2005. **Anais...** Salvador: CIFORM, 2004.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. Por uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: _____ (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 13-89.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DIAS, C. A. G.; ALVES JÚNIOR, E. D. Notas conceituais sobre esportes na natureza. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, a. 12, n. 114, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd114/notas-conceituais-sobre-os-esportes-na-natureza.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências**. In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: UGF, 1995. v. 3.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIAS, N. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. **Teoria simbólica**. Oeiras, Portugal: Celta, 1994.

_____; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa, Portugal: DIFEL, 1992.

FERREIRA, P. R. V. Um país em busca da independência. **Brasil de Fato**, São Paulo, 11 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11524>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

FLAUSINO, M. S. **Plano decenal**: as políticas públicas de esporte e lazer em jogo. Brasília. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, 2013.

FONSECA, G. **A contribuição das parcerias público-privadas para a infraestrutura associada à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016**: uma análise do caso do “Porto Maravilha”. Monografia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOLO, S. R. **Pesquisas e estatísticas/conceitos estatísticos estudos transversais**. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

GOMES, E. G. M. **Gestão por resultados e eficiência na administração pública**: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – FGV/EAESP, São Paulo.

HAKAMADA, E. M. **Corpo**: suas representações na formação do professor de Educação Física. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2012.

HILLER, H. H. Mega-events, urban boosterism and growth strategies: an analysis of the objectives and legitimations of the Cape Town 2004 Olympic Bid. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 24, n. 2, p. 439-458, jun. 2000.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Alínea, 2004.

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. **O que é imaginário?** São Paulo: Brasiliense, 1997.

LAUER, R. N. **O esporte como meio de prevenção e combate ao uso de drogas: análise de um discurso.** 2009. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

_____. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Motrivivência UFSC**, Florianópolis, a. X, n. 11, p. 71-81, jul. 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARINHO, I. P. **História da educação física e desportos no Brasil.** Rio de Janeiro: MEC/DEF, 1952.

MATIAS, W. Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da CIDADE. **SER Social**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 134-161, jan./jun. 2014.

MATSUDO, S. M. **Envelhecimento e atividade física.** Londrina: Midiograf, 2001.

MATTOS, M. G; JÚNIOR, A. J. R.; BLECHER, S. Metodologia da pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigos e projetos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELO, E. L.; CARNEIRO, E. A.; BONFIM, G. C. S. Avaliação de desempenho nas políticas públicas de esporte e lazer do Estado do Ceará. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, a. 17, n. 178, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd178/políticas-publicas-de-esporte-e-lazer-do-ceara.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

MELO, V. A. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história.** Tese Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação Física, 1996.

NOZAKI, H. T.; PENNA, A. M. O novo papel do esporte no contexto da ofensiva imperialista recolonizadora. **Outubro**, São Paulo, n. 16, p. 201-217, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, E. M. **As contribuições do programa segundo tempo para alunos da primeira fase do ensino fundamental de uma escola municipal em Águas Lindas de Goiás: um estudo de caso.** Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Brasília, Ceilândia, DF.

OLIVEIRA, Z. B. O PCdoB e o ministério do Esporte. **Adital**, 09 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=4777>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

PARLEBAS, P. **Elementos de sociología del deporte**. Andalucía: Junta de Andalucía, 1988.

PEREIRA, P. **A assistência social na perspectiva dos direitos: críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

POGREBINSCHI, T. Conferências nacionais e o experimentalismo democrático brasileiro. In: Participação popular: o cidadão constrói sua história e controla as ações do Estado. **Revista Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, 18 ed. ano VI, agosto, Belo Horizonte, 2010.

POZZI, L. F. **A grande jogada teoria e prática de marketing esportivo**. São Paulo: Globo, 1998.

PRIETO, L. M. C. **Deporte y Estado**. Barcelona: Labor, 1979.

ROCHA FERREIRA, M. B.; HERNANDEZ, M.; CAMARGO, V. R. T.; SINSOM, O. R. V. Jogos indígenas, realizações urbanas e construções miméticas. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n. 4, out. 2008.

RUA, M. G. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. v. 2.

RUBIM, A.; FERNANDES, T.; RUBIM, I. **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EdUFBA, 2010.

SANTOS, R. A.; SOUZA, N. S. Eventos esportivos e turismo: definição de mercado e perspectivas de atuação. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, a. IX, n.16, p. 1-8, jan. 2012. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/AUdNLkSkIIPgw4_2013-5-23-17-54-57.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2015.

SILVA, A. M. Uma política científica para a educação física ou de Alice e a toca do coelho. In: CARVALHO, Y. M.; LINHALES, M. A. (Org.). **Política científica e produção do conhecimento em educação física**. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007.

SILVA, J. L. P.; PONTES, J. A. M. **A importância do esporte para o desenvolvimento social: uma análise do incentivo de programas federais**.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOUSA, P. D. B.; MATTOS, L. L.; SOUSA, M. A. B. Marketing esportivo e sua relação com clubes e instituições ligadas ao esporte. **Revista DCS ON LINE - CPTL/UFMS**, Três Lagoas, v. 1, n. 1, nov. 2005.

STAREPRAVO, F. A. et al. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)**, Campinas, v. 31, n. 3, maio 2010.

STEIN, Rosa Helena. Descentralização e Assistência Social. In: “O sistema descentralizado e participativo: construindo a inclusão e universalizando direitos”. Série Subsídios às Conferências de Assistência Social – Descentralização e participação. **Cadernos Abong**, n. 20, outubro, São Paulo, 1997.

TERRA, A. M.; BRANDAO, H. C.; FLAUSINO, M. da S; MASCARENHAS, F. As conferencias nacionais do esporte: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte**, Salvador, 2009.

TUBINO, M. J. G. **Teoria Geral do Esporte**. São Paulo: IBRASA, 1987.

VARGAS, G. **Diário**. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo: Siciliano, 1995.

VAUGRAND, H. Pierre bourdieu and Jean-Marie Brohm: their schemes of intelligibility and issues towards a theory of knowledge in the sociology of sport. **International Review of the Sociology of Sport**, v. 36, n. 2 p. 183-201, 2001.

VERONEZ, L. F. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ZANELLA, L. C. **Manual de organização de eventos**: planejamento e operacionalização. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZINGONI, P. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Motriviv. UFSC**, Florianópolis, a. X, n. 11, p. 31-46, jul. 1998.

APÊNDICE A – TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO

Eu, Moacir Paiva Ribeiro, Coordenador de Esportes, fiel depositário dos prontuários e da base de dados da instituição Secretaria do Esporte situada em Fortaleza-Ceará, declaro que o pesquisador Eduardo de Lima Melo está autorizado a realizar nesta Instituição o projeto de pesquisa: **Políticas de Esportes do Estado do Ceará: Uma Análise das Ações Governamentais de 2007 à 2014 em Relação às Diretrizes da Política Nacional**, cujo objetivo geral é analisar as políticas públicas desenvolvidas no Estado do Ceará no período de 2007 a 2014, e de que forma essas ações são norteadas dentro de uma política nacional. Adicionalmente, esse projeto consiste em analisar: a) planilhas do Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP); b) texto básico oficial dos programas e projetos; c) relatórios anuais de atividades; d) mensagem do governo; e) portal da transparência, nos quesitos programas e projetos em consonância com a política nacional, inclusive buscando traçar um perfil estatístico da criação e a evolução dessas políticas em números ao longo dos oito anos de governo, durante os meses de janeiro a maio de 2015.

Ressalto que estou ciente de que serão garantidos os direitos, dentre outros assegurados pela resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde de:

- 1) Garantia da confidencialidade, do anonimato e da não utilização das informações em prejuízo dos outros.
- 2) Emprego dos dados somente para fins previstos nesta pesquisa.
- 3) Retorno dos benefícios obtidos por meio deste estudo para as pessoas e a comunidade onde o mesmo foi realizado.

Fortaleza, 03 de Janeiro de 2015.

Moacir Paiva Ribeiro

Coordenação de Desenvolvimento do Esporte - CODESP